

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL**

MÁRIO SÉRGIO DOS S. NASCIMENTO



**A VENDA DE ROUPAS USADAS NAS
FEIRAS DO BARREIRO E DO GUAMÁ**

**UMA ESTRATÉGIA DE
INSERÇÃO DE TRABALHO?**



**Belém
2007**

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS

LISTA DE TABELAS

LISTA DE SIGLAS

RESUMO

ABSTRACT

INTRODUÇÃO	10
DO TRABALHO ARTESANAL AO TRABALHO ASSALARIADO	15
1.1 Desemprego no Brasil: anotações sobre sua história	27
1.2 As inflexões da reestruturação do capital sobre o mercado de trabalho.....	34
O MODELO DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO NA AMAZONIA.....	40
2.1 A inserção da Amazônia na economia nacional.....	43
2.2 Os grandes projetos de mineração no Estado do Pará.....	47
2.3 As conseqüências dos grandes projetos para a região Amazônica.....	50
2.4 Os impactos dos grandes projetos na Região Metropolitana de Belém.....	53
OS DETERMINANTES SOCIO-HISTÓRICOS E ECONOMICOS DO TRABALHO	64
INFORMAL.....	83
A VENDA DE ROUPAS USADAS NAS FEIRAS DO BARREIRO E DO GUAMÁ.....	
4.1 As condições de trabalho com a venda de roupas usadas nas feiras do Barreiro e	88
Guamá.....	
4.2 O trabalho com a venda de roupas usadas nas feiras do Barreiro e Guamá e a sua	94
relação com o poder público municipal de Belém.....	99
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	105
REFERÊNCIAS.....	110
ANEXOS.....	

MÁRIO SÉRGIO DOS S. NASCIMENTO

**A VENDA DE ROUPAS USADAS NAS FEIRAS DO BARREIRO E DO GUAMÁ:
Uma estratégia de inserção ao trabalho?**

**Dissertação de Mestrado em Serviço Social
para obtenção do título de Mestre em Serviço
Social pela Universidade Federal do Pará
Centro Sócio Econômico.**

Belém

2007

RESUMO

Esta dissertação tem a intenção de provocar reflexões a respeito das mudanças no mundo do trabalho, provocadora de desemprego e precarização laboral, tendo como foco o trabalho informal na Região Metropolitana de Belém e como objeto de pesquisa os vendedores de roupas usadas nas feiras do Barreiro e do Guamá. Para tanto, partiu-se da idéia de que o aumento desta atividade em Belém é fruto não somente da reestruturação do capital, mas também de uma proposta de crescimento econômico a nível nacional, que desconsidera questões locais, o que faz do Estado do Pará fornecedor de matéria prima para as indústrias do Centro-Sul, impedindo que este Estado desenvolva indústrias de transformação, tendo como resultado o crescimento da informalidade, caracterizado no avanço desordenado de suas feiras.

Palavras-chave: Trabalho; Trabalho Informal; Emprego; Desemprego; Reestruturação do Capital.

ABSTRACT

This dissertation intends to provoke reflection about the changings in the working world, which is the cause of unemployment and laborious precarization, it focus on the informal market in Belem and as research object the used clothes salesmen from the Barreiro and Guama open air market. However, the increasing of this activity in Belem is not only a consequence of the restructuring of the capital, but also a proposal of the national economical increasing, which releases local situation, and it makes the state of Pará the provider of raw material to the industries of the South of Brazil, hindering this state to develop itself with industries of transformation, which result is the ilegal market increasing in the city, that's shown as feature of the out of order advance of its street markets.

Key-words: work; informal work; employment; unemployment; restructuring of the capital.

LISTA DE SIGLAS

BNDES: Banco Nacional de Desenvolvimento.
BASA: Banco da Amazônia.
CEPAL: Comissão Econômica para América Latina.
CVRD: Companhia Vale do Rio Doce.
EIR: Exército Industrial de Reserva.
IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.
IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
LBA: Legião Brasileira de Assistência.
OIT: Organização Internacional do Trabalho.
PREALC: Programa Regional de Emprego para a América Latina e Caribe
PIB: Produto Interno Bruto.
PCPP: Programa de Crédito Produtivo Popular.
PEP: Plano de Educação Profissional.
PATRA: Programa de Apoio ao Trabalhador Autônomo de Baixa Renda.
PROGER: Programa de Geração de Emprego e Renda.
PEQ: Plano Estadual de Qualificação.
RMB: Região Metropolitana de Belém.
SEBRAE: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SUDENE: Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
SENAI: Serviço Nacional de Indústria.
SENAC: Serviço Nacional de Comércio.
SINE: Sistema Nacional de Emprego.
SETEPS: Secretaria Executiva de Trabalho e Promoção Social.
SPVEA: Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia.
SUDAM: Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia.

LISTA DE QUADROS

I-	Distribuição da População por Município na RMB	p. 53
II-	Identificação do número da População das Principais Cidades e do Estado do Pará, no Período de 1980-1988	p. 55
III-	Apresentação do PIB por Setores da Economia da RMB no Período de 1980-1989	p. 56
IV-	Identificação do Percentual da População de desocupados no País, na UF e em Belém na faixa etária de 10 anos e mais no Período de 1997-2001	p.57
V-	Apresentação da Escolaridade dos Desempregados na RMB com 15 anos e mais no Período de 1997-2004	p.58
VI-	Identificação dos desempregados na RMB segundo o gênero (pessoas com 15 anos ou mais) nos anos 1997-2004	p.59
VII-	Apresentação do número de desempregados na RMB por faixa etária de 15 e mais anos de idade, no período de 1997-2004.	p.59
VIII-	Identificação do número de pessoas de 10 anos e mais de idade ocupadas no município de Belém no período de 1997-2004.	p.60
IX-	Emprego formal, segundo atividade econômica, na RMB, no período de 1994-2004.	p.61
X-	Pessoas de 10 anos e mais de idade, ocupadas, sexo e naturalidade em relação ao município de Belém, no período de 2001 a 2005.	p.62
XI-	Características dos vendedores de roupas usadas nas feiras do Barreiro e do Guamá.	p. 86

AGRADECIMENTO

Quando em 1999 conclui a graduação em Ciências Sociais na Universidade da Amazônia UNAMA, decidi que o curso de Mestrado seria o mínimo à nível de educação que eu iria conquistar. Esta caminhada não foi fácil exigiu disciplina, determinação e objetividade, algumas pessoas foram de grande importância, pois se disponibilizaram a ler, criticar e contribuir para que de uma idéia nascesse uma proposta de estudo, que no caso se tornou interessante para o curso de Mestrado em Serviço Social da Universidade Federal do Pará. Entre estas pessoas estão Marcio, Cátia e Iracema. Depois de aprovado, outras pessoas conheci, como o corpo docente do curso que ajudaram no meu crescimento intelectual, mas isso não estaria completo se não fossem os colegas de classe que deram dicas importantes para que eu tivesse um melhor discernimento sobre o objeto de estudo. Neste momento fui muito bem acolhido pela família da Socorro, uma pessoa amiga que muito ajudou a dirimir certas dúvidas e destruir determinadas certezas, ajudando-me a ter uma melhor compreensão de mundo.

Até que fui apresentado a Vera Gomes minha orientadora, mulher inteligente, exigente, dona de um comportamento muito polido, que me levava a repensar tudo o que havia escrito, ou seja, questionava o que parecia ser as minhas certezas, juntos construímos uma dissertação, mas para tanto ela precisou me mostrar que as dores causadas pela solidão faziam parte da produção do conhecimento, até que esta dor se fez minha amiga e passou a doer menos. Em outros momentos senti vontade de desistir, mas ela me fez perceber o quanto o que eu estava produzindo era importante não só para mim mas para os que também desejam discutir o tema proposto.

Solidão, angústia e mau humor, Mercedes minha mãe suportou tudo isso com a fé de que eu chegaria lá. Até que conheci Silvia que ajudou no meu equilíbrio emocional.

A Deus e a todas estas pessoas acima citadas o meu muito obrigado, assim como aquelas pessoas não citadas, mas que me acolheram em meus momentos de lamurias e oraram para que esse momento se concretizasse.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CENTRO SÓCIO ECONOMICO
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

MÁRIO SÉRGIO DOS S. NASCIMENTO

**A VENDA DE ROUPAS USADAS NAS FEIRAS DO BARREIRO E DO GUAMÁ:
Uma estratégia de inserção ao trabalho?**

**Dissertação de Mestrado em Serviço
Social para obtenção do título de
Mestre em Serviço Social pela
Universidade Federal do Pará Centro
Sócio Econômico.**

Orientadora: Profa. Dra. Vera Lúcia Batista Gomes

**Belém
2007**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CENTRO SÓCIO ECONOMICO
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL**

MÁRIO SÉRGIO DOS S. NASCIMENTO

**A VENDA DE ROUPAS USADAS NAS FEIRAS DO BARREIRO E DO GUAMÁ:
Uma estratégia de inserção ao trabalho?**

**Dissertação de Mestrado em Serviço
Social para obtenção do título de
Mestre em Serviço Social pela
Universidade Federal do Pará Centro
Sócio Econômico.**

Data de aprovação:

Orientadora: Prof^a. Dra. Vera Lúcia Batista Gomes

Examinadora externa: Prof^a. Dra. Ana Laura Sena

Examinadora Prof^a. Dra. Maria José de Souza Barbosa





INTRODUÇÃO

O interesse em pesquisar o trabalho com a venda de roupas usadas nas feiras dos bairros do Barreiro e do Guamá surgiu de um trabalho voluntário que realizei no bairro do Barreiro junto ao Centro Comunitário São Benedito no período de 2000 a 2002. Nessa ocasião, foi realizado um levantamento sócio-econômico como parte de uma pesquisa para elaboração da monografia para o curso de Especialização em Elaboração de Projetos Sociais. Desde então, comecei a observar o crescimento do trabalho informal com a venda de roupas usadas nessa feira, atividade esta que há alguns anos atrás predominava nas ações de instituições filantrópicas e nos últimos anos passa a ser utilizada por certos trabalhadores como estratégia de reprodução social. Entende-se que o bairro do Barreiro foi escolhido pelos trabalhadores para realizar essa atividade, devido ao fluxo de pessoas que efetuam compras na referida feira, pois no mesmo, existe ainda uma feira de gêneros alimentícios, a qual encontra-se organizada através de barracas padronizadas. Além desta organização observou-se ainda nesse bairro a existência de associação de moradores, associação de feirantes, clube de mães e etc.

A feira do Barreiro foi reorganizada pelo governo do Estado do Pará em 1997, através do projeto de macrodrenagem (drenagem de áreas alagadas de Belém), o que gerou a criação de espaço com calçamento, limpeza diária, propício à construção de barracas de alvenaria em substituição às barracas de madeira em local sujo e desorganizado. A feira de novos e usados, onde se encontram os trabalhadores que comercializam roupas usadas cresceu às proximidades desta.

Estudar o segmento de trabalhadores que vendem roupas usadas na mencionada feira nos chamou a atenção, a princípio, pela precariedade das condições de trabalho, ou seja, as mercadorias (roupas usadas) são colocadas em cima de um saco plástico no chão, as quais são expostas as agruras do tempo. Além disso, tornou-se curioso o fato desse grupo de trabalhadores não fazer parte da associação de feirantes do Barreiro, mas possuir uma associação própria (Associação de Novos e Usados da Pedro Álvares Cabral), e por esta razão não ter barracas padronizadas como os demais trabalhadores dessa feira. Um outro aspecto que nos despertou curiosidade nessa forma de trabalho, é que a maioria dos trabalhadores pertence ao sexo feminino. As particularidades desse tipo de trabalho nos impulsionou a compreender

as determinações dessa forma de trabalho em Belém na dinâmica do capitalismo contemporâneo.

Registra-se que a feira do Guamá passou a fazer parte do campo de pesquisa deste objeto de estudo a partir das recomendações apresentadas pelos examinadores do projeto de dissertação na ocasião de sua qualificação, no sentido de ampliação do mesmo. Sendo assim, após um estudo exploratório, efetuado em outras feiras de roupas usadas existentes em Belém, como: as feiras de roupas usadas do PAAR, Benguí, Terra Firme, optou-se pela do Guamá devido à quantidade de trabalhadores nesta atividade apresentarem-se em número maior que os das demais feiras citadas.

A feira de roupa usada do Guamá se assemelha a do Barreiro no que se refere à construção do mercado, crescendo fora deste e não seguindo a padronização da feira local, ou seja, as mercadorias são também expostas no chão. Diferenciam-se no que tange o volume de transeuntes, que é maior na feira do Barreiro, já que esta reúne o maior número de vendedores e maior variedade de produtos usados.

Como se sabe, o trabalho realizado em feiras, data dos séculos XII e XIII na Europa e tem seu crescimento ligado a necessidade de comercialização de excedentes e pela busca de ampliação do comércio livre. Dessa forma, os mercadores migraram de uma região para a outra fazendo com que os produtos locais chegassem a longínquas localidades, estimulando assim, o comércio a longa distância e a personificação da figura do mercador. As feiras têm como função romper os círculos normais e estreitos de troca, assim como aproximar as relações entre o campo circundante e o artesão urbano. Entre as suas características está a transparência nas trocas e preços barganhados. Esta possui seu som, cheiro, alegria e uma ordem e desordem que lhe é peculiar, reunindo indivíduos diferentes - é um local de vida social, acordos e negócios.

A diferença estabelecida entre feiras e mercados é que a primeira corresponde a um lugar público muitas vezes descoberto, onde se expõem e se vendem mercadorias. Os mercados eram pequenos, lugar onde se negociava produtos locais, em sua maioria agrícolas. As feiras, ao contrário, eram imensas e negociavam mercadorias por atacado que provinham de todos os cantos do mundo conhecido. (HUBERMAN: 1986, p.157).

Apesar do aumento da concorrência resultante do grande desenvolvimento industrial, da expansão do comércio e sofisticação dos serviços oferecidos à população, mercados e feiras livres dão sinal de que seu lugar institucional na sociedade moderna continua garantido. Presente nas pequenas e grandes cidades por todo o Brasil, as feiras livres são encontradas por vários pontos, próximos ou distantes do centro comercial, mobilizando grande número de trabalhadores. Com a flexibilização da economia introduzida no Brasil a partir dos anos 90, a atividade nesses logradouros públicos da cidade extrapolou os limites anteriormente demarcados. Assim, as cidades devido ao crescimento do desemprego estrutural, tornaram-se uma grande feira livre. Em Belém, particularmente existem feiras em diversos bairros com um número expressivo daqueles que mercadejam nas ruas e praças no centro e nas periferias.

A partir daí questiona-se: quais os fatores econômicos, políticos e sociais que determinam o trabalho com a venda de roupas usadas nas feiras do Barreiro e do Guamá como estratégia de inserção ao trabalho para certos trabalhadores em Belém nessa fase do capitalismo contemporâneo?

As hipóteses de trabalho formuladas para orientar este estudo foram as seguintes: a forma de inserção da Amazônia, e mais particularmente a do Estado do Pará na divisão internacional do trabalho tem se limitado ao longo dos anos na exportação de matéria prima. Para tal, o Estado investe em infra-estrutura (rodovias, portos e energia) e incentivos fiscais voltados principalmente para a pecuária e extração de minério e etc., as quais proporcionam geração de postos de trabalho formal, porém, insuficientes à demanda existente, impulsionando assim a expansão do trabalho informal em Belém, pois, segundo o DIEESE/PA, nos últimos dez anos, mais de cem mil trabalhadores passaram a ter no trabalho informal a garantia de condições mínimas de sobrevivência.

A outra hipótese levantada é que a lógica de funcionamento do trabalho informal está diretamente relacionado àquela do trabalho formal, haja vista que, aquele precisa oferecer mercadoria (roupas usadas) de acordo com a demanda, assim como o preço varia de acordo com a lei da oferta e da procura. Nesta perspectiva, os dados coletados nesta pesquisa foram analisados a luz da teoria marxista, visto que a mesma possibilitou uma compreensão crítica acerca das determinações do trabalho com a venda de roupas usadas nas feiras do Barreiro e Guamá.

Este estudo teve como objetivo geral compreender as determinações do trabalho realizado com a venda de roupas usadas nas feiras dos bairros do Barreiro e do Guamá e a sua relação com a dinâmica global do capitalismo contemporâneo. Isto é, procurou-se compreender os fatores econômicos, políticos e sociais que determinam o surgimento dessa forma de trabalho com a venda de roupas usadas nas mencionadas feiras e quais a particularidade desse trabalho em Belém.

Para desvendar e aprofundar o conhecimento sobre o referido objeto de estudo, foi realizada a pesquisa quanti-qualitativa, visto que a mesma proporciona ouvir o que os pesquisados tem a dizer, assim como trabalhar os indicadores, índices e referenciais teóricos. Teve como pesquisados tanto os trabalhadores com a venda de roupas usadas, quanto alguns técnicos da SECON. Para a coleta de dados foram utilizados como instrumentos, o formulário e a observação sistemática. O formulário 1, em anexo, foi aplicado junto aos pesquisados e constou de questões como: dados pessoais, escolaridade, família, trabalho anterior e atual, relação entre trabalhadores e a Prefeitura de Belém e a organização política dos trabalhadores. Tendo em vista a obtenção do êxito na pesquisa, foi utilizada uma forma de abordagem que possibilitou a aproximação com os pesquisados favorecendo assim a receptividade no que se refere ao fornecimento das informações obtidas no seu próprio local de trabalho, ou seja, nas feiras. Para a coleta de dados efetuada junto aos técnicos da SECON, foi utilizado o formulário 2, em anexo, que constou de dados referentes a situação de comércio de roupas usadas das mencionadas feiras e a importância destas para o município de Belém, registra-se que esta secretaria possui poucos dados disponíveis, sobre tal comércio, uma vez que, pelo fato de considerarem esses trabalhadores itinerantes que migram para vários pontos de venda, dificulta a obtenção de dados sobre esta atividade.

Este trabalho foi organizado em quatro capítulos. No primeiro, serão apresentadas breves considerações acerca do contexto histórico que determinou o surgimento do valor trabalho para o capital industrial com a instituição do trabalho assalariado e as modificações ocorridas na vida do homem em sociedade decorrentes dessa forma de trabalho. Para tal, tentou-se discutir o significado econômico, político e social que adquiriu o trabalho assalariado a partir da revolução industrial, ao mesmo tempo em que se procurou analisar as modificações que este trabalho vem sofrendo no capitalismo contemporâneo. Foram também efetuadas considerações sobre a questão do desemprego no Brasil, principalmente nas décadas

de 80 e 90, procurando compreender a influência do processo de reestruturação produtiva para o crescimento desse fenômeno. Buscou-se ainda analisar como o aumento do desemprego tem sido utilizado por certas empresas para obter a subsunção formal dos trabalhadores através da nova racionalidade na gestão da força de trabalho que conduzem ao envolvimento cada vez maior nas metas de produtividade das mesmas. No segundo capítulo, foram examinadas a inserção da Amazônia e mais particularmente o Estado do Pará na divisão nacional e internacional do trabalho e como esta repercute na economia da Região Metropolitana de Belém, considerando que a sua economia é preponderantemente baseada no setor de serviços, no comércio e no trabalho informal. Dessa forma, procurou-se situar historicamente a economia dessa região desde o período da borracha até o dos grandes projetos minerais. No terceiro capítulo, foi discutida a concepção sobre os conceitos “setor informal” e “trabalho informal” e o porquê a utilização do conceito trabalho informal nesta pesquisa, sendo também analisada a relação entre o “trabalho formal” e o “trabalho informal” no Brasil, assim como a apropriação do trabalho informal pelos capitalistas. Para tal, teve-se como base as abordagens utilizadas pela Organização Internacional do Trabalho e Programa Regional do Emprego para América Latina e Caribe (OIT/PREALC), marxismo e neomarxismo, legalismo ou neoliberalismo. O quarto e último capítulo tratam da compreensão dos determinantes econômicos, políticos e sociais do trabalho com a venda de roupas usadas nas feiras dos bairros do Barreiro e do Guamá. Assim, procurou-se verificar se esses trabalhadores, em face ao desemprego e crescimento do trabalho informal, se constituem em um Exército Industrial de Reserva, segundo a concepção marxiana. Nesta perspectiva, foram analisadas as relações de trabalho estabelecidas nesses espaços de trabalho, bem como as condições de vida desses trabalhadores. Dessa forma, foi efetuada uma breve caracterização dos trabalhadores pesquisados através da situação familiar, de trabalho (anterior e atual) e sua organização política na relação com o poder público.

Ao final foram apresentadas as considerações que apontaram a comprovação das hipóteses levantadas na pesquisa. Este trabalho tem a pretensão de contribuir com o debate público em torno da questão em análise.

CAPITULO I

Do trabalho artesanal ao trabalho assalariado

Um homem se humilha se castram seus sonhos seu sonho é sua vida e vida é trabalho e sem o seu trabalho o homem não tem honra e sem a sua honra se morre se mata não dá pra ser feliz. (Um homem também chora, Gonzaguinha)

A citação acima conduz a compreensão de que o trabalho é responsável pela produção e reprodução da existência do ser social. É através do trabalho que o homem subordina as forças da natureza ao seu próprio poder, transformando-as em meios, em objetos de trabalho, em matérias primas, etc. “Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza”. (MARX, 1995, p. 297). Ao mesmo tempo em que o trabalho humaniza o ser social, é também responsável pela sua degradação que se dá quando a força de trabalho se transforma em mercadoria tendo por finalidade a produção de mercadorias. Assim, o que deveria ser a forma humana de realização do indivíduo reduz-se à única possibilidade de subsistência do despossuído (ANTUNES 2005, p. 126). Este capítulo tratará do significado do trabalho passando pelo modo de produção feudal ao capitalista, sendo também discutido a questão do desemprego e da reestruturação do capital.

Historicamente o trabalho é inerente ao modo de produção em sua forma de reprodução, por isso já foi atividade de sobrevivência e em seguida produtora de excedentes criadora de uma classe social ociosa. Dessa forma, o trabalho adquiriu várias concepções. Segundo Bouvier (1991) a concepção moderna de trabalho é a de uma atividade organizada, especializada e retribuída com a finalidade de produção de um bem ou de um serviço.

O sentido do trabalho no modo de produção feudal, tanto na agricultura quanto na pecuária era considerado impróprio à nobreza, à militares e ao clero. A nobreza cabia a administração do feudo; aos militares a proteção do mesmo e ao clero a meditação e oração.

A agricultura e a pecuária eram obrigação do servo e artesãos, para o primeiro, o trabalho significava a obtenção de proteção por parte do senhor feudal e também proteção divina. Para os artesãos (sapateiro, ferreiro, alfaiate), o trabalho era desenvolvido de forma artesanal, onde os mestres artesãos eram os donos das oficinas, ferramentas, matéria-prima e dos produtos fabricados. No entanto, já existiam grupos de camponeses livres, que exerciam função no comércio, vendendo parte dos produtos conseguidos com seu trabalho nas feiras e mercados que cresciam na cidade, e eram incentivados pelo excedente tanto na agricultura quanto na pecuária. Já o artesanato rural era desenvolvido em caráter doméstico, produzindo o necessário ao consumo e no artesanato urbano, predominava a produção têxtil. Desta forma, o trabalho exercia na sociedade o poder disciplinador, de caridade e de utilidade.

Esta atividade aos poucos cedeu lugar para o trabalhador parcelar ligado à indústria, ou seja, a nova era do trabalho no capitalismo industrial. O trabalho sai do espaço doméstico e se expande, ganhando local próprio, aparência diferente e uma nova consideração social. Tal consideração leva em conta às funções dessa nova escala: a produtividade, o lucro, a riqueza. O avanço tecnológico, as manufaturas, as fábricas, a concentração humana voltadas à produção, efetivam o chamado trabalho moderno. Nesse sentido, para a visão liberal trabalho é considerado condição essencial do bem estar e do progresso social; na visão crítica o destaque se dá aos pontos negativos, alienação, espoliação, destruição da produção familiar e outros. Todavia, o trabalho é reconhecido como necessidade e resposta às exigências do desenvolvimento e do progresso individual e coletivo. A essência do homem está no trabalho, o homem é aquilo que faz e no processo de trabalho transforma a si mesmo se tornando o centro dos laços sociais.

Com a separação da família da esfera da produção, a divisão entre propriedade privada e trabalho assalariado, deu-se à personificação do trabalho na imagem do trabalhador. Assim, o trabalho ao sair do feudalismo, deixa de ser “livre” tornando-se regulado pelo mercado. Nesse sentido, o trabalho humano passa a ser considerado fonte de desenvolvimento econômico e de crescimento dos lucros da burguesia comerciante e industrial, a qual começa a impor uma nova racionalidade econômica.

Para o IBGE (2005) o trabalho é considerado uma ocupação desenvolvida, durante pelo menos uma hora por semana, na produção de bens em atividades diversas como: agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura, indústria e serviços,

destinadas ou não a própria subsistência. Essa concepção de trabalho envolve tanto aquele que é remunerado como o sem remuneração. Tal remuneração pode ser em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios na produção de bens ou serviços. O trabalho sem remuneração consiste na produção de bens e serviços, desenvolvida durante pelo menos uma hora na semana, em ajuda a membro da unidade domiciliar que tenha trabalho como empregado na produção de bens primários, conta própria ou empregador; em ajuda à instituição religiosa, beneficente ou de cooperativismo ou como aprendiz ou estagiário.

Existem dois níveis considerados fundamentais para o desenvolvimento do capitalismo: a manufatura e a grande indústria. A manufatura é um processo produtivo constituído de entidades autônomas, espalhadas pelo mundo com finalidades idênticas e comandadas por um mesmo negociante, comerciante ou marchante, sendo esta forma de trabalho considerada intermediária entre o artesanato familiar (feudalismo) e a economia de mercado (capitalismo). Com a instalação das manufaturas na Europa, dá-se início a separação entre capital e trabalho, acelerando a divisão complexa do trabalho das grandes indústrias no capitalismo.

Dessa forma, os trabalhadores se associam primeiramente através da troca em dinheiro por trabalho livre, ou seja, trabalhadores autônomos e dispersos são agrupados em um só lugar, sob a mesma voz de comando e vigilância. Segundo Iamamoto (1992) o capital a partir desse momento, assume o caráter social do trabalho como força que cria a unidade.

A manufatura é criada sob a égide da disciplina e da compartimentalização do trabalho, caracterizando-se por um processo de produção limitado e trabalhadores parciais, por uma produção coletiva do produto final que reúne a cooperação de um grande número de trabalhadores, criação de vários ofícios e operações diferenciadas. Estas são executadas continuamente, o que leva a produzir mais em menos tempo, provocando a especialização e diferenciação dos instrumentos de trabalho.

O capital se apodera da força produtiva desenvolvida pelo trabalhador, uma vez que este está submetido ao mesmo, e esta força produtiva passa a ser considerada inerente ao capital.

Na manufatura, o enriquecimento da força produtiva social do trabalhador coletivo é apropriado pelo capital e condicionado ao

empobrecimento do trabalhador em suas forças produtivas individuais: perspicácia, à vontade e as habilidades que o trabalhador artesanal desenvolvia são agora transferidas ao capital. (IAMAMOTO,1992. p. 62)

O trabalhador não assiste a toda esta transformação de forma pacífica e se insubordina criando barreiras contrárias à produção manufatureira. A resposta do capital se deu através da imposição da ordem, da função controladora, da vigilância e direção do processo social do trabalho, pois o capital reúne os trabalhadores na produção, coordena e dá unidade ao processo, através da autoridade do capitalista, ou seja, as atividades exercidas pelos trabalhadores estão submetidas a uma vontade alheia, à vontade do capitalista. A grande indústria surge do desenvolvimento da manufatura que se deu devido à expansão do mercado mundial que demandava por produtos manufaturados, o qual o momento por que passava o estágio das forças produtivas não conseguia satisfazer. Assim, o investimento da indústria manufatureira na fabricação de máquinas, com o auxílio da ciência, supre esta deficiência.

Sendo assim, a fábrica se desenvolve como a unidade de produção que tem por base o uso de máquinas que funcionam conjuntamente com fins semelhantes. Enquanto na manufatura o trabalhador parcial executava cada etapa do trabalho com sua ferramenta e suas habilidades pessoais, na grande indústria automatizada o trabalhador depara-se com um organismo objetivo, máquinas combinadas em um sistema de diversas máquinas para a produção. Segundo Iamamoto, “enquanto na manufatura o movimento parte do trabalhador que se serve de suas ferramentas, na fábrica ele serve a máquina que se torna o sujeito da produção” (1992, p.68).

A automação busca a máxima eficiência com o menor esforço, conservando-se a finalidade da expansão da riqueza e do lucro máximo no capitalismo. Para Marx (1985) a máquina é a concorrente do trabalho e sua aplicação é apenas um dos métodos empregados para aumentar a força produtiva do mesmo. Este processo simplifica e até deprecia o trabalho qualificado.

Apesar da importância do trabalho do homem na criação do valor da mercadoria, este passa a ser dominado pelo fruto do seu trabalho materializado, fazendo com que o trabalho deste deixe de ser dominante no processo de produção. O emprego das máquinas tem por finalidade reduzir o trabalho humano necessário ampliando a parcela da jornada de trabalho entregue ao capitalista. As máquinas são utilizadas como poupadoras do uso da força de

trabalho, adequando às necessidades de reprodução do capital. A partir desse momento a atividade humana voltada ao trabalho tradicional estava sendo historicamente transformada em prol dos meios adequados à exploração capitalista.

Com a força de trabalho proletarizada e o apelo ao consumismo movido pela indústria, passa a ter o predomínio da racionalidade utilitária: a racionalidade técnica que relaciona humanidade e natureza na busca de um determinado fim e a racionalidade econômica na perseguição de um determinado objetivo, o que representa a interação racional do capital, assim como a organização e regulação da produção.

Quando o trabalho foi separado das associações familiares e tradicionais, e destituído da proteção política, passou a ser relacionado ao capitalista e à divisão do trabalho passando a ser considerado trabalho assalariado. Esta relação desencadeou um processo de pauperização, alienação, racionalização dos trabalhadores. Dessa maneira, o trabalho moderno separa-se da vida cotidiana do produtor, passando a ser controlado de acordo com os fins únicos e exclusivos do empregador. O trabalhador fica sujeito às regras de mercado, constituindo-se desta forma na separação radical entre trabalho e trabalhador.

Dessa forma, a capacidade humana de trabalho transforma-se em força de trabalho e o trabalho ganha uma nova dimensão social, a de assalariado. O capital como resultado do trabalho humano, impõe seus interesses aos trabalhadores, retirando-os o poder sobre o processo produtivo. A força de trabalho transforma-se em mercadoria e é produtora de valor e riqueza, sendo que a capacidade de trabalho do indivíduo passa a ser usada pelos meios de produção.

Sendo assim, o capitalismo promove a separação gradativa do trabalhador dos meios de produção em substituição ao trabalho manual. O trabalhador é envolvido em um mecanismo que transforma sua capacidade produtiva em lucro. Estabelece-se o domínio do trabalho pelo capital tornando a mais-valia e a alienação, uma marca nesta forma de dominação.

O trabalho assalariado se constitui como fundante dessa nova realidade social, pois através dele se obtém a mais-valia que se torna à condição essencial para a acumulação do capital, através da compra e venda da força de trabalho.

Nesse sentido Albornoz (1994) vê no trabalho, hoje, algo não só alienante porque o esforço alienado imbeciliza e reduz a capacidade de opor-se ao sistema e superá-lo, mas

também, o produto do trabalho e seu consumo passam a ser escravizadores, na medida em que o processo aliena e coopta o indivíduo que não pode mais resistir e se opor à dominação do capital.

Assim a alienação é um processo de submissão. A reação humana à esse processo é uma tentativa a superação ao alheamento e o distanciamento de si em relação a sua atividade e ao seu produto. O resultado de sua reação é a consciência de seu papel, de sua criação, de seu produto (ALBORNOZ, 1994).

A alienação do trabalhador tem se expressado nos vários processos evolutivos, nas formas de organização de trabalho. No Taylorista, a organização de trabalho foi marcante, no qual se fazia à separação entre concepção e execução do mesmo, na flexibilização do trabalho, o trabalho intelectual é explorado exigindo do trabalhador o pensar, o agir de forma propositiva no que se refere ao aumento produtivo. Assim, as empresas passam a exigir um novo perfil do trabalhador que possibilite a qualidade dos serviços prestados aos consumidores.

Nesta nova forma de gestão da força de trabalho a subjetividade do trabalhador é revisitada e vai além do campo técnico atingindo o campo gerencial uma vez que o “novo trabalhador” desenvolve suas atividades produtivas de acordo com as exigências do mercado. Para tanto, adquirir habilidades passa a ser uma das exigências aos trabalhadores que pode ser adquirida através do ensino formal, treinamento no âmbito da empresa e outros. Em face à essas exigências, as empresas em geral, passam exigir dos trabalhadores a empregabilidade, isto é, o próprio trabalhador torna-se o principal responsável pela sua qualificação profissional.

Contudo, o trabalho continua para os proprietários dos meios de produção sendo reconhecido como a fonte de riqueza social, enquanto que para os trabalhadores é uma obrigação, pois se constitui na única forma de manutenção da subsistência, que se dá através da venda da força de seus braços. A propósito, Castel (1998), refere-se que o trabalho não é a origem da riqueza para o povo, mas sim a contra partida por encontrar-se fora da origem da riqueza. O trabalho não mantém uma relação visível com a riqueza, via de regra os mais ricos trabalham menos ou absolutamente não trabalham. O trabalho, ao contrário, é com frequência o quinhão dos pobres e dos que ganham pouco. O trabalho é a atividade vital própria do operário sendo a sua maneira específica de manifestar à vida. O trabalho é a fonte de

existência para o operário, este trabalha para garantir a sua reprodução social. Nesse sentido, MARX (1989) afirma que a indústria moderna se desenvolve em prol do capitalista contra o operário, em consequência disso, a produção capitalista não eleva o nível médio normal do salário, ao contrário, faz baixar o valor do trabalho aproximadamente ao seu limite máximo.

Sendo assim, as relações de trabalho no capitalismo industrial, segundo Castel (1998), apresentam três modalidades: a condição proletária, condição operária e a condição salarial. **A condição proletária** é o elo essencial do processo de industrialização que condena o proletário a trabalhar para se manter. **A condição operária** é considerada uma outra conotação, ou seja, relação salarial, na qual o salário deixa de ser apenas a remuneração pontual de uma tarefa, passando a representar um direito que o trabalhador adquire, auxiliando-o no caso de doenças, acidentes, aposentadorias e outros; participação na vida social através do consumo, habitação e instrução; a partir de 1936, o lazer.

A condição salarial generaliza a condição dos trabalhadores, deixando claro que assalariado pode ser o burguês, funcionários, profissões intermediárias, setor terciário e outros, trazendo como consequência uma nova subordinação que impossibilita o trabalhador de enfrentar as contradições sociais postas pela relação capital x trabalho, pois a identidade social se define a partir da posição ocupada no processo produtivo e se distribui de forma hierarquizada.

A condição assalariada tem início com a industrialização e a grande empresa será o lócus da relação moderna de trabalho, cuja característica desta condição salarial consiste em uma renda mínima como forma de remuneração ao trabalhador. Assim, o preço da força de trabalho e a regulamentação do ritmo da produção se constituem como forma de disciplina do trabalho. Uma nova forma de vida na sociedade teve início com o trabalho assalariado, sendo este um símbolo da sociedade dita moderna, a chamada sociedade salarial.

O salário determina a disciplina de consumação de bens necessários à manutenção da vida dos trabalhadores e seus familiares, regula o ritmo da produção e a relação hierárquica do trabalho. O trabalho está subordinado ao capital, tornando a relação salarial uma relação de dependência pessoal de um trabalhador que não detém os instrumentos de seu trabalho em relação àquele que possui. A relação salarial é característica do capitalismo em todo o mundo e segundo Marx (1985), o sistema assalariado implica em escravização da classe operária, nessa condição ele afirma que este sistema de trabalho assalariado deve ser abolido.

A organização produtiva e do trabalho evoluem e a cada fase organizativa vem à tona um novo modelo de produção. Sendo assim, no final do século XIX surgiu o modelo Taylorista, método de otimização do trabalho que propôs a parcelização das tarefas, a racionalização do estudo do tempo e dos movimentos, a separação entre execução e a concepção. No início do século XX, Ford instituiu o Fordismo e transformou o operário-produtor em assalariado-consumidor, aumentando salários, convidando ao consumo e a produção em massa. O Toyotismo surge no final do Século XX e requer do trabalhador a polivalência, a multifuncionalidade, o conhecimento sobre todo o processo produtivo, criando uma nova forma de relação entre capital/trabalho.

Para Castel (1998) a racionalização científica da produção contribui para a homogeneização da classe operária. Tendo início com o taylorismo como uma forma refletida do trabalho industrial, saindo deste setor para o interior dos escritórios, grandes lojas e setor terciário, na busca da produtividade máxima. Esta forma de organização do trabalho é primordial para constituição da relação salarial moderna. Dessa forma, esse autor parece reafirmar as idéias de Marx quando se refere que os operários não possuem uma grande ligação com seus locais de trabalho e objetos produzidos e a fábrica faz deles no seu próprio país, estrangeiros, exilados, desarraigados. “Sentir-se dependente constitui o motor da luta para se reapropriar da dignidade social do trabalho “alienado” pela organização capitalista da produção” (Idem, 1994, p.444).

Contudo, Gorz (1989) se contrapõe a essas idéias quando diz que a divisão capitalista do trabalho se desenvolveu, não tão somente na busca da eficácia produtiva, mas também em razão da sua eficiência no contexto do trabalho alienado e forçado, haja vista que as técnicas capitalistas visavam aumentar a produtividade para o capital. Neste sentido, fazia-se necessário controlar os trabalhadores que não tinham razão alguma para se empenharem por esse objetivo. A perda da propriedade dos meios de produção, assim como o controle do funcionamento dos mesmos, significava o controle da vontade dos trabalhadores à sua submissão.

Assim, constata-se que as relações do trabalho são determinadas pelas mudanças estruturais ocorridas no interior do capitalismo. Dessa forma o processo de reestruturação produtiva enquanto estratégia do capital para recuperar as suas margens de lucro, vem introduzindo novas tecnologias de informação, a microeletrônica e as novas formas de

organização do trabalho que se caracteriza por serem poupadoras de mão-de-obra. Desta forma, o crescimento econômico deixa de gerar um grande número de emprego como gerava no passado, o que se difere da relação salarial fordista, que primava pelo assalariamento padrão, ou seja, o emprego, deixando claro o processo de precarização do trabalho e (como a perda gradativa de certos benefícios sociais conquistados pelos trabalhadores) tanto nos países capitalistas avançados como nos países emergentes. Os direitos trabalhistas e seguros sociais são ameaçados, haja vista que o trabalho não mais permite a identificação e a inserção social. Entretanto, não significa dizer que desemprego é um fenômeno natural causado pelo avanço tecnológico. Segundo Braga (1996) o processo de reestruturação produtiva se constitui em um mecanismo utilizado pela classe dominante como forma de manter a subalternidade política da classe trabalhadora, que vê nos sindicatos operários um obstáculo às pretensões do capital, através da contradição entre capital e trabalho assalariado. Com esse entendimento, os sindicatos e a classe operária são considerados como obstáculos para o processo de renovação econômica, desta maneira, aumentar o desemprego é uma forma de reduzir a força da classe operária. Segundo Neto (1998), nos momentos de crise no capitalismo aumenta o Exército Industrial de Reserva (EIR) permitindo aos capitalistas a obtenção de maiores lucros. A exemplo, destaca-se, o EIR sendo utilizado como variável de ajuste das relações salariais. As relações salariais se expressam através da real força de trabalho e também pelo conjunto de fatores que condicionam o processo de trabalho. no modelo de organização do trabalho Taylorista-Fordista, o aumento do EIR se apresenta como mecanismo de amenização da cultura fordista.

Assim, o desemprego e o EIR não são fenômenos naturais, pois a resistência dos trabalhadores organizados e da classe operária, a luta entre capital e trabalho, o jogo de forças contraditórias que se dá no mundo do trabalho, precisa ser controlado. A reconstituição do EIR é uma tentativa de superação da regulação política do fordismo pela reestruturação produtiva e o desemprego significa não somente a falta de emprego, do trabalho e da renda, mas também, salários baixos e uma força de trabalho vulnerável, pelo medo e ameaça de perder o emprego que estimula a disciplina do trabalho. Isto posto,

O desemprego tende a minar a solidariedade da classe trabalhadora empregada e desempregada, de tal modo que o desemprego em massa

torna-se o meio de debilitar a capacidade de luta dos assalariados (força de trabalho ocupada) organizados em sindicatos, o combate contra a expansão do desemprego torna-se então um problema de vida ou morte para os operários organizados. (NETO, 1998, p.94)

A reestruturação produtiva tem provocado transformações na estrutura interna das empresas, o que em geral tem resultado na diminuição de um número significativo de trabalhadores. Este fato tende-se à agravar pela introdução de novas formas de organização do processo produtivo e de novas técnicas de organização do trabalho como: a gestão pela qualidade total, terceirização, trabalho domiciliar. Devido a isso o “grosso”, da produção é tarefa dos trabalhadores externos, independentes e autônomos. Estes trabalhadores têm na produção pessoal de mercadoria a razão de seu sucesso.

Nesses casos, o trabalhador tem a impressão de maior liberdade, pois, ele é o responsável ou proprietário do negócio e dessa forma é ele quem dá e organiza todo o processo de trabalho. Assim, o trabalhador passa a se sentir parceiro dos seus antigos patrões, o que contribui para elevar a auto-estima do mesmo, pois se o homem perde o seu trabalho, na sociedade contemporânea, que fez do trabalho a motivação fundamental da ação humana, ele perde o sentido de sua vida. Para Oliveira (1998) o trabalho tradicional, remunerado, não em sua totalidade, mas de maneira gradativa tende a ser substituído por ocupações não remuneradas, as quais se apresentam como uma forma de dar o “sentido da vida”, no que se refere à motivação das atividades humanas. Mesmo assim, esta forma de trabalho não aponta para o desenvolvimento puro e simples do trabalho no sentido que conhecemos até agora, ou seja, o trabalho assalariado. Observa-se sim, que na sociedade contemporânea, há uma tendência à conviver com as novas e tradicionais formas de trabalho.

Contudo, com o aumento do desemprego “formas atípicas” de trabalho estão surgindo, como: trabalho temporário, o trabalho a domicílio, a subcontratação, a terceirização e outras formas de trabalho informal, que em geral são resultados da flexibilização das relações de trabalho. Na perspectiva de redução de custos das empresas e em consequência do aumento do lucro das mesmas, e com a diminuição acentuada do emprego formal e estável, o trabalho deixa de ter uma função que integra uma comunidade de produção e passa a definir um lugar na sociedade.

Sendo assim, constata-se que o trabalho informal e o desemprego se constituem em uma unidade que se situa no interior da dinâmica do capitalismo, em particular o capitalismo contemporâneo. Isso significa dizer que a precarização do trabalho que se alastra sob a condição de informalidade é produzida através do desemprego. A informalidade “amortece” os impactos sobre as taxas de desemprego aberto, ou seja, expõe as formas ocultas de desemprego que se caracteriza, segundo o IBGE (2005), como aquelas situações em que os desempregados apresentam diversas formas de procura por trabalho combinado ou não com realização de trabalho precário.

Portanto, o desemprego tem favorecido o êxito na implantação dos programas de gestão pela qualidade total e pelas novas técnicas de gerenciamento da força de trabalho, haja vista que os trabalhadores admitidos nas empresas, em geral, são aqueles que melhor assimilam o novo regime de trabalho, dito de outra forma, são aqueles que se submetem as novas formas de extração de mais-valia. A exemplo, destaca-se de acordo com as metas e produtividades: a terceirização, a subcontratação e etc.

A terceirização segundo Offe (1989) se constitui pela produção de bens e transfere-se para fora da estrutura institucional do trabalho assalariado formal e contratual, ocorrendo em áreas onde os trabalhadores não possuem o vínculo formal de trabalho. Em geral essas formas de trabalho se concentram no setor de serviços de comércio, nos bancos, nos serviços públicos das várias esferas do poder, comunicação e publicidade, onde a maioria dessas atividades é assalariada.

Verifica-se, portanto, que enquanto a prestação de serviços era vista pelo capitalista apenas como uma atividade que contribuía para o conforto, este não atraía maior interesse como forma de lucro, porém, a partir do momento em que a prestação de serviços passou a se constituir atividade lucrativa no mercado capitalista; o mercado mundial transformou-se em mercadoria e essa forma de contrato, transformou o trabalho, que até então era realizado para o atendimento das necessidades exclusivas dos próprios trabalhadores em contribuinte de uma grande parcela na divisão internacional do trabalho.

Dessa maneira, o contrato de trabalho sem tempo determinado, paulatinamente, perde sua hegemonia, o que demonstra a degradação da condição salarial na medida em que muitos trabalhadores perdem certos direitos trabalhistas e previdenciários. O trabalho assalariado que era responsável pela criação de vínculos sociais está perdendo esta característica para os

trabalhos terceirizados e trabalhadores informais, gerando um “distanciamento social” entre empresa cliente e os trabalhadores terceirizados. Esse fato pode ser percebido, quando tomamos, por exemplo, o caso de uma empresa que presta serviço na área da informática e tem sua sede em Minas Gerais, porém ganhou uma licitação para trabalhar para uma instituição federal, cuja matriz é localizada em São Paulo e executa pagamento em Belém.

Sendo assim, constata-se que o trabalho no sentido marxista perde muito de suas funções, a exemplo, a de socialização. A propósito, afirma Castel (1998), que os trabalhadores terceirizados ao perderem seus vínculos sociais no trabalho são privados de participar de “redes de relacionamento” que são indispensáveis na criação e viabilização de oportunidades para a ascensão profissional, especialmente para os menos qualificados.

A condição salarial no século XIX para Marx (1985) deveria ser abolida devido aos prejuízos causados ao trabalhador, no século XX a perda dessa condição afeta, de certa forma as relações sociais. Dessa maneira, torna-se particularmente difícil falar do trabalho assalariado da mesma forma como foi concebido no final do século XVIII início do século XIX, visto que os processos produtivos e suas relações na indústria, no comércio e nos serviços foram modificados nas últimas décadas e em consequência às relações de força estabelecidas entre capital e o trabalhador assalariado.

Assim, percebe-se que o emprego assalariado, caracterizado pelo contrato formal de trabalho, expressa uma das grandes conquistas obtidas através das lutas dos trabalhadores, pois traz consigo um conjunto de normas de proteção social e trabalhista, ainda que, em muitos casos essa forma de trabalho fosse precária. Contudo, nos anos 90, no Brasil, o crescimento das ocupações não assalariadas, tem implicado num considerável aumento da precarização das relações e condições de trabalho, considerando que diante do crescimento do desemprego, e da fragilidade das organizações sindicais, os trabalhadores em geral são obrigados a submeter-se à essas condições de trabalho.

Observa-se assim, que o trabalho assalariado formal estável vem diminuindo a partir da década de 90, e instituindo novas formas de trabalho, tendo-se como exemplo a terceirização e o trabalho informal, prevalecendo a lógica da sociedade de mercado o que não significa decretar a morte do assalariamento. Dessa forma, surgem novas alternativas de trabalho que parecem ser melhor do que o contrato formal. A exemplo, destacam-se os trabalhadores que montaram seu próprio negócio (comércio, cooperativa de serviço, etc.) e

nessas condições não se identificam mais como trabalhadores e sim como patrões, não se transformando necessariamente em capitalistas. É como se de uma maneira simples o trabalhador passasse de uma classe social à outra.

Nota-se que o trabalho assalariado passa a ter um novo significado para os trabalhadores, à medida que o processo de “taylorização” ou racionalização técnica e organizacional do trabalho, parece não valorizar o fator humano da produção industrial. Esse fato provoca a depreciação da esfera do trabalho e a desintegração das esferas sociais da vida, que são organizadas de acordo com as formas de trabalho e de emprego, em decorrência da tradição de família no que concerne do consumo ao lazer e a educação.

O emprego com carteira assinada se torna cada vez mais difícil, assim, o tempo de contrato de trabalho do empregado vem diminuindo e conseqüentemente tem-se a relativização da concepção do trabalho formal como gerador da identidade social e pessoal. Isso acontece devido o crescimento do desemprego e afastamento involuntário, para alguns, do trabalho formal. A própria estigmatização moral de desempregado passa a ser questionada já que esta situação não é tão somente individual.

1.1 Desemprego no Brasil: Anotações sobre sua história

O trabalho informal vem sendo utilizado como alternativa ao desemprego, sendo esse um dos problemas sociais e econômicos que atingem tanto os países desenvolvidos como os considerados em desenvolvimento. Em face dessa situação vários autores vêm se debruçando sobre esse tema na tentativa de explicar as causas desse fenômeno, sobretudo hoje, com o advento da chamada reestruturação produtiva. Sendo assim, torna-se necessário realizar uma breve incursão histórica acerca do desemprego¹ no Brasil, sem a pretensão de aprofundá-lo, atendo-se muito mais às décadas de 80 e 90 quando se observa um aumento significativo do desemprego, desta forma, pretende-se compreender a repercussão da reestruturação produtiva para o fenômeno desemprego ocorrido neste país, no referido período, e assim, poder compreender a venda de roupas usadas nas feiras do Barreiro e do Guamá como estratégia ou não de inserção ao trabalho.

¹ O desemprego, se dá quando a população economicamente ativa não satisfaz as exigências e necessidades da acumulação do capital. Segundo SANDRONI (2000) é uma situação de ociosidade involuntária em que se encontram pessoas que compõem a força de trabalho de uma nação.

Como se sabe no século XIX os brasileiros viviam em um país de características agrárias e a impressão que se tinha era que o mesmo estava dividido entre escravos e seus senhores de terra, os donos dos cafezais. De Norte a Sul existiam pequenos agricultores que trabalhavam em lavouras de subsistência e quando havia refluxo nas exportações de café, a agricultura de subsistência aumentava e se tinha uma reserva potencial de trabalhadores subocupados, prova disso foi à significativa migração de pessoas para a Amazônia vindas do Nordeste para trabalhar no ciclo da borracha, no final do século XIX, e no início do século XX. Além da migração para a Amazônia, nordestinos também migraram, em menor escala para o Rio de Janeiro e Minas Gerais. Entretanto, com a abolição da escravatura, ocorrida em meados de 1888, aumentou assim a massa de pessoas subocupadas, mesmo que no país ainda existisse o predomínio do trabalho agrícola.

Assim, as formas de ocupação aos poucos vão ganhando outras características, mas, nesse momento o que caracteriza o trabalho é a servidão, sendo que quem não fosse escravo ou se enquadrava nesse tipo de trabalho ou ficava desocupado. Havia nessa época, na área urbana, poucas ocupações aprazíveis ao homem livre, entre elas o funcionalismo público, o comércio, o ofício de mecânico, o advogado, o médico, o sacerdote e poucos engenheiros. Na área rural perdurava o padrão de sociedade escravista onde as oportunidades de trabalho destinavam-se à função de feitor e mestre de engenho. Os agricultores livres não aceitavam fazer serviços que consideravam trabalho de escravo nas fazendas de café, mas a falta de oportunidades de trabalho fez com que os homens livres aceitassem o trabalho braçal.

A partir do século XX tem-se na imigração estrangeira o aumento de mão-de-obra que se concentrava no Centro-Sul nas lavouras de café. Nesse mesmo período ocorreu também a migração nacional, pois os nordestinos migraram para trabalhar na extração da borracha na Amazônia. A partir de 1920, houve o aumento do número de indústrias, simultâneo ao aumento da produção agrícola em geral, o que estimulou o aumento de mão-de-obra disponível. Com a expansão da agricultura voltada para a exportação, reduziu-se parte do trabalho destinado à subsistência, aumentando a produção para o mercado interno de gêneros alimentícios no país. A força de trabalho utilizada nas oficinas artesanais e nas fazendas propiciava o cultivo mais rentável, assim, o que era produzido nas oficinas passou a ser comprado nas cidades. Parte desta mão-de-obra foi inserida no trabalho fabril urbano, ou seja, não há registro de falta de braços para o trabalho nas indústrias nesse período.

Segundo Hoffmann (1980), a lavoura de subsistência dirigida para o mercado interno absorvia boa parte do contingente de força de trabalho, mas, com a crise na agricultura de exportação, houve o incentivo à migração rural-urbana dando margem ao crescimento urbano industrial, aliviando o setor agrícola e suprimindo o mercado interno. Na década de 30, com a crise cafeeira de São Paulo, foram absorvidos no mercado de trabalho, os migrantes de outros Estados, devido ao processo de industrialização da cultura do algodão e da produção de gêneros alimentícios.

Na década de 50, com o crescimento da urbanização provocado pela industrialização, percebeu-se que este setor não estava conseguindo suprir a demanda de emprego, tornando visível nas cidades o fenômeno do desemprego e o do subemprego, fenômeno este, que até então não era tão perceptível devido ao predomínio da atividade agrícola.

Foi a partir da urbanização que o fenômeno de desemprego e do subemprego² se tornou visível, pois a população rural que trabalhava na lavoura de subsistência, passou a se concentrar nas áreas urbanas, mão-de-obra esta que não foi totalmente absorvida pela indústria. Nesse sentido, afirma Hoffmann (1980) que o deslocamento rural-urbano se deu devido à mudança de modelo econômico que era baseado na agricultura de subsistência para o agro exportador, no qual os lavradores que trabalhavam para a sua subsistência não tiveram acesso à propriedade da terra, não tinham recursos financeiros e conseqüentemente, não podiam explorar a agricultura comercial.

Na década de 70 a economia brasileira apresenta um rápido crescimento, mas duas questões ainda eram marcantes para aquela realidade: o êxodo rural elevado que trouxe conseqüências para o mercado de trabalho urbano, assim como tipo de geração de emprego e renda urbana, pois convivem no mesmo espaço o trabalho assalariado formal com garantias de direitos trabalhistas, tanto nas empresas públicas quanto nas privadas, assim como as formas precárias de trabalho³.

Em conseqüência, no final deste processo de crescimento econômico havia aumentado consideravelmente o número de trabalhadores por conta própria; redução do

² Subemprego é a parte do excedente de mão de obra que desenvolve o trabalho na informalidade. Afirma Sandroni (2000) que subemprego se caracteriza por uma remuneração muito abaixo dos padrões aceitáveis, que afeta trabalhadores não registrados, que compõem a força de trabalho de um país.

³ Forma de trabalho que não disponibiliza ao trabalhador as garantias dos direitos sociais, como: férias, descanso semanal remunerado, vale transporte e outros; assim como se apresenta como um trabalho instável, contratos por tempo determinado, exploração excessiva da mão-de-obra.

mercado de trabalho urbano devido ao lento crescimento do número de emprego e trabalho sem contrato formal, trazendo a tona um problema considerado inédito no Brasil, o desemprego aberto caracterizado por aqueles trabalhadores que procuram ativamente uma ocupação, estando em condições de exercê-la imediatamente, mas, sem desenvolver qualquer atividade laboral, assim como desemprego oculto, caracterizado por pessoas que exerceram algum tipo de trabalho de maneira descontinua. (IBGE, 2005)

Assim, o Brasil inicia os anos 80 marcados por uma crise econômica de caráter estrutural prolongada e aceleração inflacionária. Desta forma, a estagnação econômica impediu que novas oportunidades ocupacionais fossem criadas, afetando negativamente a inserção socioeconômica da população urbana. O padrão de crescimento econômico, baseado na substituição de importação, começou a dar sinal de esgotamento, as políticas econômicas adotadas no país condicionaram fortemente a dinâmica do mercado de trabalho na década citada, postos de trabalho foram eliminados com a recessão.

A recessão que afetou a primeira metade da década de 80 foi resultado da desaceleração do crescimento industrial da segunda metade da década de 70, o impacto desta recessão foi à retração do nível de produção e empregos industriais ocasionando o desemprego aberto ou a interrupção do assalariamento, formando uma estrutura ocupacional problemática. Mas, no final da década de 80, Dedecca (1998), afirmam que as taxas de desemprego encontradas apresentavam-se relativamente baixas nas metrópoles do país.

Nessa mesma década, as atividades agrícolas entraram em declínio devido à mecanização do campo, tanto que estas atividades passaram de 30% para 25% entre os anos de 1980 e 1989. Nas áreas urbanas, a indústria de transformação e a construção civil, principais empregadora da mão-de-obra egressa da área rural, absorviam cada vez menos a população ativa, pois estes setores foram os mais atingidos pela crise econômica. Assim:

a sustentação do nível de ocupação nos anos 80 dependeu muito da capacidade de absorção das atividades terciárias na área urbana, dentre elas estavam: reparação e conservação, alojamento e alimentação, atividades sociais e também serviços de apoio a atividades econômicas. (Idem, 1996, p.93),

Com a crise do modelo de desenvolvimento pautado na industrialização, perdeu-se a capacidade de dinamização da estrutura ocupacional, assim, novos empregos foram criados, sobretudo, pelo comércio e prestação de serviços e o mercado de trabalho brasileiro nos anos 80 encolheu, pois houve uma sensível redução dos investimentos e uma estagnação da produção deste setor. E diante desse quadro, nos anos 80 houve um aumento do trabalho informal como alternativa ao desemprego, gerando conflitos urbanos do tipo; saques e depredações.

Para os autores acima citados, entre o segundo semestre dos anos de 1989 e de 1992 a produção industrial diminuiu 15,6%, porém em 1994 houve um aumento de 21%, o que demonstra uma variação na produção industrial na década de 90. Quanto ao comportamento do emprego industrial, diminuiu na recessão e praticamente não se modificou com a recuperação da produção industrial, havendo com isso uma redução do emprego industrial. A partir de 1997 constata-se uma desaceleração da economia no país aumentando as proporções das taxas de desemprego.

As mudanças ocorridas no cenário financeiro internacional provocaram alterações na política econômica nacional, devido ao endividamento do país na década de 70, com efeito, a economia brasileira nos anos 80 foi marcada pela imposição internacional ao pagamento da dívida externa. Nos anos 90, com a diminuição das taxas de juros provocadas por mudanças no cenário econômico internacional, o Brasil teve acesso a este mercado, modificando a política comercial do país. No entanto, o seu aparelho produtivo precisou ser modernizado, as tarifas alfandegárias foram reduzidas e as importações controladas administrativamente. Tais medidas foram usadas como estratégia de controle da inflação e valorização da moeda nacional.

No entanto, na primeira metade da década de 90 a ausência de crescimento assalariado formal ocorreu devido à estagnação econômica e o reordenamento da produção industrial, através da modernização de maquinários e equipamentos, assim como a adoção de novos métodos de gestão do processo produtivo e de organização no trabalho, o que repercutiu nas mudanças do modelo econômico nos anos 90, exigindo que a classe empresarial criasse uma nova conduta, no sentido de implantar novos programas de gestão de produção, reorganização do trabalho e inovação tecnológica. A reestruturação das empresas visava o aumento das margens lucrativas, através de novos fundamentos competitivos que

resultam no aumento da produtividade do trabalho e altas taxas de investimentos nas grandes empresas. O aumento da lucratividade foi acompanhado pela redução de empregos, através da reorganização da produção e do trabalho, a terceirização e a subcontratação de mão de obra entre outros. Como resultado dessas mudanças tem-se o aumento do desemprego estrutural e alterações na composição ocupacional.

Apesar de algumas mudanças na legislação trabalhista, estimuladas pela redemocratização do país e consolidadas pela constituição de 1988, e do avanço dos sindicatos e das práticas de negociação coletiva, as empresas continuaram a ter muita liberdade para contratar, usar, remunerar e dispensar mão de obra.” (Idem, 1996, p.98).

Além disso, a variação do nível de produção faz com que as empresas mantenham o mínimo de empregados estáveis, ao mesmo tempo contratando por tempo determinado certos trabalhadores. Os demitidos levam mais tempo para se reintegrar ao mercado de trabalho formal, ficando em situação de desemprego prolongado. Diante deste fato, o problema do emprego assume nova configuração, pois as empresas se utilizam com mais frequência da subcontratação direta do trabalhador (terceirização), causando uma maior instabilidade e precariedade da ocupação.

Até a década de 70 o problema da falta de emprego era atribuído à limitação das estruturas econômicas que passavam por um processo de reorganização da atividade econômica e social. A crise em si levava a reorganização econômica e não objetivava a recuperação futura do nível de emprego. Na década de 80 o desemprego concentrava-se mais entre os jovens em busca de seu primeiro emprego e pessoas com pouca experiência profissional, considerados mais vulneráveis na estrutura ocupacional das empresas, o desemprego nesta década, era um fenômeno relativamente homogêneo, e dessa forma atinge a um número maior de extratos sociais.

Em face dessa situação, autores como Pochmann e Borges (2002), tentam explicar as causas da elevação do desemprego nos anos 80 e consideram duas como fundamentais, a saber: baixas taxas de expansão da economia brasileira nas ultimas décadas e a condução do novo modelo econômico desde 1990. Segundo estes autores, a renda per capita nacional entre 1961 a 1980 aumentou em 4% ao ano, já no período de 1981 a 1999 aumentou apenas 0,1%. Portanto, a década de 90 é apontada por estes autores como aquela de pior desempenho

econômico, o que reflete no comportamento atual do desemprego podendo-se dizer que a partir dessa década o país entra em recessão econômica. Assim, entre os anos de 1990 a 1992, o emprego formal diminuiu em 8,4%, crescendo em 130% o índice de desemprego. De 1993 a 1997 onde se registra sinais de recuperação econômica, a perda de emprego formal foi menor em relação ao período anterior, ou seja, chegando a 1,4%, mas a taxa de desemprego continuou crescendo atingindo 18,5%. (Idem, 2002)

Sendo assim, o aumento do desemprego se deu também devido ao endividamento interno e externo, motivado pela ampliação das importações. Assim, nos anos de 1994 a 1998, a geração de emprego foi desfavorável ao Brasil, haja vista que não houve ampliação das exportações, mas sim das importações, dessa maneira, o parque industrial nacional vem cedendo lugar às empresas internacionais e seus processos modernizadores da produção, provocando um retraimento das indústrias nacionais.

Nos anos de 1998 e 1999, “a economia brasileira voltou a reduzir o nível de atividades, apresentando indicadores estimados da queda da produção em 1,6% da redução do emprego formal de 3,1% e de elevação na taxa de desemprego em 45%”. No período de 2000 a 2002 a taxa de desemprego continuou elevada, atingindo 13,8% da PEA. (Idem, 2002)

Nesse caso, Pochmann (2002) afirma que, o novo modelo econômico implantado na década de 90 no país se constituiu de quatro elementos: as alterações na composição da demanda agregada; a natureza da reinserção externa; o processo de reestruturação empresarial; o padrão de ajuste do setor público brasileiro.

A demanda agregada foi revista em virtude do novo modelo econômico, o qual redefine o papel do Estado na economia (racionalização e descentralização dos gastos e privatização do setor público estatal), das desregulações financeiras (endividamento externo e interno e maior dependência financeira internacional), econômica (fusão de grandes empresas produtivas e financeiras), comercial (elevação brutal das importações e geração de déficit na balança comercial) e a estabilização monetária. Isto tudo não foi suficiente para suprir a necessidade de empregos.

Para Dedecca (1996) a reorganização ou racionalização produtiva tem provocado consequências econômicas e sociais que se diferenciam no espaço nacional. A racionalização econômica com elevado grau de terceirização das economias tem destruído crescentemente

as perspectivas de recomposição do nível de emprego com uma progressiva heterogeneidade das situações ocupacionais, acompanhadas por trabalhos precários.

Em face dessa situação a reestruturação do capital objetiva atacar o desemprego aberto em massa apenas com medidas direcionadas ao interior do mercado de trabalho, medidas focadas na mão-de-obra, buscando desvalorizar o custo da contratação, a desregulamentação do mercado de trabalho e a flexibilização das normas de relacionamento entre capital e trabalho. Com isso, à responsabilidade das políticas macroeconômicas pela geração do excedente de mão-de-obra passa a ser omitida” (POCHMANN, 2001,p. 41).

Para Matoso (1996), os problemas de inserção no mercado de trabalho independem do mercado de trabalho em si, já que existe um conjunto de fatores, tanto em nível nacional como internacional que afetam este mercado. Por isso, os problemas que assolam o mundo do trabalho não podem ser enfrentados apenas com políticas limitadas ao mercado de trabalho, como redução de jornada de trabalho ou apoio ao desenvolvimento de novas formas de ocupação e trabalho, para tal se faz necessário o acompanhamento de políticas públicas reguladoras nacionais e internacionais.

1.2 As inflexões da reestruturação produtiva sobre o mercado de trabalho

Conforme referido anteriormente, o processo de reestruturação produtiva tem implicado no aumento do desemprego. Assim, pergunta-se quais as inflexões desse processo no mercado de trabalho brasileiro e em particular no Estado do Pará, na cidade de Belém? Como se sabe as novas exigências dos mercados nacional e internacional fazem com que as empresas introduzam novos processos de produção e de organização do trabalho. Para tanto, estratégias são definidas de acordo com o aproveitamento das oportunidades de valorização do capital nos mercados financeiros nacionais, internacionais e a adequação das empresas às variações de demanda.

No que se refere ao aproveitamento da demanda para a valorização do capital o processo de reestruturação produtiva objetiva à redução de custos, através da flexibilização da produção e do trabalho de forma a eliminar a ociosidade dos fatores produtivos e dos riscos impostos pela instabilidade e mudanças dos mercados. Assim, as formas de flexibilização do trabalho se apresentam diferenciadas segundo a categoria funcional, ou seja,

os trabalhadores menos qualificados, vinculados ao denominado mercado geral de trabalho, via de regra, são contratados por tempo determinado ou parcial, enquanto que para os mais qualificados os contratos de trabalho são baseados nas relações de trabalho flexibilizadas. Para a implantação dessa forma de trabalho, certas empresas incentivam a demissão voluntária de certos segmentos de trabalhadores dos quais as atividades não se constituem atividades-fim das mesmas, assim como a formação de microempresas para prestarem serviços ao seu antigo empregador. A flexibilização dos processos produtivos implica na flexibilização das relações de trabalho. Em face a esse quadro, o Estado passa a exercer um novo papel na sociedade e em particular na regulamentação trabalhista, uma vez que as negociações entre capital/trabalho passam a ser efetivadas através da relação direta entre empresa e trabalhador.

Dessa forma, as mudanças nas relações de trabalho afetam a remuneração, tanto do segmento de trabalhadores estáveis quanto do segmento dos trabalhadores considerados instáveis da estrutura ocupacional de determinada empresa. A remuneração passa a ser vinculada a meta da produção imediata de cada trabalhador, o que tende a ser a regra para os trabalhadores menos estáveis e com contratos de tempo determinado ou parcial. Para aqueles trabalhadores mais estáveis e para aquela parcela de trabalhadores não estáveis, com contrato de trabalho por tempo indeterminado os salários são determinados por múltiplos aspectos da performance do trabalhador, como: produtividade individual, resultados obtidos pela empresa, criatividade no enfrentamento dos problemas cotidianos do processo produtivo, rendimento da equipe de trabalho, etc. Desta forma, o salário do trabalhador passa a ser determinado pelo rendimento específico de seu trabalho, ou seja, a sua produtividade para a empresa.

Constata-se assim, que a reestruturação produtiva causa impacto no nível de emprego, pois as grandes empresas para responderem as exigências do mercado, tentam também reduzir os custos de produção através da terceirização da mão-de-obra, principalmente daquela que não se constitui as atividades fins. Nesse caso, as empresas em geral, deslocam tais atividades para os setores de serviços, gerando assim uma forma de reordenação da estrutura ocupacional, provocando uma diminuição do emprego nas grandes empresas e contratos por tempo determinado nas pequenas e médias, elevando o nível de

precarização da estrutura ocupacional, na medida em que as grandes empresas passam os custos da ociosidade produtiva e do desemprego para as pequenas e médias empresas.

É notório que a reestruturação produtiva efetuada pelas empresas tende a reduzir os empregos estáveis, mas não necessariamente os precários. Ao contrário, a externalização de certas atividades de serviços a exemplo a manutenção de equipamentos, informática, assessoria técnica, limpeza, etc, têm reforçado a tendência de precarização. Este fenômeno não atinge somente as empresas privadas, mas também instituições públicas, visto que certas atividades foram externalizadas através da contratação direta ou indiretamente de trabalhadores, o que de certa forma contribui ainda mais para o aumento da precarização do trabalho no Brasil.

Nesse cenário o Estado perde o papel central de regulador do mercado de trabalho, abrindo espaço para negociação direta entre o trabalhador e a empresa, reduzindo seu poder de manter, alterar ou criar as regras e normas do mundo do trabalho. Para tanto as regras contrárias à flexibilização das relações de trabalho precisavam ser alteradas, assim o Estado passa a flexibilizar as negociações no âmbito das relações capital/trabalho a exemplo tem-se o processo de contratação e dispensa de trabalhadores, dessa maneira, o Estado pautado pela ótica neoliberal, passa a assumir outras funções que fortalecem o mercado, tais como: combate à inflação e aplicação do “receituário” ditado pela ortodoxia econômica do Banco Mundial e FMI, o que de certo caracteriza uma nova forma de subordinação econômica. O Estado passa a implementar uma série de reformas como: administrativa, previdenciária, educacional, urbana e etc. Sendo assim “O novo padrão de relação de trabalho tem mostrado ser incompatível com as principais normas que organizavam o padrão anterior, exigindo uma fragmentação das negociações coletivas” (DEDECCA. 1996, p.64).

As negociações coletivas deixam de ser o espaço básico para a discussão sobre a jornada de trabalho, salários, etc., e contradições sociais decorrentes da relação capital/trabalho são deslocadas do âmbito do Estado e do sindicato para o âmbito da empresa. Torna-se evidente o desmonte da organização política dos trabalhadores, aumento do desemprego, do subemprego e dos trabalhos informais. O nível de intervenção dos sindicatos nas relações capital/trabalho passa a ser ameaçado pela dificuldade em lidar, aparentemente, com este tipo de trabalhador, na medida em que se rompe com a tradição da luta sindical e o poder de articulação das políticas operárias se fragiliza.

Enquanto na década de 80 o serviço público absorvia um número expressivo de mão-de-obra, na década de 90, com a redução da capacidade de gasto do Estado, esta realidade mudou, o emprego público paulatinamente vem perdendo sua capacidade de expansão. Para Dedecca (1996, p.102),

Houve uma compensação parcial ao desempenho negativo dos setores de sustentação do nível de emprego urbano, que foi o aumento das atividades de serviço e comércio tradicionais, mantidas por pequenos e médios negócios, o que reforçou a situação de precariedade do mercado de trabalho.

Nesse quadro, o setor público intervém cada vez menos nas relações econômicas e sociais, segundo Dedecca (1996), esta retração do Estado objetiva diminuir a concorrência entre setores públicos e privados no campo econômico; amenizar os gastos públicos no sentido de permitir uma redução dos custos salariais indiretos do setor privado; reduzir as regulações públicas sobre as relações de trabalho para que as empresas possam restabelecê-las em bases mais compatíveis com a nova situação econômica. A retração do Estado tem o sentido de melhorar a taxa de lucros do setor privado.

Assim, o setor público que na década de 80 foi um dos principais responsáveis pela elevação ocupacional do país, na década de 90 a reestruturação do Estado leva ao enxugamento da folha de pagamento, através das demissões de funcionários públicos não estáveis pelo poder executivo federal e estadual, assim como a adoção de programas de demissão voluntária, privatização de empresas estatais e reforma administrativa.

Importa referir que, para que a reestruturação produtiva fosse implantada no país, obstáculos precisavam ser superados, como a resistência apresentada pelos sindicatos, que possuíam uma enorme capacidade de mobilização. Assim, dentre as estratégias governamentais para a implantação do processo de reestruturação produtiva estava a fragilização dos sindicatos através da incorporação destes aos ideários da reestruturação produtiva. Nesse sentido, Pochmann e Borges (2002) referem-se que o desemprego em massa é uma estratégia de enfraquecimento da luta sindical, o que significa que nas décadas anteriores a de 90, este fenômeno se apresentava como resultado da recessão econômica. A partir da década de 90 o desemprego passou a ser compreendido sob a ótica do processo político vivido naquele momento, pois, segundo estes autores, em 1998 o movimento sindical

no Brasil conseguiu fazer pouco menos de 400 greves, enquanto que nos anos 80 responsabilizavam-se por aproximadamente 4 mil greves no país.

Essa mesma hipótese é defendida por Braga (1996), quando afirma que a reestruturação produtiva é uma forma de passificação do capital no âmbito das forças produtivas, ou seja, a classe operária precisa dar seu consentimento ao processo de manutenção da hegemonia da direção da empresa além de se adaptar as novas exigências do mercado de trabalho. Isto significa dizer que o fundamento do domínio classista nos dias atuais passa, necessariamente pelas formas participativas de gestão e organização industrial, pelas mudanças nas leis trabalhistas e pela precarização do trabalho.

Apesar disso a organização sindical dos trabalhadores e suas conquistas criaram certas dificuldades à flexibilização do trabalho no Brasil. Em face dessa situação o Estado investiu contra os sindicatos, desregulamentando-os, revendo as negociações coletivas criando um relacionamento direto entre capital e trabalho. Favorecendo as empresas que reclamam autonomia quanto ao uso da força de trabalho (contrato de trabalho por tempo determinado ou em regime de trabalho parcial; flexibilização das ocupações e da jornada de trabalho).

Desta forma as exigências do mercado tem levado as empresas, em geral, a introduzirem novas tecnologias (robótica, microeletrônica, etc.) exigindo novos conhecimentos do trabalhador. Sem dúvida, a utilização de novas tecnologias apresenta-se como poupadoras de mão de obra, devido à necessidade do capital em aumentar as taxas de lucro reduzindo a folha de pagamento. Assim, o aumento do desemprego tem sido explicado muitas vezes pela desqualificação profissional do trabalhador para uso dessas tecnologias, justificativa esta que passa a ser utilizada como “amenizadora” dos questionamentos sobre os fatores que produzem e reproduzem o desemprego. Em face a essa situação o Estado tem criado financiamentos públicos para a qualificação dos trabalhadores e microcréditos para a organização de pequenos negócios (comércio, etc.), cooperativas e empreendimentos. Este fato faz com que os trabalhadores se sintam “culpados” por seu desemprego, uma vez que não dispõem de qualificação compatíveis com as “novas exigências” do mercado de trabalho.

Com isso, a classe patronal se utiliza da ameaça do desemprego para impor uma nova disciplina laboral no interior das empresas. A exemplo, destaca-se a gestão pela qualidade total, terceirização, remuneração variável e diversas formas de contratos, entre outros. Sendo assim, um novo modelo de desenvolvimento vem sendo engendrado não mais pautado na

industrialização; trata-se do modo de desenvolvimento sustentável, o qual não será tratado nesta dissertação.

Pelo exposto, concorda-se com Pochmann (2002) quando afirma que a amenização do problema do desemprego não se dá tão somente pelo aumento da produção, pois o modelo econômico adotado não se mostra favorável à geração significativa de empregos. O crescimento econômico é necessário, ainda que não seja suficiente para produzir o pleno emprego da mão-de-obra.

Segundo Pochmann (2002) o modelo econômico por si só não responde favoravelmente ao crescimento de emprego. Esta assertiva nos conduz a analisar o modelo de crescimento econômico adotado na Amazônia e sua repercussão na geração ou não de postos de emprego. No Pará, alguns estudos demonstram que o desemprego é muito mais determinado pelo modelo de desenvolvimento imposto à região do que resultante da reestruturação produtiva. É através desta análise que se pretende compreender o trabalho informal em Belém e em particular, o trabalho com a venda de roupas usadas nas feiras do Barreiro e do Guamá, conforme será tratado no próximo capítulo.

Capítulo II

O modelo de desenvolvimento econômico na Amazônia e o trabalho informal em Belém

Para analisar o desemprego no Estado do Pará e mais particularmente na Região Metropolitana de Belém, faz-se necessário tratar como se deu o desenvolvimento econômico na região amazônica, no qual se constata que o ciclo da borracha e o ciclo mineral marcaram a inserção econômica da região no mercado mundial, haja vista que a matéria prima extraída em sua maioria, destinava-se a exportação para os países de industrialização mais avançada. Este fato provocou sérios problemas sócio-econômicos para a região.

A Amazônia presenciou nas primeiras décadas do século XVIII uma economia baseada na coleta de drogas do sertão: cravo, canela, baunilha, salsa parrilha, copaíba e outras. Após isso, passou-se ao cultivo do cacau que se tornou a principal atividade econômica destinado ao mercado internacional que em 1730 representava 90% do total das exportações da Amazônia, até que o preço deste produto teve uma queda na Europa afetando a economia da região.

Entre 1805 a 1840 a economia da Amazônia entra numa fase de decadência que dentre os seus aspectos explicativos, aparecem às lutas políticas ocorridas no Pará, antes, durante e após a independência do Brasil: os efeitos da revolução cabana (1835-1840) e a crise do sistema escravista e semi-escravista que explorava índios e negros. (PETIT, 2003)

Contudo, no período de 1852 – 1862 a borracha começa a se tornar o grande produto de exportação do Estado do Pará. Ao longo dos anos, esta produção cresceu significativamente, tanto que, entre 1890 e 1910 a borracha representava 30% do valor total das exportações do país, sendo superada somente pela exportação de café.

Importa referir que parte da mão-de-obra utilizada nesse trabalho era formada principalmente por migrantes nordestinos, e constata-se também a presença de migrantes estrangeiros devido ao interesse internacional pela borracha bruta, tanto é, que o capital internacional foi utilizado para na infra-estrutura portuária através de bancos estrangeiros financiadores.

A lucratividade econômica dos barões da borracha favoreceu o processo de urbanização da cidade de Belém seguindo padrões europeus, destacando-se como obras mais significativas daquele período: o teatro da Paz, o porto de Belém, alguns palacetes da burguesia, calçamento de ruas, instalações de rede de esgoto, praças, jardins, plantação de mangueiras em algumas ruas de Belém e a construção do mercado de ferro.

Nas últimas décadas do século XIX e início do século XX, Belém foi considerada o principal centro comercial, financeiro e político da Amazônia. Teve um rápido crescimento demográfico e das atividades financeiras e comerciais. Contudo, o setor industrial não conseguiu acompanhar no mesmo ritmo essa expansão, que primava por pequenos estabelecimentos destinados ao beneficiamento de produtos agrícolas. Este fato pode indicar a limitada visão de mercado dos empresários deste período na região.

Diante disso, surge então a inquietação que também é compartilhada por Loureiro (1988) e Petit (2003) por que a burguesia amazônica, após a obtenção de tantos lucros não o reinvestiu na região? Por que os lucros obtidos no ciclo da borracha não foram utilizados pela elite local como forma de dinamizar a economia na Amazônia em especial em Belém, haja vista que, poderiam ter gerado novos investimentos como fábricas e serviços diversos? Por que com todo este contingente demográfico e excedente financeiro, não se criou condição para o processo de desenvolvimento do Estado do Pará?

Para Petit (2003) as respostas a essas questões precisam de mais pesquisas, no entanto, este autor trabalha com as seguintes hipóteses: a agricultura precisava de mais braços para se desenvolver, pois, boa parte destes estava ocupada na extração do látex; os industriais existentes no ciclo da borracha destinavam parte do seu capital ao reinvestimento no mesmo produto, não ampliando as atividades econômicas existentes no Estado e em Belém que se caracterizava por ser uma cidade de serviços.

Além disso, o sistema de aviação, criava obstáculos à modernização econômica da Amazônia, visto que necessitava de um grande contingente de mão-de-obra para uma atividade primária impedindo o desenvolvimento de uma agricultura comercial produtora de alimentos.

Contrariamente a Petit (2003), Loureiro (1988) não trabalha com hipóteses do não investimento do lucro da produção de borracha em Belém, pois se detém a algumas afirmações, tais como: a superproteção do governo estadual nos negócios da burguesia fez o

Estado investir no lugar dela e não lhe exigiu nada e nem a orientou. Para tal, o Estado apoiou a exploração excessiva do trabalho fazendo com que a burguesia acumulasse mais dinheiro, através do achatamento salarial provocado pelo sistema de aviamento.

Este sistema transformou-se em um inibidor do desenvolvimento de um mercado interno, pois os seringueiros possuíam pouco dinheiro e comumente dependiam de um só comerciante local para obter a mercadoria necessária para sua subsistência, a qual compravam por preços altos. Esta situação não favorecia o crescimento de um mercado interno dinâmico:

Se os salários tivessem sido regulados pelo Estado e fixados em pisos mais elevados, os empresários teriam a necessidade de introduzir procedimentos tecnológicos mais avançados, com vistas a continuarem garantindo uma boa margem de lucro sem a super exploração do trabalho. Mas o Estado brasileiro simplesmente permitiu esta super exploração, de forma que os empresários não sentiram a necessidade de investir em modernização da produção. O lucro vinha fácil e garantido para eles (LOUREIRO, 1988. p. 31).

Pelo exposto, constata-se que o capital comercial não se interessava por modernizar e inovar o processo produtivo da atividade econômica da área, que era de baixo nível, ocasionando o atraso tecnológico da produção o que impedia o avanço da mesma. A circulação de dinheiro e a integração desta economia aos mercados do Centro-Sul eram, de certa forma, insignificantes; fora as exportações, produzia-se apenas para a sobrevivência. Com efeito, constituía-se a região num mercado consumidor muito restrito e pouco atraente para os produtos do Sul devido à renda baixa dos consumidores locais.

A Amazônia era dominada por uma elite, com uma restrita visão de mercado que não investiam em tecnologia de produção, no avanço industrial e nem na ampliação do mercado consumidor interno, deixando maior parte da população em situação de pobreza. Esse tipo de sociedade que se formou na Amazônia é fruto do sistema de aviamento que restringiu ao mínimo a expansão do mercado interno e a divisão social do trabalho, restando qualquer desenvolvimento que pudesse ter dado origem a uma transformação fundamental na economia extrativa. A economia da borracha com seu sistema de aviamento inibiam o

desenvolvimento de um mercado interno. Sistema mantenedor do “status quo” de uma classe social.

A decadência deste ciclo deveu-se à plantação sistemática de seringueira no continente Asiático, o que barateou o preço do látex em nível mundial. Os críticos da crise culpavam a elite paraense, pois a consideravam imprevidentes, corruptas, presunçosas, retrógradas e temerosas de inovação. Porém existem também outras interpretações acerca dessa crise efetivada por alguns historiadores que afirmam que a elite local não percebeu os progressos na indústria da borracha representados pelo cultivo da seringueira.

Apesar do pouco interesse do governo federal, a economia da borracha amazônica era muito significativa em nível nacional, haja vista que ela era responsável por novos mercados de bens de consumo nacionais como: cachaça, carne seca, gado e produtos têxteis. Assim, essa economia respondia pelo menos por 20% do valor total das exportações brasileiras, atingindo 40% em 1910 (comparado ao café 41%) devido ao grande índice de exportação que impactava na balança comercial global⁴.

Devido à falta de apoio do governo federal à economia da Amazônia, a política local teve como consequência o fortalecimento da autoridade daquelas pessoas que, tanto em Belém como por todo interior do Pará, possuíam os maiores interesses financeiros no sistema econômico estabelecido. Contudo, a crise da economia da borracha, de certa forma, determinou a inserção da Amazônia no modelo econômico brasileiro.

2.1 A inserção da Amazônia na economia nacional

A integração da região amazônica na perspectiva nacional teve como um de seus pontos motivadores a decadência da economia da borracha, somado a crise da bolsa de valores de Nova York em 1929, onde os países europeus diminuíram o interesse pela matéria prima comprada dos países da América Latina, afetando a situação econômica destes países. Para a CEPAL a alternativa à crise econômica dos países da América latina estava em implantar no Brasil, um modelo econômico que incentivasse a industrialização e modernização das atividades primárias como forma de superar a crise do momento, assim como as diferenças econômicas regionais. Nessa concepção, os desequilíbrios regionais

⁴ Ver WEINSTEIN, 1993.

favoreciam muito mais o Centro-Sul do país, em especial São Paulo que possuía uma moderna indústria produtora de bens de consumo não duráveis e se constituía economicamente no setor mais dinâmico do país. A Amazônia, devido a sua atrasada base agrícola, estava excluída do processo econômico, social e político, por isso, o governo federal criou uma política de ocupação territorial da mesma, transferindo a esta, a responsabilidade de prover com recursos próprios, tarefas sociais e de desenvolvimento complementar ao desenvolvimento nacional.

Foi neste contexto que, em 1953 passou-se a estruturar a SPVEA, órgão responsável pelo desenvolvimento da região. Através desta instituição, definiu-se a área de abrangência da Amazônia Legal, que compreende os Estados do Pará, Amazonas, Acre, Amapá, parte do Estado do Mato Grosso, Goiás, atual Tocantins e norte do Maranhão.

Com a SPVEA teve início a intervenção planejada, pensada em nível federal, que definiu o modelo de desenvolvimento da região impondo uma outra estrutura sócio-econômica, porém sem gerar grandes transformações sociais. Assim, o governo federal passou entender que a Amazônia precisava ser auto-sustentável economicamente e ter seu vazio demográfico diminuído, pois esse vazio oferecia perigo político para o país na medida em que esse espaço geográfico poderia ser invadido por outras nações.

A SPVEA tinha os seguintes objetivos: ampliar a produção de alimentos através do incentivo à produção agrícola e pecuária com o intuito de conseguir auto-suficiência alimentar; incentivar a produção industrial com base nas matérias primas existentes na região; ampliar a rede rodoviária como forma de ligar via terrestre à região ao Sul e Oeste do país, além da construção da estrada para unir o Pará e o Maranhão; implantar um sistema de créditos capaz de capitalizar a iniciativa privada e a recuperação econômica das populações extrativistas, objetivando extinguir o sistema de aviamento; melhorar a condição de transporte, saúde e educação.

Esta instituição responsabilizou-se também pela implantação das usinas termelétricas e de energia elétrica em Belém e Manaus, pela implantação de saneamento básico, pela construção de escolas, hospitais e centros de pesquisa, pelo reaparelhamento dos portos e pelo sistema de navegação. Diversificou a agricultura utilizando uma forma racional para o cultivo da juta e da pimenta-do-reino, técnica esta aprimorada por colonos japoneses,

ampliando, desta forma, as atividades extrativas da região, tendo como sua obra mais marcante a construção da rodovia Belém-Brasília.

Ressalta-se que o incentivo à agricultura e ao extrativismo ainda fazia parte dos objetivos da SPVEA, pois a industrialização da região era considerada pela instituição com certa reticência. Assim, antes de aprovar qualquer projeto industrial deveria ser efetivada uma análise acurada para evitar as indústrias artificiais e deficitárias. No caso da agricultura era vista como alternativa viável, pois a mentalidade agrícola poderia garantir a permanência das pessoas nas cidades em que residiam, além de servir de atrativo para outros habitantes⁵.

O governo federal restringia seu papel basicamente à instalação de serviços sociais através da construção de hospitais, postos de saúde, escolas, alguns portos e trapiches. Apesar disso, Loureiro (1989) analisa que a SPVEA não chegou a atingir seu objetivo em razão da limitada participação da Amazônia no processo do capitalismo brasileiro, devido a não integração da Amazônia à economia nacional, o que resultou na falta de infra-estrutura física e na falta de infra-estrutura social. Por esse motivo, com a chegada dos militares no poder, a SPVEA foi extinta e criou-se a SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia), pois os mesmos concluíam que seus antecessores foram incompetentes na gestão daquele órgão. Assim, a SUDAM representava a implementação de suas diretrizes da administração federal na Amazônia Legal. Neste sentido foi criado o BASA (Banco da Amazônia), com o objetivo de financiar as atividades econômicas definidas pela SUDAM.

Estimular a ocupação do território, entre outras decisões estritamente militares ou político administrativas, para garantir a posse desse imenso “espaço vazio” sobre a Amazônia, isto é, a ameaça de perder ou enfraquecer o controle dessa parte do território nacional pela ação de outros países, e prevenir também, entre outros riscos, que se instalasse na região focos guerrilheiros, nacionais ou estrangeiros, como de fato aconteceu na região do Araguaia, entre 1967 e 1973, por iniciativa do Partido Comunista do Brasil (PETIT, 2003. p. 79).

O regime militar objetivava com a criação da SUDAM diminuir em muito o poder das oligarquias regionais e submeter o desenvolvimento da Amazônia a uma ótica de domínio

⁵ Ver BRITO, 2001.

tecnocrata. Sendo assim, o projeto de integração nacional estava sendo revisto, pois o ritmo das transformações econômicas da Amazônia precisava ser acelerado.

Enquanto a SPVEA visava o fortalecimento do sistema produtivo de bens e serviços econômicos, a SUDAM ia mais além, na medida em que visava o planejamento moderno e não apenas a valorização econômica.

Entre as atribuições deste órgão, destacam-se: planejar o desenvolvimento regional; coordenar as ações do governo federal na área de sua jurisdição. Estas atribuições eram limitadas, pois o governo federal impunha os interesses nacionais/setoriais sobre os interesses regionais e as aspirações da comunidade amazônica.

Tanto é, que na década de 70, foi definida a contribuição de cada região do país ao desenvolvimento nacional uma espécie de divisão nacional do trabalho, cabendo a região Centro-Sul, mais especificamente São Paulo, a indústria pesada que produz bens de capital vinculado ao plano nacional de industrialização. Para os técnicos da SUDAM, a região contribuiria para esse objetivo através da geração de divisas, produzindo insumos básicos para a região Centro-Sul e também produtos exportáveis. Esta proposta foi orientada a alcançar uma distribuição mais equitativa da renda nacional entre as diversas regiões do país, meta considerada de caráter permanente. Entre os objetivos imediatos estava a escolha dos setores ou produtos da Amazônia que poderiam oferecer maior contribuição ao desenvolvimento nacional. É nesse sentido, que segundo Petit (2003) a pecuária na Amazônia Legal estava voltada primordialmente à produção expressiva de receita cambial através da exportação de carne bovina, abastecimento de outros centros do mercado nacional, assim como o atendimento à demanda regional. Esta atividade foi utilizada como forma de ocupação efetiva do território amazônico. Sendo assim, a industrialização regional passaria a ser um desdobramento da industrialização nacional, tendo sua dinâmica ditada pelos interesses entre estes mercados, deixando claro o processo de integração dos mercados regionais ao nacional (CARVALHO, 1999).

A infra-estrutura criada para a integração nacional facilitou o acesso à região das grandes empresas do Centro-Sul do país e as indústrias internacionais para a instalação de seus empreendimentos, entre elas as construtoras que criaram tal infra-estrutura: Rodovias Belém-Brasília; Transamazônica; Perimetral Norte; Santarém-Cuibá; Manaus-Porto Velho; Hidrelétrica de Tucuruí; Ferrovia Carajás-Ponta de Madeira, etc.

Apesar disso, ainda na década de 70, os empresários locais reclamavam das dificuldades encontradas em termos de assistência técnica, recursos financeiros, problemas de mercado, levando-os a não desenvolver seus empreendimentos. A exemplo, destacam-se a indústria da cerâmica, madeira, produtos alimentícios, bebidas, cimento e parcialmente a metalurgia. Mas alguns setores da indústria continuaram sendo financiados: têxtil, papel e papelão, editorial, farmacêutico, perfumaria, sabões e vestuário.

Apesar do governo federal considerar a Amazônia um vazio demográfico, e dos discursos que pregava para a integração da Amazônia Legal à economia nacional, este mesmo governo não criou medidas para evitar as grandes concentrações de terra, haja vista que certos investimentos destinavam-se a criar programas de pólos agropecuários, agrominerais e infra-estrutura para projetos minero-metalúrgicos. Dessa maneira, a pecuária praticada na Amazônia se deu de forma extensiva, portanto o vazio demográfico não pode ser combatido com essas medidas, pois este modelo favoreceu a concentração de terras. O incentivo através do governo federal nas décadas de 60 e 70 voltados para o processo de ocupação produtiva da Amazônia e melhor aproveitamento de recursos naturais, não foi capaz de superar os seus problemas de desenvolvimento e pobreza, visto que, tal incentivo se deu através da implantação dos grandes projetos minerais.

2.2 Os grandes projetos de mineração no Estado do Pará

Tendo por base Castro (1995); Becker (1994), entende-se por grandes projetos, ou projetos de impacto, aqueles empreendimentos ou complexos produtivos de grande porte patrocinados e/ou financiados em grande parte pelo Estado, cujo investimento é equivalente ou superior a um milhão de dólares, instalados a partir da década de 70.

Como se sabe, é no Brasil que se localizam as maiores jazidas de minério de ferro, de alumínio, de cobre e manganês, reservas de ouro, níquel, estanho e caulim, situação esta que faz do Pará um dos Estados com o subsolo mais cobiçado em nível mundial. A década de 60 é considerada a década das grandes descobertas minerais, pois pesquisas geológicas se intensificam na Amazônia.

Essas descobertas impulsionaram a instalação de empresas de capital estrangeiro, considerando as crises que abateram o capitalismo na década de 70. Com a crise do petróleo

de 73-74, com o aumento do preço do barril de petróleo em 79-80, agravaram a crise cíclica do capitalismo, realçaram a importância de tais recursos, reforçando o papel da Amazônia como fornecedora de matérias-primas. O setor mineral contribuiu de forma relevante para a economia regional e nacional, ou seja, a sua exploração na região possui valor estratégico, sendo utilizado nas indústrias elétrica, eletrônica, nuclear e espacial. A maior parte da produção mineral de região é exportada sob a forma de bens primários; devido a isso as exportações têm um baixo acúmulo monetário.

Estes choques do petróleo levaram as principais empresas multinacionais de alumínio a pensarem em ajustes locacionais e a importância da energia elétrica para a produção de bens e produtos. Por exemplo, a bauxita para se transformar em alumínio requer 75% de energia elétrica. Rio (1996) afirma que,

o elevado conteúdo energético explica, em linhas gerais, a diminuição da produção de alumínio observada nos países onde a geração de eletricidade dependia de um parque térmico a partir dos derivados de petróleo, no caso países como Japão, Alemanha, França (RIO 1996, p.826).

Os choques de petróleo afetaram o crescimento regular da demanda causando uma crise econômica neste tipo de indústria. Assim, outros materiais apareceram como fortes concorrentes, a exemplo a fibra ótica e novas ligas metálicas, afetando o mercado tradicional do alumínio⁶.

A partir da década de 80, observa-se a desconcentração das plantas produtoras nos países centrais, sendo estas transferidas para um conjunto de países que reuniam vantagens como: fontes energéticas alternativas ao petróleo (hidroeletricidade, carvão, gás e outros) e grandes jazidas bauxitíferas, destacando-se países como, Brasil, Venezuela e Austrália.

Na mesma década, o valor do produto mineral da região de Carajás cresceu, em média, 18,3%, enquanto a produção no Estado do Pará, cresceu 15% e a produção brasileira cresceu 2,1%. Com toda esta riqueza em seu subsolo, a extração de diversos minerais encontrados no Pará passou a ter uma maior intervenção econômica do governo federal, devido à necessidade de negociar as suas dívidas com os seus credores internacionais. Neste sentido priorizou o investimento no setor de bens de capital e à Amazônia coube a exportação de produtos minerais em bruto ou beneficiado. Com isso, a União criou a infra-estrutura

⁶ Ver RIO, 1996.

necessária à exploração do minério, através da construção da hidrelétrica de Tucuruí, estrada de ferro Carajás - Ponta de Madeira em São Luis do Maranhão. Em 1980 foi instituído o Programa Grande Carajás (PGC) pelo governo federal, criando a exploração mineral em grande escala, abrangendo além do Pará, Amapá, Rondônia e Estados como, Maranhão e Goiás, do qual parte é hoje o Estado de Tocantins, estes últimos de forma parcial.

O PGC não ficaria restrito à pesquisa, extração, beneficiamento, elaboração primária ou industrialização e transporte do minério, sua função se estenderia ao incentivo de atividades agropecuárias e agroindustriais, reflorestamento e beneficiamento, industrialização de madeira e aproveitamento de fontes energéticas (PETIT, 2003. p. 99).

A exploração do setor mineral significou a mudança nos produtos paraenses de exportação, uma vez que nos anos 70, o Pará exportava para o mercado internacional principalmente Castanha-do-Pará e Pimenta do Reino, que segundo Petit (2003), chegaram a representar respectivamente um total de 21,6% e 42% das exportações. Esse volume declinou na década de 80 respectivamente para 5,7% e 12%, aumentando a exportação de produtos como bauxita não caucinada 21,9% e madeira cerrada 19,7%. Os produtos minerais chegaram a responder no mesmo ano a cerca de 70% das exportações do Estado e 4,4% em nível nacional. Nos anos 90 o setor mineral respondia por 71% das exportações do Pará.

O novo ciclo econômico do Pará é marcado pela exportação de ferro extraído da Serra de Carajás em 1986, diminuindo assim, o extrativismo florestal e atividades agrícolas de subsistência. Este fato repercutiu na vida da população economicamente ativa, visto que foram inseridas em novas formas de trabalho, apesar de que agricultura de subsistência continuou existindo em escala menor. Muitos trabalhadores buscaram emprego na construção de estradas, em novas indústrias, na área de garimpo, nas fazendas agropecuárias, no setor de comércio e serviços em núcleo urbanos e na construção de infra-estrutura que demandavam os grandes projetos minero-metalúrgicos e hidrelétricas (hidrelétrica de Tucuruí, Porto Trombetas, Balbina, Carajás, Albras/Alunorte).

No discurso de integração econômica fazia parte dos objetivos dos grandes projetos, a modernização regional, afirma Brito (2001) que esta estratégia visava na verdade captar divisas para o pagamento da dívida externa. Assim, a idéia de desenvolvimento da região era

objetivo secundário, ou seja, a modernização superficial, uma vez que a integração da Amazônia ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil, sem considerar as particularidades da região, gerou um processo de desestruturação social. Este fato se torna perceptível na afirmativa de Brito (2001):

Na medida em que o projeto governamental visa tão somente incentivar a introdução de forças produtivas tecnologicamente desenvolvidas, forçando a reestruturação de setores econômicos dentro de uma estrutura que rompe apenas parcialmente com a organização social não moderna (IDEM, 2001, p.158).

2.3 As consequências dos grandes projetos para a região Amazônica

Os grandes projetos significaram a internacionalização da economia da Amazônia, sobretudo devido à exploração do minério exigir tecnologia oriunda de outros países. Para tal, o governo federal ofereceu vantagens para que empresas transnacionais pudessem se instalar no Brasil. Dentre estas vantagens destaca-se o incentivo fiscal, o qual até 1965 era concedido apenas às empresas nacionais, o que deixa visível a transferência dos benefícios legais e tributários para as empresas transnacionais.

Essas medidas evidenciam o quanto o modelo de desenvolvimento oficial do país é subordinado à dominação econômica das transnacionais. Este modelo é conveniente principalmente aos interesses de empresas estrangeiras, fração dos empresários nacionais e banqueiros e a cúpula governamental. A propósito Bentes (1988, p.104) refere-se que fica “esclarecido a prioridade dada aos sucessivos governos brasileiros, com ligeiras exceções, ao problema da dívida externa.”

Neste contexto o PGC, assim como os demais grandes projetos instalados na Amazônia indicam uma opção política do governo federal, que ao desconsiderar as particularidades amazônicas, impõem consequências como: a perda do poder de decisão da população local sobre o que considera importante para o seu desenvolvimento, o que significa priorizar os interesses externos, em detrimento dos interesses da população local; chegando ao ponto em que o conselho interministerial do PGC excluiu do processo decisório o governo federal e os governos estaduais da Amazônia; além da exploração predatória dos recursos naturais.

Constata-se assim que esses grandes projetos e em particular o PGC são voltados para o fornecimento de matéria prima – minérios em bruto ou semi-elaborados, assim como, produtos (agrícola, carne bovina, etc.) para indústrias e mercados dos países industrializados. As regras de controle de preços dessas matérias-primas são ditadas pelas grandes empresas internacionais, capazes de manter os preços relativamente baixos por anos seguidos. O controle dos grandes grupos econômicos sob a produção e comercialização, assim como o uso de tecnologia, são fatores característicos dos grandes projetos. Contudo, esses projetos vêm causando desagregação das estruturas econômicas locais e ampliação da concentração fundiária. Longe de criar novos postos de trabalho como preconizava o governo federal, a primeira parte de sua implantação, que emprega boa parte da mão-de-obra na construção civil, gerou grandes possibilidades de trabalho. Porém, na primeira fase, o projeto gerou um número insuficiente de empregos para a demanda disponível, o que provocou migração das áreas onde são instalados tais projetos, principalmente de pequenos agricultores em busca de terras, com isso foram expulsos de suas propriedades, de forma que, quem não ficou na mesma cidade, migrou para outros locais que lhes ofereceram alternativas de trabalho; eleva-se assim, o número de pessoas sem trabalho no campo e na cidade, resultando no inchaço dos núcleos urbanos.

Além disso, destaca-se o fato de que as grandes empresas ao dominarem a produção e a comercialização das matérias primas produzidas na região Amazônica, levaram à falência grandes comerciantes e grande parte da indústria local foi absorvida por grupos econômicos externos à região. A tecnologia usada por essas empresas era poupadora de mão-de-obra, em alguns casos, os serviços especializados eram exercidos por profissionais do Centro-Sul, restando a mão-de-obra qualificada do local; os serviços não especializados eram disputados por trabalhadores não especializados.

Dessa forma, esses projetos geraram mais emprego em sua primeira fase, a de implantação, mas os empregos diretos foram poucos. Os produtos gerados pelos grandes projetos possuem poucos efeitos desencadeadores de outras atividades econômicas, haja vista que trabalham com matéria-prima e não com produtos acabados, tornando assim, raras as oportunidades de emprego e melhor aproveitamento das riquezas locais para a própria região.

Diante disso, a industrialização na Amazônia não foi capaz de resolver problemas como a geração de emprego e renda, nem desenvolver condições técnicas para o crescimento da indústria regional, pois grande parte do que se produzia na região era exportado.

No entanto, inúmeras transformações no que tange à infra-estrutura, foram ocasionadas pelos investimentos públicos e privados na região, entre estes, destacam-se os setores de transporte, comunicação e energia. Com isto houve um considerável aumento no quadro demográfico, que segundo Pandolfo (1994), entre 1920 e 1940 não houve aumento na população de 1,4 milhão de habitantes; mas entre 1940 a 1960 a população da Amazônia elevou-se para 2,6 milhões de habitantes, dos quais 60% concentravam-se no Pará; de 1960 a 1980 foi de 5,9 milhões.

Do ponto de vista econômico à implantação dos grandes projetos nos setores mineral, energético industrial provocou a instalação de inúmeras empresas de pequeno e médio porte, assim como o surgimento de serviços básicos, que contribuiu para o aumento da renda per capita da Amazônia e uma melhor participação na renda nacional, como reflexos da integração da Amazônia na economia nacional.

Assim, o setor industrial passou a se destacar na estrutura produtiva da região, no entanto, as transformações ocorridas na infra-estrutura acima citadas não foram acompanhadas de mudanças no quadro social, apesar de ter sido criado um certo aumento no número de empregos e das oportunidades de ocupação no campo; mas a renda continuou mal distribuída, mantendo a situação de pauperismo já existente na região antes da implantação dos mencionados projetos.

A Amazônia possui especificidades, que compõem seu sistema econômico, social e cultural, requerendo ações próprias, inovadoras, adaptadas à própria realidade. Com efeito, torna-se necessário a criação de um modelo de desenvolvimento nacional sem pôr de lado os interesses regionais. Diante disso, a industrialização na Amazônia não foi capaz de resolver problemas como a geração de emprego e renda nem desenvolver condições técnicas para o crescimento da indústria regional, pois como referido anteriormente, boa parte do que é produzido na região é exportado.

A SPVEA e a SUDAM representaram uma forma institucional que buscavam alternativas para superar o modelo extrativista na Amazônia, através da implantação da lógica da produção capitalista. Nesta perspectiva, o grande financiador do desenvolvimento

regional foi o Estado, que lançou mão de incentivos fiscais e creditícios para modificar a economia da região, porém, a partir da década de 80 o projeto de desenvolvimento da região começou a mostrar sinais de esgotamento e o setor industrial começou a apresentar números negativos na produção, a ponto de ser superada pelo setor de serviço.

Contudo, a população da região Norte cresceu acima do PIB, resultando em ganhos menores por habitantes e inúmeras mazelas sociais, o desenvolvimento passa a caracterizar-se como crescimento econômico, porém, o mercado de trabalho não conseguiu absorver o grande contingente populacional resultando no aumento da pobreza. Nesse sentido, Loureiro (1988) refere que:

Os novos projetos e seu processo de expulsão da terra transforma o homem amazônico em peão de fazenda, “formiguinha” de garimpo, mateiro, queimador da mata, biscateiro nas cidades, enfim, em indivíduos desenraizados, desentranhados da terra nativa, agora empregados de outros, trabalhadores do capital (LOUREIRO, 1988. p.54).

2.4 Os impactos dos grandes projetos na Região Metropolitana de Belém

Os municípios de Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides e Santa Bárbara do Pará compõem a Região Metropolitana de Belém (RMB). Segundo o recenseamento de 2000 essa região totalizou 1.794.981 habitantes sendo que, a maior concentração populacional encontra-se em Belém com 1.279.861 habitantes. A população urbana da RMB é de 1.754.099, o que corresponde a 97,7% da população total, dos quais 72,5% residem na cidade de Belém.

Quadro I: Distribuição da população por município na RMB

RMB	Pop. Total	Pop. Urbana	%	Pop. Rural	%
Belém	1.279.861	1.271.615	99.35	8.246	0.65
Ananindeua	392.947	391.994	99.76	953	0.24
Marituba	75.448	65.754	87.15	9.694	12.85
Benevides	35.350	20.726	58.63	14.624	41.37
Santa Bárbara do Pará	11.375	4.010	35.25	7.365	64.75
Total	1.794.981	1.754.099	97,72	40.882	2,28

Fonte: IBGE, censo 2000.

No que tange a situação econômica de Belém, município o qual se desenvolveu a pesquisa, representa 81% do PIB da RMB e 25% do estadual. Os outros municípios assim compõem o PIB da RMB: Ananindeua, 15%; Benevides, 2%; Marituba, 2% e Santa Bárbara 0%. (IBGE, 2005).

A economia da RMB pouco desenvolve atividades voltadas para os setores como a indústria (base extrativista) e a agroindústria, sendo as atividades de comércio e serviços responsáveis pela geração de 86% dos empregos formais. Segundo dados do IBGE (2005), 28,61% do total de ocupados, cerca de 215.019, são trabalhadores por conta própria, destes, 61.035 percebem no máximo dois salários mínimos, enquanto somente 8.568 trabalhadores conseguem ganhar entre 5 e 10 salários mínimos.

Conforme já referido neste trabalho, a partir do momento em que as potencialidades dos recursos naturais existentes na Amazônia passaram a ser vistas como alternativas aos inúmeros problemas sócio-econômicos do Brasil, a região passou a ser objeto de inúmeros investimentos visando o aproveitamento econômico destes recursos, através da implantação dos grandes projetos incentivados pelo governo federal.

Esses investimentos causaram impactos na economia da RMB, pois foi ampliada a instalação de certos serviços mais especializados, necessários ao apoio administrativo dos grandes projetos, como também houve o crescimento do setor de serviços decorrente dos empregos diretos gerados na fase de implantação e de operação dos mencionados projetos.

A possibilidade de emprego criado pelos grandes projetos aumentou o fluxo migratório nessa região. Inicialmente, esse fluxo migratório se deu para a área dos grandes projetos, mas ao término da fase inicial para a instalação dos mesmos foi reduzido o número de empregos e a migração foi dirigida para Belém na tentativa de encontrar alternativas de sobrevivência. Em consequência, a infra-estrutura existente em Belém se mostrou inadequada ao volume demográfico, em função da deficiente oferta de bens coletivos de consumo e o aumento da favelização. Dessa forma, aumentando a segregação social e a estratificação do espaço urbano (o que não será tratado nesta dissertação). O quadro a seguir apresenta a dimensão do aumento do número da população existente no Estado do Pará e nas principais cidades, no período de 1980 a 1988.

Quadro II: Identificação do número da população das principais cidades e do Estado do Pará, no período de 1980 a 1988.

Unidades	1980			1988			%
	urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total	
Pará	1670	1742	3412	3148	2434	5582	88,5
Belém	827	108	935	1168	104	1272	41,23
Santarém	102	45	147	180	74	254	76,47
Marabá	42	18	60	170	46	216	304,76
Castanhal	52	10	62	96	5	101	84,62

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil. IBGE 1991.

Conforme mostra o quadro, a década de 80 apresentou uma sensível diminuição da população na área rural das principais cidades do Estado do Pará. Esse fato pode ser compreendido pela migração ocorrida do campo para a cidade devido à falta de oportunidade de trabalho, levando a população buscar formas de sobrevivência nas cidades mais desenvolvidas do Estado. Dessa forma, a taxa média de crescimento anual da população do Estado do Pará na década de 80 foi de 3 a 4%. Na década de 90, segundo os dados do IBGE (2005), cerca de 50% dos residentes na RMB, afirmam não ter nascido no município onde residem, sendo que 20% destas pessoas são oriundas de outras unidades federativas, principalmente do Maranhão.

Percebe-se assim, que o modelo de desenvolvimento econômico imposto à região Amazônica pelo governo federal em articulação com o capital internacional fez com que grande parte da população residente nos centros urbanos dessa região, em particular, Belém, tivesse a sua forma de reprodução social modificada adequando-se a esse modelo econômico, predispondo a maioria dos trabalhadores a inserir-se no mercado de trabalho informal.

A tabela abaixo apresenta o valor de produção dos setores da economia na RMB, no período entre 1980 e 1989.

Quadro III: Apresentação do PIB por setores da economia da RMB no período de (1980 – 1989)

ANO	1980		1989	
Setor	Valor	%	Valor	%
Primário	6.268	0,3	10.702	0,3
Secundário	281.075	12,9	951.378	27,8
Terciário	1.877.085	86,7	2.454.476	71,9

Fonte: RODRIGUES, 1996, p.111. Adaptado pelo autor.

O quadro demonstra que o setor primário se manteve estável; enquanto que o secundário demonstra tendência de crescimento, destacando-se principalmente a construção civil, através da construção de equipamentos urbanos e a valorização da especulação imobiliária, fruto de aliança entre certas empresas (empreiteiros) e poder público. Apesar do PIB do setor terciário apresentar-se predominante, verifica-se uma queda, sendo que na década de 80, este demonstrou um certo dinamismo econômico motivado pela prestação de serviços e comércio de mercadorias.

No que se refere à capacidade de absorção de mão-de-obra desses setores, verificou-se que o setor primário apresentou crescimento no número de empregados, pois em 1980 havia 6.389 trabalhadores residentes na RMB e em 1990 já se contava com 7027, ou seja, obteve significativo crescimento de 10%. O setor secundário recebeu um incremento produtivo, mas teve um decréscimo em termos da absorção do número de trabalhadores de 81.078 para 79.681, ou seja, 2%. O terciário passou de 230.938 empregados para 407.076 tendo um crescimento de 76%.

Esses dados permitem constatar que o setor primário é pouco significativo em termos de absorção de mão-de-obra na RMB; o secundário consegue absorver mais trabalhadores, porém sofre uma pequena queda, enquanto que o comércio e os serviços por existirem, em alguns casos, sem registros fiscais, apresentam um maior número de trabalhadores. Pelo exposto pode-se concluir que a crise no setor secundário propiciou o aumento do desemprego e do trabalho informal na RMB. Ou seja, o modelo de desenvolvimento econômico para a região Amazônica repercute na economia de Belém, na medida em que a dinamização econômica e a industrialização apresentam-se incipientes, o que favorece o crescimento do desemprego, excluindo dos espaços formais da economia um grande contingente de mão-de-

obra, que devido a necessidade de reprodução social inserem-se no trabalho informal. Em síntese, a estrutura econômica de Belém possui uma base frágil, pois depende de bens produzidos em outras regiões. Convivendo com baixa qualificação profissional, reproduz um quadro de desemprego e subemprego, onde ruas e praças são dominadas pela informalidade do trabalho.

Dessa forma, o PIB da RMB se repete na década seguinte. Segundo os dados do IBGE (2005) o setor econômico da RMB está assim distribuído: o primário responde por 1% do PIB; o Secundário por 38%; o Terciário 61%. Destaca-se novamente o setor terciário cujas atividades de comércio e serviços são responsáveis pela maior parte dos postos de trabalho informal. A indústria, ou seja, o secundário, possui uma significativa representatividade, sobretudo pela absorção da mão-de-obra na indústria da construção civil.

Quadro IV: Identificação do percentual da população de desocupados no país, na UF e em Belém na faixa etária de 10 anos e mais no período de 1997 a 2001.

	1997	1998	1999	2001
Brasil	7,8 %	9,0 %	9,6 %	9,4 %
Pará	9,6 %	8,2 %	9,6 %	10,0 %
Belém	12,7 %	10,3 %	16,5 %	14,1 %

Fonte: IBGE 2005. Adaptação do autor.

Os dados contidos no quadro acima evidenciam que a esfera municipal é a que registra o maior índice de pessoas desocupadas, visto que Belém é o município com maior número populacional do Estado e seu mercado de trabalho não consegue absorver uma maior parcela desta mão-de-obra. Um dos fatores que contribui para tal situação é o baixo índice de desenvolvimento industrial local.

Quadro V: Apresentação da escolaridade dos desempregados na RMB com 15 anos e mais no período de 1997 a 2004.

Ano	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004
Taxa de analfabetismo	2,4	4,5	3,4	1,7	1,5	2,5	1,6
Escolaridade: fundamental incompleto	38,9	47,6	37,0	36,6	37,9	37,6	32,2
Fundamental completo	12,5	15,3	14,4	14,9	10,9	11,8	11,2
Médio incompleto	10,9	9,7	14,4	16,7	16,6	14,7	15,9
Médio completo	26,9	24,7	27,3	25,3	28,1	27,6	33,6
Superior incompleto ou mais	10,7	2,8	7,0	6,5	6,5	8,3	7,1

Fonte: IBGE, 2005. Adaptação do autor.

Os dados mostram que os desempregados analfabetos são em número cada vez menor na RMB, haja vista que o número de analfabetismo vem diminuindo no país, devido ao aumento do percentual de escolaridade dos trabalhadores no período de 1997 a 2004. Assim, verifica-se que o quadro é composto em maior número, por pessoas de ensino fundamental incompleto. Devido as exigência de maior escolaridade e domínio de certas habilidades pelo mercado de trabalho, quem responde a estas exigências têm mais possibilidade de inserção no mercado de trabalho em relação aos que tem menos escolaridade. Contudo, a tabela acima mostra que a maioria dos desempregados da mencionada faixa etária, possui o ensino fundamental incompleto (32,2%) e o ensino médio completo (33,6). Assim indaga-se: quais são as exigências do mercado de trabalho na RMB em termos de escolaridade? Os dados apontados na quadro V sugerem que o mercado de trabalho em Belém esteja exigindo maior

escolaridade, visto que, apenas 7,1% dos que possuem nível superior encontram-se desempregados naquela faixa etária. Entretanto, o quadro abaixo mostra que além da escolaridade, o fator de gênero também repercute na inserção no mercado de trabalho, haja vista que no período de 1997 a 2004, maior número de desempregados compreende a faixa etária de 15 anos ou mais de idade.

Quadro VI: Identificação dos desempregados na RMB segundo o gênero (com 15 anos ou mais de idade), nos anos de 1997 a 2004.

Gênero/ano	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004
Masculino	45,1	44,8	48,2	46,0	45,4	45,1	42,4
Feminino	54,9	55,2	51,8	54,6	54,6	54,9	57,6

Fonte: IBGE, 2005. Adaptação do autor.

Segundo os dados apresentados neste quadro, os desempregados são compostos em sua maioria pelo sexo feminino. Contudo, a população economicamente ativa na RMB é composta em sua maioria por pessoas do sexo masculino que abrange 449.442 e as do sexo feminino é composta por 336.075. Este fato, aparentemente, pode indicar que o mercado de trabalho tem preferência por homens. Ora, sendo as mulheres economicamente ativas em menor número em relação aos homens, pergunta-se: por que elas compõem de forma relevante o quadro de desempregados? Estaria esta situação relacionada ao fato dos homens responsabilizarem-se pela manutenção econômica da família? Sem dúvida as respostas a estes questionamentos requerem estudos mais aprofundados, que não se constitui objeto deste trabalho.

Quadro VII: Apresentação do número dos desempregados na RMB por faixa etária de 15 e mais anos de idade, no período de 1997 a 2004.

Idade/ano	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004
15-24	44,8	38,9	44,8	45,6	48,7	51,1	47,0
25-49	48,5	55,9	47,1	49,7	46,2	42,8	48,9
50 anos ou mais	6,7	5,2	8,0	4,7	5,0	6,1	4,1

Fonte: IBGE, 2005. Adaptação do autor.

O quadro mostra que o período que abrange os anos de 1997 a 2001, as pessoas na faixa etária de 25 a 49 anos representa em média 47% dos desempregados na RMB, enquanto que no mesmo período os de faixa etária de 15 a 24 anos representam 38% e a partir dos 50 anos representam 5%. No período seguinte que vai de 2002 a 2004 existe um aumento na média percentual de desempregados que se encontram na faixa etária de 15 a 24 anos chegando a 47%, enquanto que as outras faixas etárias têm as suas médias mantidas. Assim, observa-se a necessidade de aprofundar a discussão sobre o que está proporcionando a diminuição da idade do grupo mais vulnerável ao problema de desemprego, o que não será efetuado neste estudo.

Nesse contexto, percebe-se que as pessoas do sexo feminino, as pessoas com idade entre 15 a 49 anos e os que possuem o ensino médio completo, compõem o grupo mais vulnerável ao problema do desemprego na RMB.

Quadro VIII: Identificação do número de pessoas de 10 anos e mais de idade ocupadas no município de Belém, no período de 1997 a 2004.

Categoria do emprego no trabalho principal	Quantidade de empregados
Com carteira assinada	154.048
Militares e funcionários públicos estatutários	42.480
Sem carteira assinada	122.443
Empregadores	10.022
Não remunerados em ajuda a membro da família	6.402
Trabalho na produção para o próprio consumo	1.053
Conta própria	124.092

Fonte: IBGE, 2005. Adaptação do autor.

O quadro acima mostra que as pessoas ocupadas no município de Belém com carteira assinada e funcionário público estatutário representam 42,7% da população ocupada e 48,3% da população ocupada trabalha por conta própria e sem carteira assinada. Dados do IBGE (2005) mostram que os trabalhadores sem carteira assinada, os que ajudam à família e não são remunerados e os que trabalham por conta própria, representam 80% da PEA na RMB.

Quadro IX: Emprego formal, segundo atividade econômica, na RMB, no período de 1994-2004.

Ano 1994

Atividade econômica	Admitidos	desligados	Saldo
Extrativismo mineral	175	200	-25
Indústria de transformação	10560	9956	604
Serviço ind. Útil. Pública	377	341	36
Construção civil	3215	3731	-516
Comércio	12142	11780	362
Serviços	21268	19115	2153
Administração Pública	711	497	214
Agropecuária	931	971	-40
Total	49379	46591	2788

Ano 2004

Extrativismo mineral	12	5	7
Indústria de transformação	8429	7041	1388
Serviço de ind. e útil. Pública	483	339	144
Construção civil	7295	7072	223
Comércio	18986	14435	4551
Serviços	28033	22764	5269
Administração Pública	38	31	7
Agropecuária	1778	1492	286
Total	65054	53179	11875

Fonte: Anuário Estatístico do Município de Belém 1997/2005. Adaptação do autor.

Os quadros mostram a variação no saldo de emprego em diversos setores, a maioria neste espaço de tempo teve uma significativa mudança aumentando seu saldo, com exceção da administração Pública que apresentou uma queda, ocasionada pelas mudanças no gerenciamento do patrimônio público, as quais determinaram que o limite para o gasto com a folha de pagamento seria de 60% da arrecadação, assim como o processo de privatização e terceirização de alguns serviços públicos. Em termos quantitativos os maiores geradores de emprego na RMB são os setores de comércio e serviço. Do saldo total de empregos gerados na RMB, 84,89% representam tais setores. No ano de 1994 e em 2004 o saldo por atividade econômica é de 82,69%, o que significa dizer que estes setores continuam sendo os grandes geradores de ocupação na RMB. Outro fato relevante é quanto à naturalidade das pessoas ocupadas.

Quadro X: Pessoas de 10 anos e mais de idade, ocupadas, sexo e naturalidade em relação ao município de Belém , no período de 2001 a 2005.

Sexo	Naturalidade em relação ao município	2001	2002	2003	2004	2005
Total	Total	685.788	763.755	809.305	849.696	885.348
	Naturais	327.078	336.412	374.868	412.534	396.272
	Não naturais	358.710	427.343	434.437	437.162	489.076
Homem	Total	401.940	434.820	455.720	479.538	495.446
	Naturais	194.028	193.847	211.197	231.019	219.802
	Não naturais	207.912	240.937	244.523	248.519	275.644
Mulher	Total	283.848	328.935	353.585	370.158	389.902
	Naturais	133.050	142.565	163.671	181.515	176.470
	Não naturais	150.798	183.370	189.914	188.643	213.432

Fonte: IBGE – PNAD – 2006. Adaptação do autor.

O quadro demonstra que as pessoas ocupadas em Belém são em sua maioria não naturais do município, atingindo uma média aproximada de 51%, o que demonstra que Belém continua sendo um forte pólo migratório do Estado. Quanto ao sexo, o homem continua tendo uma presença marcante neste quadro de ocupações, sendo que os não naturais representam em média aproximadamente 51%. Quanto às mulheres a média é de aproximadamente 53% de não naturais.

Este fato pode estar relacionado à economia na RMB que não consegue expandir suas atividades para setores como a indústria e a agroindústria. Sendo assim, grande parte da mão-de-obra passa a ser absorvida pelo trabalho informal. Com esse entendimento, pode-se inferir que a inserção dos trabalhadores ao trabalho informal é determinada pelo modelo de desenvolvimento econômico adotado no mundo e em particular no Brasil/Pará que prioriza a adoção de novas tecnologias de produção, através da extração da mais-valia relativa e da redução do trabalho vivo, diminuindo dessa forma a inserção da força de trabalho no processo de produção. No caso específico da RMB verifica-se que não há expansão do setor secundário da economia onde os trabalhadores, em geral, não conseguem se inserir no mercado formal de trabalho e assim, tendem a recorrer ao trabalho informal objetivando alcançar algum tipo de renda para atender às suas necessidades básicas, assim como os apelos do empreendedorismo, “adaptando-se” ao novo modelo do capital.

Segundo análises do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-econômicos – DIEESE/PA, nos últimos 10 anos, mais de 100mil trabalhadores passaram a ocupar o trabalho informal. A estimativa do DIEESE/PA para a RMB é hoje de, aproximadamente, 350 mil trabalhadores para uma população de 900 mil para todo o Estado do Pará. A expansão do trabalho informal na RMB é observada com maior nitidez pela multiplicação dos camelôs, que totalizam quase 10 mil dos trabalhadores na informalidade e ocupam cada vez mais as ruas e praças de Belém (SÁ, 2006).

CAPÍTULO III

OS DETERMINANTES POLÍTICOS, ECONÔMICOS E SOCIAIS DO TRABALHO INFORMAL

Analisar os determinantes políticos, econômicos e sociais do trabalho informal conduz inicialmente a precisar o que se entende por este, contudo, as inúmeras atividades desenvolvidas, que são caracterizadas como trabalho informal, dificulta a elaboração de um único conceito. Em alguns casos, certos setores são privilegiados destacando particularidades dos trabalhos informais, o que acaba por generalizar o conceito, o que de certo modo expressa a realidade desta forma de trabalho em sua generalidade, pois certas características não são comuns a todos, existindo assim, uma heterogeneidade ocupacional. Porém, não se pode omitir que a noção do trabalho informal depende sobretudo do trabalho formal, respeitando as singularidades de cada país, região, período e categoria funcional. Sendo assim, será discutido nesse capítulo o conceito que se considera mais adequado à compreensão do trabalho informal desenvolvido sobretudo, a partir da década de 90, assim como será efetuado um breve resgate histórico acerca da informalidade no país e a concepção do referido tipo de trabalho ao longo da história e as políticas públicas voltadas ao trabalho informal. Pretende-se ainda analisar se esses trabalhadores fazem parte do exército industrial de reserva, segundo a concepção marxista.

Segundo Tavares (2001),

O explosivo crescimento do trabalho informal, a partir da década de 90, não permite mais que a informalidade seja explicada por unidades produtivas de caráter individual ou familiar, consubstanciado, em geral, apenas atividades de sobrevivência orientadas para a reprodução do trabalhador e do seu núcleo familiar, comportamento este que se inscreve entre as características definidoras do que se conhece como setor informal. (TAVARES: 2001, p.87).

Ora, se tomarmos como verdadeira a afirmação acima citada, pode-se deduzir que o trabalho com a venda de roupas usadas não pode ser explicado apenas como uma forma de

reprodução social desses trabalhadores, e sim, ser compreendido a partir das transformações no mundo do trabalho ocorridas nos últimos anos, que se expressa na redução do emprego, sobretudo industrial, e nos processos de terceirização que impõem alterações importantes na composição do trabalho informal.

O termo “setor informal” aparece como uma ação complementar às políticas públicas de assistência, ou seja, restrita às atividades de sobrevivência, devido à terceirização, a subcontratação, o termo precisa ser revisto. Logo, percebe-se que “setor informal” é um conceito fechado na medida em que não dá conta da realidade, pois expressa apenas um aspecto da informalidade, mas sem esgotá-lo, enquanto que o trabalho informal engloba determinadas formas de organização da produção, o trabalho por conta própria, a micro empresa, as formas ilegais de assalariamento e as práticas ilícitas de comércio, como o tráfico de drogas e a venda de mercadorias providas de roubos. Assim, neste trabalho optou-se pela concepção do trabalho informal e não setor informal, haja vista que tem como objeto de estudo o trabalho com a venda de roupas usadas nas feiras do Barreiro e do Guamá. Registra-se que alguns trabalhadores inseridos nessas feiras já trabalharam com carteira assinada e hoje são aposentados tendo esta atividade como complemento na renda familiar e também como forma de se sentirem úteis à sociedade, usando esta atividade de forma “lúdica”. No entanto, para outros trabalhadores esta atividade se constitui na principal fonte de renda familiar.

Sabe-se que o trabalho caracterizado como informal, no Brasil, data de mais de dois séculos na história da sociedade urbana brasileira, pois desde o período de escravidão já se encontrava no meio urbano, o trabalho exercido de forma independente e à margem da regulamentação social. A exemplo, destacam-se os escravos de aluguel, de ganho que vendiam quitutes pelas ruas, devido terem que pagar uma porcentagem pré-fixada a seus proprietários e os libertos que trabalhavam de forma irregular nas corporações, nas manufaturas, nos comércios ambulantes, nos serviços de transporte e nos serviços domésticos.

No final do século XIX e no início do século XX o trabalho irregular passou a ser exercido pelos imigrantes em outras atividades econômicas, sob a forma de auto-emprego. Esses trabalhos eram exercidos muitas vezes sem as licenças previstas em lei, coexistindo, ora com a tolerância, ora com a cumplicidade na irregularidade, gerando conflitos entre os

comerciantes e os artesãos que eram estabelecidos de acordo com as normas legais. Este fato pode indicar o início do surgimento de diversas formas de inserção ao trabalho no meio urbano daquela época, mas que se estende até a conjuntura atual. No Brasil, observa-se o aumento do número de trabalhadores assalariados sem registro e de ocupações não assalariadas, resultando na precarização das condições e das relações de trabalho. Segundo o Ministério do Trabalho, em 1980 o Brasil possuía cerca de 23 milhões de trabalhadores assalariados com registro formal, e, em 1989, havia passado para 22,5 milhões. Contudo, em 1999, a quantidade de assalariados com carteira assinada havia caído para 22,3 milhões de trabalhadores (TAVARES, 2001).

Assim, a diversidade das atividades desenvolvidas de forma irregular e a relação que se estabelece com o trabalho informal dificultam à elaboração de um único conceito sobre este. Considerando que a concepção dualista do trabalho “formal e informal” seja insuficiente para conceituar “trabalho informal”, os organismos financeiros como o Banco Mundial e o FMI vêm insistindo nessa dicotomia, sem estabelecer nenhuma relação com a organização produtiva. Segundo Tavares (2001) o trabalho formal e informal coexiste na unidade do capital, porém na fase de transição para um novo modelo de produção, denominado por Harvey (2003) de “acumulação flexível”, o trabalho informal tende a ser considerado como uma nova forma de trabalho.

A noção de informalidade, segundo Silva (2003), surgiu mais precisamente na década de 60 a propósito dos problemas ligados à incorporação produtiva de crescentes contingentes de trabalhadores que se deslocavam para as cidades em todo o mundo “subdesenvolvido”. Nesse primeiro momento, gerou-se uma polêmica intensa, contrapondo duas posições polares que, entretanto, compartilhavam certos pressupostos. De um lado, a “teoria da modernização” sublinhava que o baixo nível de capitalização dos países desequilibrava a estrutura do emprego urbano. Dessa forma, o trabalho informal era visto como transitório, caracterizando uma espécie de pré-incorporação ao trabalho assalariado dos contingentes migrantes, cujos modos de vida ainda não eram adequados aos padrões moderno-industriais, mas também já não eram inteiramente tradicionais. Posteriormente, as dificuldades do processo de substituição de importação produziram uma concepção menos otimista acerca da informalidade, embora se concentrasse no mesmo quadro de referência daquela acima mencionada. Trata-se da “teoria da marginalidade” que enfatizava as conseqüências da

estratificação social nas dificuldades de superação dos desequilíbrios estruturais identificados. Essa perspectiva analítica que tendia ser de natureza sócio-cultural, se aproximava da noção de informalidade que se baseava nos estudos econômicos do subdesenvolvimento patrocinados por agências internacionais. Assim, as duas abordagens se complementavam e sustentavam reciprocamente constituindo um campo de debate acadêmico, ideológico e político que marcou a década de 1960 estendendo-se até a década seguinte.

De outro lado, a crítica marxista insistia na contradição inerente ao desenvolvimento da acumulação capitalista que gera o seu próprio excedente de trabalho e, ao mesmo tempo, nele se baseia, procurando contrapor-se à perspectiva dualista e ao caráter contingencial que esta conferia ao “setor informal”. Inicialmente,

essa reação se vinculava ao “quadro da teoria da dependência, ainda claramente marcada pelo dualismo que visava superar, propondo uma distinção conceitual entre trabalhadores excedente e exército industrial de reserva para explicar a formação, nos países latinos americanos, de uma “massa marginal”, categoria de trabalhadores sem função – e que portanto, não deveria ser confundida com o exército de reserva – para o centro dinâmico da acumulação (Ibid, 2003, p. 140).

Posteriormente, surgiu a concepção de informalidade baseada na idéia da superexploração do trabalho que se constituiu numa crítica a todas as versões da perspectiva dualista, inclusive a da “massa marginal”. Isso significa dizer que a unidade da exploração capitalista e, portanto da classe trabalhadora, fazem parte da lógica da acumulação na medida que ao se reduzir os custos da reprodução da força de trabalho, aumenta a proporção do trabalho não pago.

Nos anos 80, amplia-se a noção de informalidade promovendo um duplo deslocamento da análise dos processos econômicos para a esfera política, enfatizando a (des) regulação das relações de trabalho e da compreensão de um “setor” ou economia informal para “processos”, “práticas” ou “atividades” informais diferenciadas (Idem: 2003). Pouco a pouco, a noção de informalidade vai se tornando sinônimo de flexibilização das relações de trabalho, deslocando o foco das questões tratadas na análise das características substantivas do processo produtivo para a regulação política institucional.

Assim, a OIT avança na concepção acerca do setor informal na medida que esta forma de trabalho passou a englobar o trabalho autônomo, o trabalho assalariado e o trabalho familiar. Segundo essa abordagem, setor informal representa o conjunto das atividades econômicas em que não há uma separação nítida entre capital e trabalho. Tavares (2004) e Cacciamali (2002) entendem o setor informal, como um conjunto de indivíduos, pequenas empresas ou unidade de produção que se dedicam a atividades não regulamentadas, de fácil acesso e baixo nível de capitalização, tecnologia e produtividade, não definindo de forma clara a relação capital/trabalho, oferecendo precárias condições de estabilidade, ocupação e renda aos seus trabalhadores. Estes, em sua maioria, fazem parte do excedente da força de trabalho urbana com o objetivo de gerar seu emprego e sua renda.

Sob essa ótica, o setor informal é visto como fonte de emprego de baixo custo, amparados por políticas governamentais, ou seja, uma alternativa de reprodução social para os que se encontram nos subterrâneos da economia. Assim, não importa se as condições de trabalho são precárias, instáveis e ocasionais. Dessa forma, constata-se que desde a sua origem, o trabalho “informal” não tem sido orientado para discutir o outro lado da problemática, se não exatamente a mobilização ativa do trabalho - é o que propõe hoje os organismos internacionais, mas sem a intervenção governamental: o setor informal foi reduzido à atividades de sobrevivência.

Com a insuficiência de empregos gerados pelo setor formal a mão-de-obra disponível ingressa nas diversas relações informais, em alguns casos os trabalhadores nunca tiveram uma carteira de trabalho assinada, assim como um contrato de trabalho formal. Portanto, o trabalho informal deixa de se constituir somente em meios para a sobrevivência e suscita uma outra compreensão, haja vista que grandes empresas ao adotarem novas formas de organização do trabalho e do processo produtivo, demitem certos trabalhadores e estimulam os mesmos a criarem pequenas empresas para prestarem serviços às mesmas, ou seja, aos seus antigos patrões, terceirizando esses serviços, modificando assim, a forma da relação de trabalho existente anteriormente entre patrão e empregado. Nessa condição, as empresas passam a ser “clientes” dos seus ex-empregados.

O trabalho informal aparece também como uma ação complementar às políticas públicas de assistência, ou seja, restrita às atividades de sobrevivência. Sendo assim, essa forma de trabalho torna-se funcional ao capitalismo, haja vista que o trabalho formal e o

trabalho informal coexistem e são indissociáveis. Como para o capitalista interessa sempre a melhor taxa de lucro, o trabalho informal é utilizado como forma de rebaixar o custo variável da produção e conseqüentemente contribuir para a acumulação do capital.

No Brasil, a noção de trabalho formal e informal começou a ser construída a partir das décadas de 30 e 40 com o estabelecimento do código de leis do trabalho – CLT, a qual primava pela relação “justa” de trabalho: salário mínimo, jornada de trabalho, férias anuais e outros direitos garantidos em lei. Nessa perspectiva “o mercado de trabalho brasileiro e as questões do subemprego só podem ser entendidas como resultado da própria construção da noção de “formalidade”. (NORONHA, 2003, p. 113).

Assim, a concepção de trabalho formal e informal está diretamente vinculada à idéia da carteira assinada. A propósito, o IPEA utiliza como instrumento para medir a informalidade no Brasil a não assinatura da carteira de trabalho e do trabalho por conta própria. Dessa forma, na década de 70 o trabalho informal aparece como oposição as atividades formais não possuindo um conceito bem definido.

Assim, o trabalho pode ser considerado formal, quando a carteira de trabalho é assinada ou quando o trabalhador autônomo possui registro junto aos órgãos oficiais. A propósito da compreensão do trabalho informal, várias abordagens podem ser apontadas. A exemplo, destacam-se: a econômica, a jurídica e a popular. A abordagem econômica vincula informalidade ou subemprego às atividades periféricas não rentáveis para o Estado, pois não recolhem os impostos cabíveis ao mesmo. A abordagem jurídica, afirma que não há contratos formais ou informais, apenas legais ou ilegais, tomando como parâmetros para tal, os registros que comprovem o status de empregador, empregado ou autônomo legitimado pelo código de leis trabalhistas. Nessa ótica, a abordagem popular tende a identificar o trabalho informal com a ausência da carteira assinada, e em decorrência, com o trabalho injusto.

Além dessas abordagens, o IBGE (2003) considera que o “setor informal” é definido pela sua unidade econômica – unidade produtiva – e não através do trabalhador individual e sua ocupação. Com esse entendimento, fazem parte do “setor informal” aqueles que produzem bens e serviços cujo principal objetivo é o de gerar trabalho e renda para as pessoas envolvidas, não estando incluídas aquelas unidades que produzem apenas bens e serviços para autoconsumo.

Sendo assim, trabalho informal para o IBGE (2003) se caracteriza por apresentar uma produção em pequena escala, baixo nível de organização e pela quase inexistência e separação entre capital e trabalho, enquanto fatores de produção. Desta forma, pertencem ao trabalho informal, todas as unidades econômicas de propriedades de trabalhadores por conta própria e de empregadores com até cinco empregados, sejam elas atividades principal ou secundária. “Reconhece-se que o caráter informal de uma determinada atividade não é dado apenas por seu tamanho, mas, principalmente, pela particular divisão técnica e social do trabalho, que ali se estabelece.” (IBGE, 2003).

Enquanto que Pamplona (2001), compreende o trabalho informal a partir de três abordagens, a saber: a) a apresentada pela Organização Internacional do Trabalho - OIT/PREALC, b) marxista e neomarxista e c) legalista ou neoliberal.

A abordagem apresentada pela OIT/PREALC compreende a informalidade relacionando-a a industrialização. Esta concepção foi também aceita por Kon (2001), pois ao analisar o processo de desenvolvimento econômico do Brasil adotado na década de 60 que teve como base o modelo de substituição da importação, mostrou que esse processo implicou na diminuição da mão-de-obra na indústria, levando ao surgimento de ocupações que ao mesmo tempo em que estas complementavam a atividade industrial, contribuíam também para melhorar os rendimentos mensais da classe menos favorecida economicamente.

Além disso, o processo migratório campo-cidade estimulado pela industrialização, aumentou o excedente de força de trabalho nas cidades brasileiras, ampliando assim, o déficit de postos de trabalho, o que favoreceu o crescimento do trabalho informal. Neste caso, esta forma de trabalho se apresenta como uma alternativa ao desemprego, levando a mão-de-obra disponível no mercado de trabalho a criar o seu próprio negócio, com baixo nível de produtividade. Contudo, a demanda de mão-de-obra é determinada pelo processo de acumulação capitalista, na medida em que as empresas, ou seja, o setor organizado de produção não absorve o excedente de mão-de-obra. Com esse entendimento, pode-se afirmar que o trabalho informal é resultante do próprio processo de crescimento das atividades modernas, leia-se: industrialização.

Em síntese, para a OIT/PREALC e Kon (2001), o que caracteriza o “setor informal” no Brasil é a facilidade de entrada nesse setor através da propriedade individual ou familiar, de empreendimento com pequena escala de produção, com tecnologia adaptada, atuação em

mercados não regulamentados e altamente competitivos. Em geral, a qualificação dos trabalhadores inseridos nessa forma de trabalho foi adquirida fora do sistema de educação formal. Portanto, dois aspectos definem o trabalho informal: a forma de organização da produção e a “facilidade” de entrada no mercado de trabalho.

Nessa perspectiva, o trabalho formal e o informal estão vinculados a subcontratação para a prestação de serviços, a venda de mercadorias, às poupanças acumuladas provenientes de atividades formais. Assim, o trabalho informal se apresenta, ora como competidor das empresas formalmente constituídas, ora como atividade complementar às mesmas. Percebe-se assim, que o crescimento do trabalho informal não se dá somente pelo excesso de mão-de-obra, mas a própria dinâmica do processo de acumulação de capital determina o crescimento dessa forma de trabalho. Sob essa ótica, não se pode obrigatoriamente associar esse trabalho somente àqueles trabalhadores que possuem baixos níveis de renda e aos excluídos do trabalho formal, na medida em que existe uma parcela da população que busca esta forma de trabalho visando à ascensão social; embora outra parcela, ou seja, a maioria encontre nessa forma de trabalho uma estratégia de sobrevivência.

A abordagem marxista e neomarxista apontada por Pamplona (2001) compreendem o setor informal como uma modalidade produtiva “não capitalista” no interior do capitalismo, o que faz com que os capitalistas a utilizem como “válvula de escape” às pressões sociais ocasionadas pelo desemprego, visto que o informal garante a reprodução social de quem está fora do mercado formal de trabalho. Sendo assim, as ocupações “não capitalistas” fornecem mercadorias com preços mais baixos em relação ao mercado formal, diminuindo o custo da reprodução da força de trabalho – o trabalho informal acaba se constituindo um meio de complementação à renda dos assalariados.

Segundo estas abordagens não se pode conceber o “setor informal” ou trabalho autônomo vinculados apenas à industrialização ou a exclusão das classes assalariadas do mercado de trabalho formal, pois esta forma de trabalho é determinada pela dinâmica do modo de produção capitalista existente historicamente, que tem na força de trabalho a extração da mais-valia para a acumulação de capital. Dessa forma, entender o trabalho informal a partir de um modelo econômico tradicional ou de desenvolvimento econômico do país, seria reduzir ao máximo a compreensão dos determinantes do surgimento de uma população de desempregados disfarçados. Além disso, o desaparecimento do desemprego

seria em longo prazo, uma anomalia considerada passageira – o segmento de maior renda entre estes, os trabalhadores autônomos e os profissionais liberais tenderiam ao longo do tempo ao assalariamento. Registra-se que esta abordagem se apresentaria constantemente no Brasil dos anos de 1960 e 1970 e classificava o trabalho informal como subemprego. Tal análise se limitava ao aspecto econômico, na medida em que o investimento é a variável chave, pois tinha como fundamento as idéias do desenvolvimentismo do país. Assim, o “setor informal” era percebido como um subproduto das rápidas transformações pelas quais passavam as nações em via de desenvolvimento.

Nos anos 80 surge uma outra concepção sobre o trabalho informal, a chamada neomarxista. Segundo essa concepção o crescimento dessa forma de trabalho no mundo é parte do processo de reestruturação produtiva que busca superar a crise capitalista dos anos 70. A referida crise atingiu diretamente a organização dos trabalhadores, sobretudo os sindicatos.

Assim, a reestruturação produtiva passa a se constituir como estratégia de recuperação da crise pela qual passa o capitalismo, e dessa forma, suprime o antagonismo dos trabalhadores organizados contra o capital, através de mudanças no campo político e ideológico, pois segundo Braga (1996), “o fundamento do domínio classista nos dias atuais passa, necessariamente, pelas formas participativas de gestão e organização industrial, assim como, pela precarização do estatuto reprodutivo do salariado em geral” (p. 229-230).

Com efeito, as transformações no mundo do trabalho atingem diretamente a subjetividade do trabalhador, a consciência de classe e os organismos de representação dentre os quais os sindicatos aparecem como principal expressão. Os sindicatos outrora combativos passam por um processo de dessindicalização, tornando-se frágil na defesa da classe trabalhadora contra a exploração do capitalismo. A exemplo, os sindicatos, em geral, têm reduzido a sua luta, na tentativa de preservar a jornada de trabalho regulamentada e os demais direitos sociais, incluindo o direito ao trabalho e ao emprego.

O resultado disso é a fragmentação e a individualização da classe trabalhadora, ou seja, a força de trabalho passa a ser flexibilizada, tornando-se multifuncional, sujeita às condições de trabalho precário próprias dos contratos de trabalhos temporários, terceirização e o trabalho doméstico. Dessa forma, o coletivo de trabalhadores passa a ser atomizado, sendo recomposto através do trabalho informal, que deixam de usufruir os benefícios sociais

garantidos através da legislação trabalhista e previdenciária. Assim, os sindicatos têm o seu poder diminuído e aparentemente não sabe lidar com esse tipo de trabalhador.

Dessa forma, o trabalho informal passa a ser visto pelas empresas como a forma de minar o controle dos sindicatos, pois quanto menor a empresa, menor o controle destes. As empresas portanto, usam o trabalho informal para escapar da regulação estatal da economia, do crescimento dos controles ambientais e sanitários, assim como dos benefícios e aumento dos impostos num contexto de recessão global, desta forma, o trabalho informal se apresenta como uma nova tendência na era da economia global, longe de constituir uma situação passageira, torna-se uma estratégia de sobrevivência para àqueles trabalhadores que não têm acesso ao mercado de trabalho formal e para a classe patronal, passa a ser uma estratégia de aumento de lucratividade.

Contudo, Tavares (2004) refere-se que o trabalho informal não se restringe tão somente à estratégia de sobrevivência, pois as relações de trabalho informais estão vinculadas ao capital, nas esferas da produção e da circulação de mercadorias. Afirma-se que, a força de trabalho inserida no trabalho em cooperativa, domiciliar, ambulante, e em outros que mercadejam pelas ruas, nem de longe indicam a superação do aumento do trabalho informal, em síntese, o trabalho informal é algo que o capitalismo não conseguiu superar.

Segundo essa autora, dentre os efeitos negativos do trabalho informal estão: a desorganização do trabalho organizado; o aumento da heterogeneidade das situações de trabalho que leva a precariedade das condições sociais, envolvendo várias etnias, imigrantes e pessoas de diversas idades.

Contrariamente à concepção marxista e à neomarxista, a abordagem legalista ou neoliberal considera que a informalidade é decorrente da excessiva intervenção do Estado na economia. Assim, em face da obrigatoriedade do pagamento de inúmeros impostos ao Estado, certas empresas não se registram legalmente e, dessa forma, se eximem do referido pagamento, gerando a chamada “economia subterrânea”. Essa economia tem como uma de suas principais características a incapacidade real de cumprir com as normas vigentes impostas pelo Estado, embora possuam o interesse de cumprí-las. Com efeito, o trabalho informal é considerado resultado da busca pela maximização dos lucros por empresas em países com extensivo código de trabalho e elevado custo indireto da folha de pagamento, sobretudo em momentos de elevado índice de competição internacional por mercados.

Esta abordagem considera como positivo o trabalho informal em virtude da possibilidade de transformar pessoas comuns em pequenos empresários, desde que o Estado diminua sua intervenção na economia e reduza os custos de produção. Neste sentido, ONGs e cooperativas passam a ser estimuladoras de negócios informais e geradoras de novas oportunidades de trabalho para aqueles que precisam se inserir no mercado de trabalho. O “setor informal” representa, assim, o dinamismo de mercado e de certa forma a capacidade empresarial dos mais pobres representa o dinamismo da sociedade que dispensa algumas obrigações do Estado como a geração de emprego. Ideologicamente é como se o mesmo se rebelasse contra a intervenção econômica estatal, considerando o mercado, menos atrelado ao Estado e criador de oportunidades à todos.

Argumenta-se que a informalidade tem seu crescimento resultante das mudanças nos processos de trabalho, os quais não exigem tempo nem locais fixos. Este tipo é denominado por Noronha (2003) “nova informalidade ou informalidade pós-fordista”. Desta forma, o informal passa a ser visto como estrutural e o Estado o seu gerenciador.

Para Tavares (2004), o trabalho informal possui algumas particularidades, destacando-se pelo menos três situações: a primeira se refere aos trabalhadores que apresentam maior tempo na atividade, acumulam instrumentos de trabalho e conhecimentos apropriados para desenvolver sua atividade, criam para si melhores condições de trabalho e de renda, especialmente quando são melhores educados. Neste grupo, inserem-se pequenos proprietários, trabalhadores no comércio de rua, prestadores de serviços com pontos estabelecidos, mecânicos, condutores de veículos, etc. Na segunda situação encontram-se os trabalhadores sem local fixo, sem instrumentos e conhecimentos apropriados; muitas vezes o trabalho é realizado de forma descontínua e os trabalhadores não conseguem se fixar em uma dada atividade, nem constroem clientela, como nos casos das domésticas, do trabalho na manutenção de domicílios (encanador, carpinteiro, eletricista e outros), do trabalho com vendas ambulantes, etc. E por fim, a situação do grupo dos que trabalham por conta própria em uma condição de assalariamento disfarçado – é o caso dos prestadores de serviço subordinados a uma empresa.

Constata-se assim, que, quando o trabalhador insere-se no trabalho informal por conta própria ou como proprietário de uma unidade produtiva se este trabalho for gerado com base em informações sobre a sua viabilidade técnica, financeira e econômica, em geral, essa forma

de trabalho não se apresenta como precário, pois quanto maior for o nível de escolaridade desse trabalhador (desempregado e assalariado) maior é a possibilidade de sucesso no mesmo.

Entre as características do trabalhador informal encontra-se a de trabalhar para prover suas necessidades básicas e de sua família, não tendo como meta explícita a acumulação ou a busca de uma rentabilidade de mercado, inclusive porque a grande maioria não possui nem capitalização, nem organização do trabalho que sustente esse fim. Porém, existem os empregadores que possuem características diferentes, como a busca pela acumulação e rentabilidade de mercado e certo capital para pequenos investimentos. Assim, os trabalhadores ingressam no trabalho informal por não encontrarem nenhum tipo de emprego compatível às características de sua força de trabalho, outros por não se adaptarem ao trabalho assalariado. Neste sentido indaga-se: as pessoas inseridas no trabalho informal fazem parte do exército industrial de reserva?

Segundo Marx (1989), a parcela da força de trabalho que não está participando das atividades para ser incorporada à produção de mercadoria é denominada de Exército Industrial de Reserva (EIR). Este é fruto da acumulação capitalista que produz na proporção de sua energia e de sua extensão, uma população trabalhadora relativamente supérflua, que ultrapassa as necessidades médias da extensão do capital, tornando-se desse modo excedente e essa população trabalhadora excedente é necessária para a acumulação capitalista e para existência desse modo de produção. Os capitalistas utilizam esta prática como forma de aumentar a produção, fazendo com que os que permaneçam empregados trabalhem de forma excessiva, sujeitando-se às exigências do capital. “Toda a forma do movimento da indústria moderna nasce, portanto, da transformação constante de uma parte da população trabalhadora em desempregados ou parcialmente empregados”.(MARX, 1989.p.735). O EIR é uma condição vital para indústria moderna.

Marx (1989) denominou este grupo de superpopulação relativa de trabalhadores, condenada à ociosidade forçada, em virtude do trabalho excessivo da outra parte. O EIR tem como função, regular os salários dos trabalhadores através de sua expansão e contratação, este está sempre presente nos movimentos de oferta e procura de trabalho. É a fonte de enriquecimento individual dos capitalistas.

Todo trabalhador, durante o tempo em que está desempregado ou parcialmente empregado faz parte da superpopulação relativa, que segundo Marx (1989), é composta por três categorias. Na primeira, inclui-se os aptos para o trabalho; na segunda, os órfãos e filhos de indigentes; na terceira, os degradados, desmoralizados, incapazes de trabalhar. Estes são os indivíduos que não se adaptaram a decorrente divisão do trabalho; os que ultrapassam a idade exigida pelo mercado de trabalho, as vítimas da indústria, os mutilados, enfermos, viúvas e etc.

Com base na compreensão sobre o EIR, é pertinente interrogar se os trabalhadores com a venda de roupas usadas nas feiras do Barreiro e do Guamá podem ser considerados como trabalhadores que se encontram na situação de EIR. Os dados obtidos nesta pesquisa mostram que existe um grupo entre os pesquisados que está na informalidade, mas deseja ter acesso as “benesses” da formalidade como: salário fixo no final do mês, férias remuneradas, 13º salário, vale transporte e etc.; enquanto outros preferem permanecer no trabalho informal, justificando que nesse tipo de trabalho eles detém maiores ganhos econômicos e outras vantagens. Dentre estes, alguns contribuem para a previdência social como autônomo. Isto é, para alguns o trabalho informal se apresenta como uma forma de transição para o trabalho formal e para outros não.

O EIR se constitui num elemento fundamental para a exploração da mais valia “que se origina do excedente quantitativo de trabalho, da duração prolongada do mesmo processo de trabalho” (MARX, 1989. p. 222). Portanto, os indivíduos que estão inseridos no trabalho informal e por meio dele obtém renda que lhes satisfaz certas necessidades básicas não querem sair dessa forma de trabalho e, portanto, não fazem parte do EIR. Já os que fazem do trabalho informal uma transição para o trabalho formal, podem ser considerados como parte do EIR. Assim, verifica-se que outras formas de trabalho estão surgindo, visto que o trabalho é a única mercadoria que quando consumida produz valor. Isto é, o trabalho formal estável, em tempo integral, socialmente protegido está se tornando uma “categoria do passado”. A propósito Tavares (2003) afirma que: “o objetivo do processo capitalista será alcançado através de outra forma de trabalho, tendencialmente, os trabalhos informais, submetidos às mesmas leis econômicas que regem o sistema de assalariamento” (TAVARES, 2003. p. 46).

Dessa forma, o trabalho terceirizado, transfere aos trabalhadores as responsabilidades do processo produtivo, e conseqüentemente tem a ampliação do trabalho informal cumprindo

a função de redutor dos custos variáveis da produção e dos custos sociais do emprego, explorando de maneira mais intensa o trabalhador através da articulação sistemática de mais-valia absoluta e a relativa, que aparece de forma dissimulada nessa forma de trabalho. Com efeito, a esfera da circulação passa a ser o local de negociação entre capital e trabalho.

No entanto, o trabalhador informal pensa que essa forma de trabalho lhe dá liberdade de trabalhar quando quer e que não tem patrão, sentindo-se livre considerando que aparentemente ele faz o seu horário, pois é dono do seu próprio negócio. Com esse entendimento deduz-se que o trabalhador informal ao afirmar não ter patrão, não considera sua força de trabalho uma mercadoria, contudo para Marx (1985), a força de trabalho é uma mercadoria que é trocada por dinheiro, ou seja, o trabalhador vende o seu trabalho ao capitalista, durante um tempo determinado por contrato. Aparentemente esta força de trabalho não se caracteriza como mercadoria, porém Harnecker (1978) contraria tal afirmativa, pois, a força de trabalho que não é detentora dos meios de produção e dos meios de existência, tem o direito de dispor livremente a sua força de trabalho e vendê-la ao capitalista para manter sua subsistência.

Neste tipo de atividade, não existe contrato de trabalho (empregador e empregado), visto que a maioria dos trabalhadores informais tem um baixo ganho econômico, não podendo, portanto, manter um empregado. Assim as atividades são realizadas pelo próprio grupo familiar, ocorrendo, com efeito, uma outra forma de relação social de produção, embora existam aqueles que possuem uma renda mais elevada e possuam um pequeno número de trabalhadores que são pagos para ajudar nesse tipo de trabalho. Mas, esta relação de trabalho não constitui relação de assalariamento típica do capitalismo industrial.

A superpopulação relativa ou EIR como todas as atividades – formais e informais – que compõem o sistema capitalista, também possui uma grande diferenciação interna, que tem influência na maneira como este contingente de trabalhadores pode inserir-se (com maior ou menor rapidez) no processo produtivo. Pode ser que a disponibilidade para se engajar no mercado de trabalho formal seja prejudicada pelas qualidades intrínsecas da parcela da força de trabalho que está desempregada ou no trabalho informal (nível de qualificação, idade, gênero, estado civil, cor e etc.). Isto significa dizer que, é possível que essas qualidades possam aumentar ou diminuir as chances de eles conseguirem substituir os trabalhadores que saírem das atividades formais (que podem vir integrar o EIR, o setor informal ou passar para

a inatividade). Além disso, Sena (2002) acredita que a conjuntura econômica é também um fator que influi nesse processo.

Portanto, no trabalho informal, o trabalhador emprega a si próprio e passa a ser seu patrão, responsabilizando-se por seu salário e benefícios sociais, haja vista que esse trabalho é um produto das atividades modernas do capitalismo.

O desenvolvimento do sistema capitalista se dá de forma diferenciada em cada formação social, dependendo do período histórico e particularidades locais. O capitalismo possui a capacidade transformadora: destrói atividades não capitalistas construindo em seu lugar atividades mais avançadas dentro do mesmo modo de produção, cria e recria, subordina as várias formas de produção aos interesses mais gerais do capital.

Desta forma, o trabalho informal pode ser compreendido como uma estratégia utilizada pelos trabalhadores para manterem sua subsistência através da inserção no mundo do trabalho. Contudo, o trabalho informal tem mostrado que ele segue a mesma lógica de mercado que a economia formal. Para Sena (2002), o valor do trabalho despendido nas atividades informais é influenciado pela relação existente entre capital e trabalho no sistema capitalista, suas normas legais e contratos estabelecidos no mercado de trabalho formal. Assim, o sistema capitalista determina o funcionamento das atividades informais no que tange, jornada de trabalho, base para cálculo de rendimento, insumos e equipamentos utilizados nas atividades informais e etc.

Portanto, considerar que no trabalho informal não existe a “figura” do patrão (donos dos meios de produção que utilizam) e que existe uma grande flexibilidade em sua jornada de trabalho, em geral não passa de um “mito” criado em torno das atividades informais, que não reflete efetivamente a realidade e a estrutura interna de organização do setor informal. Isto quer dizer que o trabalho informal tem seu funcionamento moldado pelos preceitos capitalistas, “por mais que as condições de trabalho sejam diferentes, o mercado de trabalho informal sofre também, em maior ou menor grau, a influência da dinâmica organizacional do mercado de trabalho formal” (SENA, 2002, p.51).

Com esse entendimento, Marx (1989) afirma que a relação entre trabalho formal e informal apresenta-se na relação geral da produção, obedecendo a um ciclo no qual a **produção** cria os objetos de acordo com as necessidades; a **distribuição** os reparte obedecendo às leis sociais; a **troca** reparte de novo o que já está distribuído, seguindo agora

as necessidades individuais; o **consumo** faz com que desapareça do movimento social, convertendo-se diretamente em objeto e servidor da necessidade individual satisfazendo-a através do uso. No caso da venda de roupa usada, o ciclo não se fecha no primeiro consumo, portanto o produto não desaparece, ele é novamente utilizado por um seguimento populacional, que talvez não tivesse condições de possuí-lo através de compra em lojas, por não ser um produto acessível a sua condição financeira. Neste caso o ciclo do capital recomeça, não mais a partir da produção e sim da distribuição; a troca é determinada pela necessidade social do indivíduo e consumo.

Com base nas considerações efetuadas acerca das diversas abordagens sobre o trabalho informal, considera-se pertinente interrogar qual o papel do Estado diante do trabalho informal?

Na década de 70 acreditava-se que o trabalho informal fosse fruto do baixo crescimento econômico, a melhoria no nível de crescimento econômico causaria sua extinção. Na década seguinte as políticas de emprego passaram a ser usadas como alternativa ao trabalho informal, mas estas deixam de ter sentido no momento em que a informalidade passa a ser a forma mais adequada de acumulação flexível, haja vista que nela se encontra a terceirização onde não mais se compra diretamente a força de trabalho, comprando-se o trabalho, serviço e mercadoria.

O Estado através das políticas públicas vem fomentando formas de apoio à informalidade, pois o mesmo é visto como o motor da ação e instrumento maior em direção ao desenvolvimento. O Brasil elabora políticas e programas de apoio ao informal, mesmo de forma residual e que segundo Theodoro (2000), dividindo-se em três etapas.

A primeira etapa se dá em meados dos anos 70, quando a informalidade era interpretada como passageira e sua extinção dependia do crescimento econômico do país, onde o Estado transformaria o informal em formal. Grosso modo, isso significaria adotar ações de fomento à regularização dos empreendimentos e/ou atividades e incremento. Nesta perspectiva a SUDENE se destaca com seus programas regionalizados entre eles o PATRA. Desta forma o Estado aparece como capaz de estabelecer as barreiras e fronteiras necessárias para fazer frente a certas discrepâncias do mercado. O pensamento desenvolvimentista dava ao Estado a capacidade transformadora.

Na segunda metade dos anos 80, término do regime militar, o trabalho informal passa a ser interpretado como alternativa ao desemprego, estratégia de sobrevivência. A política social do Estado prima pela preservação das estruturas vigentes, apoiando a informalidade principalmente nas regiões mais pobres, sendo que a perspectiva é de assistencialismo e caridade, como no caso do programa da LBA (Programa federal de Apoio a Informalidade). Para Theodoro (2000) a principal característica da política social do governo é o clientelismo, proposta residual que apenas ajuda a reproduzir o sistema.

Na década de 90, a questão da informalidade é tratada pelo Estado basicamente por intermédio de três instituições e seus respectivos programas, a saber: Comunidade Solidária e o Programa do Banco do Povo, o Ministério do Trabalho/CODEFAT com o PROGER e o BNDES – Trabalhador e o BNDES – Solidário. O apoio à informalidade continua residual, agora voltado ao fornecimento de crédito individual, os trabalhadores passam a ser vistos como empreendedores, preponderando a idéia de que o mercado livre das amarras do Estado poderia oferecer oportunidades a todos, e o mercado seria capaz de estabelecer o elenco de prioridades e atividades a serem apoiadas.

A eficácia das políticas públicas está na difusão e acesso aos programas como o PROGER, PEQ, SINE, SEBRAE, SENAI, SENAC, assim como ONG's que possam atuar neste campo. Assim como, os programas acima apresentados.

A falta de legalidade recolhimento de impostos por parte dos trabalhadores informais junto ao Estado, aumenta a distância entre ambos. A aproximação deve se dá através de políticas públicas que devem ser aplicadas de forma complementar às ações orientadas para a força de trabalho assalariada, ou seja, subordinada ao sistema hegemônico de produção. A boa utilização do modelo pode levar a uma estratégia de sobrevivência bem sucedida fortalecendo determinadas camadas mais pobres da população.

Para Cacciamali (2002), as políticas públicas podem conseguir para o setor informal formas de amenizar os obstáculos ao desenvolvimento dos pequenos negócios, promovendo acesso à linhas de crédito, qualificando os produtores, agilizando os canais de comercialização, oferecendo opções tecnológicas, criando regimes fiscais especiais.

Desta forma o Estado cria os microcréditos, que são as redes de distribuição de crédito voltado ao público que ainda não foi atendido pelo sistema de crédito formal, dando acesso aos pequenos produtores e trabalhadores informais, criando mecanismos de

substituição das garantias normalmente exigidas para prestação de serviços bancários, inviabilizadores do acesso da população de baixa renda, por garantias alternativas. Desta maneira se busca superar as barreiras que restringem o acesso ao crédito das populações carentes economicamente.

O microcrédito caracteriza-se por conceder empréstimo em curto prazo, com valor pequeno, capacitação e assessoria técnica para pequenos negócios e monitoramento das atividades financiadas. O crédito popular é uma forma de democratização do acesso ao mesmo.

As ações políticas executadas pelo Estado são o PROGER; o PCPP que objetivam promover o desenvolvimento institucional e a operacionalização do conceito de microcrédito e de microfinanças propiciando crédito aos trabalhadores formais e informais.

O PCPP possui dois programas de financiamento, o BNDES Solidário, criado em 1996, tendo por objetivo buscar recursos para as organizações não governamentais que atuem em crédito produtivo popular. O outro é o BNDES Trabalhador que objetiva fomentar a criação de um fundo de investimento especial para a aplicação em pequenos negócios, assim como apoiar as iniciativas de crédito popular. São parceiros do BNDES as Secretarias Estaduais de Trabalho e suas equivalentes e os municípios participantes.

O BNDES tem por finalidade disseminar o conceito de microcrédito, utilizando uma sólida rede de instituições voltadas para a concessão de crédito aos trabalhadores formais e informais, desenvolvendo as microfinanças no país, através da distribuição de créditos voltados para produtores de baixa renda, propagando a cultura do microcrédito.

Entre as preocupações do BNDES está a supressão das carências dos demandantes de crédito, no que tange a debilidade tecnológica/organizacional, através de assessoria e capacitação técnico-gerencial, sendo utilizado para isso o SEBRAE.

As experiências de microcréditos vêm se multiplicando no país incentivadas pelo governo federal, tendo um papel fundamental para a essa expansão a participação dos governos estaduais e municipais.

Neste sentido, o governo do Pará, através de suas secretarias, direciona alguns projetos que objetivam adequar o trabalhador a este novo modelo, sendo o Estado um agente interventor no mercado de trabalho, com capacidade de modificar, de certa forma, o funcionamento do mercado, influenciando as ações do capitalista e dos trabalhadores da

RMB. Entre elas o PEP – Plano de Educação Profissional – implementado pelo governo do Estado através da SETEPS – Secretaria Estadual do Trabalho e Promoção Social – que promove modificações na qualificação dos trabalhadores, com o objetivo de fazer com que estes desempenhem suas atividades de maneira mais eficiente. Uma outra ação estadual na área do trabalho, também por meio da SETEPS é o programa de geração de renda a micro empresário, que abrange o programa de crédito produtivo e o programa de enfrentamento à pobreza, em todos os municípios do Pará. O objetivo deste, é a aquisição de equipamentos e materiais necessários à implantação de atividades que gerem renda, tendo como público alvo pessoas em situação de desemprego e subemprego sem condições de manter a sua própria subsistência e de sua família. Neste mesmo sentido tem-se o Banco do Cidadão responsável pela política de microcrédito no Estado.

Quanto a Prefeitura Municipal de Belém, no que tange a geração de emprego e renda, destaca-se o Fundo Municipal de Solidariedade para a Geração de Emprego e Renda Ver o Sol (Banco do Povo), que tem como objetivo a geração de emprego e renda na cidade de Belém, através de financiamento de projetos de pessoas físicas e jurídicas, locatários de mercado e setor informal e financiamento de micro empresas.

Esses órgãos públicos envolvidos nesta dinâmica incentivam os trabalhos informais, autônomos sem carteira assinada, atribuindo a responsabilidade da reprodução social apenas aos trabalhadores – um problema social que passa a ser visto como individual.

Capítulo IV

A venda de roupas usadas nas feiras do Barreiro e do Guamá

Compreender o trabalho com a venda de roupas usadas nos bairros do Barreiro e do Guamá implica em conhecer sobre no que consiste esse tipo de trabalho e as condições pelas quais este se realiza. Assim, constatou-se que as condições desse tipo de atividade se apresentam bastante particular em relação às outras, desenvolvidas na referida feira. Entre as suas particularidades pode-se destacar o fato de que os trabalhadores com venda de hortifrutigranjeiro, roupas e calçados novos possuem barracas padronizadas, enquanto que os que trabalham com a venda de roupas usadas não possuem essa mesma infra-estrutura.

Assim, pergunta-se: por que as condições de trabalho para os que vendem roupas usadas se constituem tão precárias em relação aos demais trabalhadores dessa feira? Por que os trabalhadores com a venda de roupas usadas se submetem à essas condições de trabalho? Esta situação estaria relacionada ao fato de que esses trabalhadores não encontraram outras formas de trabalho para garantir a sua reprodução social e de sua família? O que de fato determinou a inserção desses trabalhadores nessa forma de trabalho? Como vivem esses trabalhadores que vendem roupas usadas? Como eles se organizam politicamente?

Na tentativa de responder a estas perguntas e entender os motivos que levam essas pessoas a optarem por esse tipo de trabalho nas referidas feiras, como forma de reprodução social; constatou-se que tal atividade constitui-se numa estratégia de (re) inserção ao trabalho, ou seja, utilizam este recurso, justamente por não terem a oportunidade de engajar no trabalho formal. Contudo, para melhor compreender no que isso consiste é indispensável e fundamental identificar quem são esses trabalhadores (escolaridade, idade, sexo e formação profissional), assim como, compreender as condições de vida destes e de seus familiares, os quais, sobrevivem, com a renda obtida através do trabalho com a venda de roupas usadas. Considera-se igualmente imprescindível entender as condições objetivas de vida desses trabalhadores e seus respectivos familiares que vivem com a renda obtida através do trabalho realizado com a venda de roupas usadas.

Nesta perspectiva, foi realizada uma pesquisa junto aos trabalhadores nas feiras do Guamá, que possui 30 vendedores aproximadamente, e do Barreiro que conta com aproximadamente 60 vendedores, num total de 90 vendedores. Essas feiras foram escolhidas como campo de pesquisa, por apresentarem o maior número de vendedores se comparadas com outras dentro da Região Metropolitana de Belém, no caso Benguí e Terra Firme com 15 vendedores e PAAR com 20 no período de realização da pesquisa, junho e julho de 2006. Trabalhou-se com uma amostra aleatória de 20% do universo de 90 trabalhadores, no caso dos que trabalham na feira do Guamá 6 pesquisados e no Barreiro 12, num total de 18 pesquisados. O instrumento de coleta de dados utilizado foi o formulário com questões abertas e fechadas, sendo também entrevistado um técnico da Secretaria de Economia do Município SECON, utilizando-se como instrumento de coleta de dados o formulário aberto. Este instrumento possibilitou a coleta de dados que propiciou obter uma compreensão geral sobre o objeto de estudo.

Os bairros do Barreiro e do Guamá situados na RMB possuem características semelhantes: ambos estão situados na região periférica da cidade. O Barreiro com uma população estimada em 24.421 habitantes e Guamá 101.892 habitantes (IBGE, 2000). Possuem uma população que mantém as suas necessidades básicas com uma renda familiar estimada, no caso do Barreiro, entre meio a três salários mínimos e o Guamá entre meio a cinco salários mínimos; as famílias são compostas, em média, por cinco a oito pessoas; uma população que em média estudou, no caso do Barreiro de 1 a 10 anos e Guamá de 1 a 14 anos.

No que tange a origem dos pesquisados, constatou-se que existe um considerável número de migrantes, 72% (13), oriundos de vários municípios do Pará, do Maranhão e do Ceará, que saíram desses municípios, em alguns casos, ora acompanhando cônjuges, ora acompanhando seus pais em busca de trabalho e emprego. A terra que lhes dá abrigo também lhes oferece situações adversas, na busca de sobrevivência na cidade de Belém, o trabalho informal se torna alternativa viável. Quanto ao sexo, é notório dentre os pesquisados a forte presença de mulheres neste tipo de trabalho. Ou seja, 84% (15) são mulheres e 16% (3) são homens, entre estes trabalhadores a faixa etária varia entre 19 e 75 anos, sendo a maioria nascida em Belém. Em relação à inserção no mercado de trabalho, alguns deles começaram a trabalhar a partir dos 7 anos de idade na lavoura, ou em serviços

domésticos (como o de babá e outros). No que tange o estado civil verificou-se que 67% são casadas, 22% são solteiras, 5% viúva e 6% separadas. Quanto à escolaridade 95% situa-se no nível fundamental (incompleto e completo), e apenas uma vendedora possui o ensino médio completo, e um curso básico de informática. Constatou-se, assim, que o baixo nível de escolaridade da maioria desses trabalhadores é decorrente da necessidade de assegurar a sua sobrevivência e de sua família o que os impediu de freqüentar escola. Esta situação pode explicar o fato desses trabalhadores estarem inseridos nesse tipo de atividade, uma vez que, para exercer o mesmo, não exige maior qualificação profissional.

O ingresso no mercado de trabalho formal exige um nível de escolaridade mais elevado e idade que atinge, em alguns casos no máximo, até 40 anos. Verificou-se assim, que os trabalhadores com a venda de roupas usadas tendem a se manter na informalidade, por não preencherem os requisitos do mercado formal de trabalho. No caso das pessoas que estão na faixa etária de 19 a 39 anos, e que representam 28% do total, têm dificuldade de inserção no mercado formal pelo baixo nível de escolaridade. Contudo, isso não significa dizer que o acesso ao trabalho formal seja mais favorável para aqueles que possuem um nível de escolaridade mais elevada, haja vista que a própria lógica do capitalismo, e em particular a do capitalismo contemporâneo, de fundamento neoliberal, adota uma política de mercado poupadora de mão-de-obra.

No que tange a situação familiar, constatou-se que 95% é chefe de família e reside com os filhos, marido, esposa, companheira e companheira. Ressalta-se que alguns trabalhadores possuem netos e os ajudam financeiramente. Esta situação ocorre devido os pais se encontrarem impossibilitados de manter o sustento de seus filhos e alguns filhos terem problemas com madrastas. Dentre os pesquisados 5 (28%) famílias dependem da renda obtida com a venda de roupas usadas por não possuírem uma outra fonte de renda familiar, tendo nessa forma de trabalho sua renda principal; aqueles que têm outra fonte de renda na família obtêm através da realização de atividades informais, salvo os casos de pessoas que possuem benefícios da previdência social; constando poucos que trabalham com carteira assinada.

A composição familiar desses trabalhadores é constituída de pelo menos dois filhos, porém, constatou-se o caso de um pesquisado que não possui filhos, e encon­trapartida um outro pesquisado que possui onze filhos. Os filhos desses trabalhadores estudam ou já

estudaram, inclusive um desses filhos possui nível superior e exerce o cargo de oficial de Marinha, e ajuda a sua mãe com uma pensão de R\$ 250,00. A maioria dos filhos que freqüentam a escola, cursam o ensino fundamental em escolas públicas. Contudo vale ressaltar que, existem alguns filhos desses trabalhadores que interromperam os estudos pelos seguintes motivos: falecimento do genitor, o que os fez trabalharem para ajudar a manter a família; a constituição de família (casamento e outros) e a falta de interesse. Assim, em sua maioria, o baixo nível de escolaridade se repete nas famílias destes.

Quadro XI: Características dos vendedores de roupas usadas nas feiras do Barreiro e do Guamá.

Origem	
Nascidos na RMB	28%
Não nascidos	72%
Sexo	
M	16%
F	84%
Escolaridade	
Ensino fundamental	
Incompleto e Completo	95%
Ensino médio	
Completo	6%
Situação familiar	
Chefe de família	95%
Não chefe de família	5%
Grau de dependência da renda obtida	
Dependência total	39%
Dependência parcial	61%

Fonte: Adaptação do autor

O desemprego, problemas financeiros e de saúde são apresentados como as principais dificuldades encontradas na família. A maioria, cerca de 90% dos vendedores, mora nos mesmos bairros em que trabalham, localizados na periferia da cidade, não tendo neste caso, gastos com transporte para o deslocamento ao trabalho. As casas em que moram são, em geral, próprias e construídas em madeira, embora existam algumas construídas em alvenaria ou ambos. Essas casas foram adquiridas num momento em que os trabalhadores possuíam renda familiar maior do que a que possuem atualmente, possibilitando dessa forma a aquisição de imóveis. Estes possuem em média, dois ou três cômodos, embora o

espaço físico seja inadequado para o número de pessoas que habitam nas mesmas. Foi detectado apenas um caso de moradia em casa alugada, que dispõe da mesma média de cômodos.

No que tange o trabalho anterior, 6 (33,33%) dos pesquisados já trabalharam com carteira assinada em atividades diversas, como: cozinheiro; trabalhos em fábrica de castanha, de palmito e serviços gerais, cujo salário percebido chega ao teto de quatro salários mínimos. Os motivos apresentados para que eles tenham deixado o último emprego foram diversos, a saber: demissão; problemas de saúde; trabalho estafante; falência das empresas e aposentadoria.

As garantias trabalhistas, os benefícios sociais e os melhores salários são apontados por 50% (9) dos trabalhadores como fatores que os levam a afirmar que gostariam de voltar para o último trabalho. Os demais que não gostariam de retornar para o último trabalho, apontaram como motivo para tal as condições físicas do local e os problemas de relacionamento com colegas de trabalho, apesar das garantias trabalhistas e benefícios sociais serem citados como pontos positivos existentes nesse último emprego. Os trabalhadores que não gostariam de voltar para o último trabalho foram os que trabalharam em fábricas e cozinhas industriais. Este estudo revelou que os pesquisados que nunca trabalharam com carteira assinada, gostariam de trabalhar com esse tipo de contrato de trabalho; com exceção de apenas um que não gostaria por motivo de doença. Mas o que chama a atenção dos pesquisados para trabalharem com carteira assinada são as garantias salariais, trabalhistas, previdenciárias e o acesso aos direitos de cidadania. Segundo um dos vendedores da feira do Guamá: *“no final do mês sei que vou receber aquele tanto certo.”* Este depoimento revela a incerteza quanto à renda obtida através do trabalho com a venda de roupas usadas, além de que esta forma de trabalho caracterizada como informal, não lhes possibilita o acesso aos direitos trabalhistas. Ora, sendo assim, reforça-se as perguntas feitas no início deste capítulo, e respondê-las, implica em conhecer e entender no que consiste o trabalho com a venda de roupas usadas.

4.1 As condições de trabalho com a venda de roupas usadas nas feiras do Barreiro e do Guamá

Para 61% (11 trabalhadores), o trabalho com a venda de roupas usadas constitui uma fonte de renda complementar para família, enquanto que para 39% (6 trabalhadores) essa forma de trabalho se apresenta como a principal fonte de renda, destes 5 (28%) trabalhadores tem neste tipo de trabalho a única fonte de renda, sendo que esta renda depende do consumo de seus produtos pela clientela que é formada primordialmente por assalariados e também pelos preços praticados. Assim a renda familiar obtida mensalmente com esse trabalho varia de R\$ 150,00 a R\$ 900,00, ressalta-se que este último valor é válido apenas para um vendedor, o que se faz constatar assim que a média da renda mensal entre os pesquisados é de um salário mínimo.

O rendimento diário com a venda de roupas usadas é relativo podendo chegar a R\$ 70,00, esta quantidade maior foi relatada por um vendedor que consegue esta quantia quando a mercadoria é boa, ou seja, mais interessante para o comprador, mas existem dias que os trabalhadores não conseguem ganhar nada e até semanas que ganham somente R\$ 20,00, o que dificulta calcular o valor do ganho mensal. Os vendedores costumam ganhar ao dia, em média de R\$ 10,00 a R\$ 20,00 quando o movimento é melhor, ou seja, na primeira quinzena de cada mês e principalmente nos meses de maio, agosto, outubro e dezembro, onde existe um apelo maior para o consumo, devido às datas comemorativas como: o dia das mães, o dia dos pais, o Círio de Nazaré e festas de final de ano.

Assim, considera-se pertinente interrogar se os 28% dos trabalhadores que vivem apenas dessa renda são chefes de família. Se for assim, é possível afirmar que esta renda não corresponde à satisfação das necessidades básicas, situação contrária aos 61% dos pesquisados cuja renda percebida com essa forma de trabalho se apresenta como complementar e não a principal. Assim, é possível afirmar que os motivos que determinaram a reinserção ao trabalho com a venda de roupas usadas foram principalmente à falta de oportunidade no mercado de trabalho formal. A necessidade de reprodução social através da venda de sua força de trabalho determinou a inserção nessa forma de labor. Este fato é evidente através do depoimento de um vendedor da feira do Barreiro “...*foi a necessidade que fez eu vender roupas usadas*”.

Apesar disso os rendimentos obtidos com esta forma de trabalho possibilitam aos vendedores a compra de certas coisas consideradas básicas, como: alimentos e remédios, assim como o pagamento de contas de água e energia elétrica, aluguel, material escolar e transporte. Os alimentos mais consumidos pelos pesquisados são os que consideram essenciais; arroz, feijão, carne (vermelha e branca), ovos e açaí. Percebe-se que o que estes trabalhadores ganham com o trabalho de roupas usadas garante a eles apenas o atendimento a certos bens indispensáveis à sua existência, ou seja, limita-se ao aspecto físico-biológico dos trabalhadores que possuem apenas poder aquisitivo para obter os artigos de primeira necessidade, indispensáveis à sua reprodução social, como afirma Marx (2001) o suficiente para que o trabalhador viva como trabalhador.

Para a realização dessa forma de trabalho, os vendedores adquirem a matéria prima, ou seja, as roupas usadas, através da compra de terceiros, de alguém que queira vender as roupas usadas ao feirante, assim esta mercadoria pode ser paga pelo comprador no ato da compra, como também pode ser paga somente após a venda do objeto; esta prática é conhecida como “apurado;” através da troca por mantimentos nas residências e também compra em lojas de pechincha; ou até mesmo através da doação (alguns vendedores pedem roupas de porta em porta). A propósito da compreensão do trabalho com a venda de roupas usadas, é ilustrativo o caso de um trabalhador que começou vendendo as suas próprias roupas e de seus familiares. “...abri o guarda roupa e vi aquilo que ninguém usava e podia servir para outro.” (vendedora na feira do Barreiro). Para garantir bom resultado, os vendedores tentam conseguir roupas de melhor qualidade, maior quantidade e variedade, pondo à venda principalmente àquelas que os primeiros proprietários não queiram mais usar, característica esta que de certa forma se assemelha às estratégias de venda utilizada no trabalho formal.

Quanto à origem da matéria prima não foi possível detectar que as roupas usadas que são vendidas nessas feiras sejam também oriundas de práticas ilícitas, como roubo ou furto, apesar de saber-se que em várias feiras, certos produtos que são vendidos por menor preço são frutos dessa prática.

Os vendedores trabalham em média de 4 a 6 horas por dia (das 7h às 13h) e no mínimo 6 dias por semana. Contudo, existem 2 trabalhadoras, (11,11%) que trabalham 5 dias na semana, pois uma delas desenvolve trabalhos sociais na comunidade em que mora

(membro do conselho de educação de Ananindeua) e outra realiza trabalhos domésticos. Contrariamente à média dos dias de trabalho existem 4 vendedores (22,22%) que trabalham apenas aos sábados e domingos. Estes são 2 homens, um com 19 anos que mora com os pais e tem uma renda familiar de 3 salários mínimos e durante a semana ele trabalha como vendedor em uma loja de roupas novas que pertence a sua mãe; o outro conta com a renda de R\$ 90,00 obtida com o trabalho de sua esposa. Assim, este trabalhador desenvolve pequenos serviços remunerados durante a semana. Existem, também os casos de 2 (11,11%) mulheres em que o ganho obtido com a venda de roupas usadas representa apenas um complemento da renda familiar. É o caso de uma aposentada e outra vendedora que recebe ajuda dos filhos.

O fato dos trabalhadores em sua maioria pertencerem ao sexo feminino, quando não estão na feira, estas desenvolvem serviços domésticos em suas residências, não remunerados; cuidam das mercadorias, já que as mesmas são expostas ao sol, poeira e ao toque de mãos empoeiradas de possíveis compradores. Em outros casos, quando os trabalhadores não estão nas feiras vendendo roupas usadas, estão exercendo outras atividades remuneradas, como: corte e costura; carpintaria e serviços gerais. Os trabalhadores que se encontram nessa situação perfazem um total de 5 (28%), ou seja, estes ainda têm a oportunidade de complementar a sua renda, o que não acontece com a maioria. Os depoimentos a seguir evidenciam esta situação: “...a gente faz bico pra garantir o da bóia.” (trabalhador da feira do Guamá). “...se a gente não trabalhar a gente não come, né.” (trabalhador da feira do Barreiro). Percebe-se com estes depoimentos que o valor da força de trabalho é utilizada ao seu limite físico, objetivando assegurar a sua reprodução social.

Entre os trabalhadores pesquisados, existem aqueles que se inseriram nesse tipo de atividade há 2 meses, assim como os que já trabalham com roupas usadas há aproximadamente 15 anos e sempre com o mesmo produto; apenas 3 pessoas (16,66%) já venderam outros produtos como roupa nova, bijouteria e flores.

Os trabalhadores pesquisados que escolheram a mercadoria roupa usada para vender, o fizeram devido não possuírem capital suficiente para investirem em outra mercadoria, mas eles consideram vantajoso trabalhar com a venda de roupa usada, haja vista que se trata de um produto mais barato e não perecível, precisando de cuidados

simples para não estragarem. Os depoimentos de alguns pesquisados são ilustrativos: (vendedor da feira do Barreiro) “...*é de venda fácil, não tem prejuízo.*”, assim como a declaração de um vendedor da feira do Guamá. “...*pode não sair hoje, mas um dia sai.*” A certeza da venda dessas mercadorias pelos vendedores é devido acreditarem que o hábito de se vestir se constitui em uma necessidade do ser humano. Posto isto, muitos vendedores afirmam que “...*se tivesse capital trabalharia com mercadoria nova (roupa).*” (vendedor da feira do Guamá).

A escolha das feiras do Barreiro e do Guamá como local de trabalho, segundo os pesquisados, se deu devido à proximidade das mesmas ao local de sua moradia; o grande fluxo de pessoas na feira; a receptividade por parte dos vendedores que já ocupavam o referido local quando estes chegaram; a facilidade de cadastramento como vendedores junto à Secretaria de Economia de Belém ou até mesmo por não terem encontrado outra feira para trabalhar. Percebe-se que além do fluxo de pessoas ser maior nessas feiras, existe a possibilidade dos vendedores consumirem certas mercadorias por um preço mais acessível, pois vejamos: “...*uma coisinha ou outra a gente consegue vender, não moro nesse bairro, mas vi que posso comprar algumas comidas mais barata, aí já levo pra casa, ganho um pouquinho daqui e garanto o da comida.*” (vendedor da feira do Guamá). A localização da feira passa a ser considerada pelos vendedores como uma estratégia para a vida dos mesmos sob um duplo aspecto, embora as condições de trabalho nessas feiras sejam precárias, pois nas ruas as pessoas e suas mercadorias ficam expostas às agruras do tempo, ao sol e a chuva, a poeira e a violência (assaltos), agressão verbal, inveja gerada pela concorrência, barulho e a falta de estrutura física no local (falta de banheiro público), apesar de que se nota uma certa melhora neste aspecto, isto é, as ruas onde estão localizadas as feiras foram pavimentadas, o que facilitou o trânsito para os pedestres, aumentando o fluxo de pessoas nas referidas ruas.

O local de trabalho é conhecido pela denominação de “ponto”, o qual é cedido pela Prefeitura de Belém, através da SECOM. Constatou-se com este estudo que até o momento da realização desta pesquisa os trabalhadores não pagam para trabalhar nesse local. A banca e as mercadorias são de propriedade dos trabalhadores. O capital necessário para montar o negócio é oriundo de economias próprias, provindas de indenização de emprego formal e dinheiro de aposentadoria. Este trabalho pode ser realizado pelos próprios vendedores

sozinhos ou com a ajuda de familiares, uma vez que o que ganham com esta forma de trabalho não é suficiente para pagar ajudantes, por isso os trabalhadores podem ser caracterizados como trabalhadores independentes, na medida em que eles são os proprietários da mercadoria e exercem o seu próprio trabalho.

No entanto, importa referir que o trabalho com a venda de roupas usadas exige certas habilidades por parte dos trabalhadores, ou seja, a forma que eles oferecem as mercadorias aos clientes é diferente daquela que geralmente é feita nas feiras, aos gritos. Eles esperam que os interessados se aproximem para que possam tratá-los com gentileza, ocasião em que apresentam a mercadoria, deixando-os à vontade para manusearem as mesmas. Percebe-se assim que o vendedor estabelece uma relação cordial com os possíveis compradores para as suas mercadorias. Esta afirmativa pode ser observada na fala de alguns vendedores: “...quando o freguês chega eu digo, diga freguês(a), deixa ele(a) desarrumar a mercadoria pra poder escolher, quando sai, mesmo não comprando eu digo, volte sempre.” (vendedor da feira do Barreiro). O cuidado com a aparência, para alguns, é fundamental para atrair o freguês, assim se expressa uma vendedora da feira do Guamá “...é importante tá de banho tomado, roupa limpinha.” Alguns vendedores utilizam outras formas de agradar o freguês como é o caso de uma vendedora da feira do Barreiro. “...quando o freguês compra bem eu dou uma roupa mais barata de brinde. Tem dia que tem promoção, eu pego as roupas de R\$ 1,00 e R\$ 2,00 e vendo pela metade do preço, só pra sair do prejuízo”.

Apesar do trabalho com a venda de roupas usadas proporcionar a satisfação de certas necessidades dos trabalhadores, 38,88% (7) dos pesquisados consideram esta atividade temporária, pois estão procurando emprego quer seja para trabalharem como domésticas, em serviços gerais, em venda de produtos diversos, como cozinheiro(a), em serviços sociais (já que uma das vendedoras é conselheira de educação no município de Ananindeua). Existem 2 trabalhadores (11,11%) que consideram esta atividade temporária, mas não estão procurando emprego por problemas de saúde dos filhos pequenos. Assim, constata-se que aqueles que consideram esta atividade temporária e estão procurando emprego, fazem parte do EIR.

A necessidade de subsistência aparece como um dos fatores que fazem com que os vendedores afirmem gostar do que fazem, porém existem outros motivos que levam estes

vendedores a gostarem desse trabalho, como, por exemplo, as relações sociais desenvolvidas no local de trabalho, tanto entre os vendedores como entre compradores (freguês); a forma de diversão; o alívio de tensão cotidiana (por não gostar de depender economicamente de outras pessoas) e a flexibilidade de horário de trabalho. No que se refere ao horário de trabalho os vendedores têm a falsa impressão de controlá-lo, na verdade o trabalho se desenvolve no período matutino, por ser este o de maior fluxo de pessoas nas feiras. Em alguns casos é citado o fato de não seguirem ordens de terceiros. Quanto a esta questão, um depoimento é relevante “...*ontem eu não vim trabalhar porque tive que ir ao posto de saúde, avisei a colega do lado (do ponto ao lado), vim hoje, como não tenho patrão pra dá satisfação da minha falta, tá tudo bem...*” (vendedora da feira do Barreiro).

Aparentemente essa vendedora não está sobre a vigilância direta de quem paga pelo seu trabalho, mas, tem a obrigação de fornecer uma certa quantidade de trabalho ao final de um período (semana, quinzena ou mês) para garantir a sua reprodução. A “liberdade” de não trabalhar um dia pode significar trabalhar um pouco mais no dia seguinte. Segundo TAVARES (2004) quem só tem a força de trabalho como mercadoria precisa produzir o suficiente para assegurar a sua reprodução.

Para os que interpretam essa forma de trabalho como diversão ou alívio de tensão, constata-se que este, apesar das condições precárias sob as quais o mesmo é desenvolvido, não é caracterizado apenas como forma de subsistência, na medida em que aparece nas relações de trabalho, sobretudo, para aqueles que são aposentados ou possuem alguma outra forma de renda, constituindo-se em uma forma de socialização. Para Marx (1998) o trabalho no modo de produção capitalista aliena e individualiza o trabalhador, mas contraditoriamente ele é gerador de riqueza. Assim, quando a força de trabalho não consegue mais responder a necessidade do capital ela é substituída por outra mais qualificada, pois,

O trabalhador só existe como trabalhador a partir do momento em que existe como capital para si mesmo, e só existe como capital quando há um capital para ele. A existência do capital é a sua existência, a sua vida, já que este, independentemente dele, determina o conteúdo da sua vida. (MARX, 2001. p. 124)

No que tange as mudanças ocorridas no trabalho informal nas feiras citadas, os vendedores de roupas usadas pesquisados afirmam que é perceptível o aumento da concorrência, visto que o número de novos vendedores vem aumentando, assim como a violência, através de assaltos.

4.2 O trabalho com a venda de roupas usadas nas feiras do Barreiro e Guamá e a sua relação com o poder público municipal de Belém

Se o trabalho realizado por esses vendedores depende de recursos próprios, considera-se importante interrogar sobre os motivos pelos quais esses trabalhadores não utilizam as políticas públicas de micro créditos, tanto aquelas desenvolvidas em nível Estadual como a nível Municipal, a exemplo, o Banco do Cidadão e o Banco do Povo, que objetivam apoiar os pequenos comerciantes através de empréstimos. Além disso, pergunta-se se esses trabalhadores possuem informações sobre tais políticas. A propósito do conhecimento dessas políticas por parte dos pesquisados constatou-se que essas são conhecidas pela maioria dos vendedores, ou pelo menos já ouviram falar sobre a mesma. Porém, mais de 66,66% (12) dos vendedores nunca utilizaram tais créditos, devido: não terem renda suficiente para fazerem empréstimo; pela exigência de um avalista; pela falta de interesse; por pensarem que precisam de carteira profissional assinada; por receio de não conseguirem pagar a dívida efetuada como o empréstimo ou por terem o nome comprometido no Sistema de Proteção ao Crédito. Apesar da existência dessas políticas, é notória a falta de informações por parte dos vendedores acerca de tal política pública, pois vejamos: *“...a moça explicou lá (Banco do Povo) pra gente, faz um grupo e pede o dinheiro, todos se reúne pra paga a divida, mas se um deixa de paga, os outros paga por ele. Como eu conheço esse pessoal e sei que não são bom de paga, eu preferi não pedi.”* (vendedor da feira do Barreiro). Este depoimento mostra a falta de confiança existente entre certos trabalhadores como motivo principal para não fazer o empréstimo, uma vez que individualmente este trabalhador afirma não ter condição financeira de pagá-lo.

Aproximadamente 3 ou 4 anos atrás, contudo, 4 (22,22%) vendedores pesquisados de ambas as feiras informaram que eles efetuaram empréstimo no Banco do Povo para investir em mercadorias e pagaram corretamente o referido empréstimo, porém não emprestaram mais dinheiro pela falta de interesse dos mesmos, ou seja, não sentiram

necessidade para tal. Diante disso, o que se percebe é que a venda de roupas usadas não oferece grandes possibilidades de crescimento econômico para o trabalhador, haja vista o baixo nível de lucratividade obtido com tal atividade e o receio dos vendedores em não conseguirem pagar o que foi tomado de empréstimo do banco.

Apesar, da existência dessas políticas de créditos oferecidos pelo governo municipal e estadual, que de certa forma expressa apoio à essa forma de trabalho, os vendedores se dizem insatisfeitos com a atuação da Prefeitura de Belém nessas feiras, principalmente aqueles que trabalham em frente ao Posto de Saúde do Guamá, visto que sofrem ameaças constantes para deixarem esse local, por parte do diretor do Posto que não permite que eles trabalhem no mesmo. Em face a essa situação os pesquisados afirmaram não possuir outro local para trabalhar e assim reivindicam da SECON um local apropriado. Contudo, estes mesmos vendedores afirmaram que os fiscais da SECON visitam raramente esse local, mas quando o fazem mostram-se gentis; não ameaçam de tirar-lhes do local em que trabalham e não apreendem as mercadorias. Segundo um vendedor da feira do Guamá, “...eles fazem o trabalho deles e dão prazo pra gente sair daqui”.

Com efeito, os trabalhadores dessa feira que se sentem ameaçados de perder o ponto, solicitam à prefeitura um outro local para eles trabalharem. Aqueles que não se sentem ameaçados, ou seja, a maioria, pede aos fiscais que não permitam o ingresso de mais nenhum vendedor de roupas usadas naquela feira, pois, o espaço conquistado por eles deveria ser preservado, e o crescimento da feira contido.

Quanto à feira do Barreiro, os vendedores sentem-se abandonados, já que no ano de 2006 não houve reunião com a SECON, pois em reunião realizada com o poder público municipal no ano 2005, este prometeu comprar um terreno localizado em uma das ruas onde funciona a feira, objetivando melhorar as condições de trabalho dos vendedores, mas até ao presente momento não foi tomada nenhuma decisão nesse sentido. Sendo assim, esses trabalhadores continuam realizando suas atividades profissionais em condições precárias.

Além disso, segundo os pesquisados a atuação dos fiscais da SECON nessa feira, é quase nenhuma, pois dificilmente passam nesse local e assim não cumprem com as suas funções, a exemplo, a verificar o uso do espaço físico. Dessa forma, certas pessoas que comumente não vendem nesse local abancam-se e os fiscais nada fazem, ou seja, o

crescimento da feira deve ser controlado pela SECON. Esta secretaria justifica a sua forma de atuação devido ao número insuficiente de fiscais para a realização de trabalho eficiente.

A situação de ameaça sofrida pelos feirantes de ambas as feiras, que se refere à perda do ponto e ao aumento da concorrência entre os vendedores tem causado um sentimento de instabilidade nesses trabalhadores.

Esse quadro se torna mais difícil de ser solucionado pelo fato de que a organização política desses trabalhadores não conseguiu, até o momento da pesquisa, pressionar e negociar com o poder público municipal e estadual a adoção de medidas voltadas para a melhoria da condição de trabalho. Embora os trabalhadores possuam uma organização social denominada de “Associação de Novos e Usados da Pedro Álvares Cabral” que existe de fato e não de direito. A referida associação foi fundada em 27 de outubro de 1994, possui atualmente 229 associados, dentre os quais, os que trabalham com usados, assim como, os que não trabalham com esse tipo de mercadoria. Nesta pesquisa, constatou-se que existe um número reduzido de associados, devido à filiação a tal associação ser aberta àqueles que estão interessados e independente da situação de trabalho o que pode contribuir para a situação de inadimplência da mensalidade de vários sócios, conforme informou o presidente da mesma. Contudo, o principal objetivo desta associação é o de proteger o direito ao trabalho que possuem os vendedores desta feira. Assim, dentre as suas principais lutas está aquela de retirar os feirantes do bairro do Barreiro da situação de irregularidade, ou seja, de deixarem o trabalho na rua e trabalharem em outro espaço que lhes assegure melhores condições de trabalho. A propósito o presidente da referida associação considera esta situação um desrespeito ao código de postura do município e assim, defende a luta por um outro local de trabalho concedido pela Prefeitura de Belém para os vendedores de roupas usadas. Mas, segundo o presidente dessa associação, os moradores do local não vêm com “bons olhos” a presença da feira em frente de suas casas na medida em que a feira atrai assaltantes para esse local. Contudo: *“...estamos aqui contando com a boa vontade da Prefeitura e dos moradores.”* (Presidente da Associação de Novos e Usadas).

Segundo o referido presidente, esse assunto tem sido objeto de discussão entre os seus associados e o poder público, porém, ele afirma que já está cansado de ir à SECON, *“...todo tempo há mudanças de secretário, já está no terceiro, o que foi falada em uma reunião não tem continuidade na seguinte, porque já é outro secretário.”* Este relato é

confirmado por um funcionário dessa Secretaria: “...cada novo secretario leva um tempo para se adaptar ao cargo e dá continuidade ou não as propostas do anterior”.

A SECON tem como uma de suas competências criar, administrar, planejar e extinguir parcial ou totalmente feiras e mercados no município. Através de sua Seção de Controle Técnico, pode-se contabilizar em Belém 41 feiras e 18 mercados; estes são regularizados, mas existe um grande número de vendedores considerados irregulares que se instalam em logradouros públicos próximos à essas feiras. Sendo assim, a grande maioria dos feirantes não paga taxa de anuidade, pois no período de mudança de governo, ocasião em que ocorre a troca de gestores municipais, eles solicitam e ganham a isenção de impostos, o que implica na sonegação de impostos e consequentemente na economia do município. Como forma de aumentar o número de contribuintes para o município, esta secretaria atualmente disponibiliza linha de créditos através do fundo Ver o Sol (Banco do Povo) para os feirantes interessados em melhorar seus equipamentos de trabalho e que já contribuíram pelo menos até um ano com a taxa de anuidade.

O crescimento do número de feiras em Belém é atribuído, segundo à SECON, principalmente ao desemprego, e a facilidade de instalação de equipamentos para venda é devido a mesma possuir um número insuficiente de funcionários para fiscalizar e impedir o crescimento destas. Apesar da organização política dos trabalhadores, assim como o uso do diálogo para entendimento entre ambos, a SECON admite não possuir estrutura suficiente para melhor desenvolver seu trabalho. Ressalta-se que esta afirmativa apresenta-se coerente com aquela dos feirantes quando mencionam o uso do diálogo ou gentileza por parte dos fiscais que não apreendem suas mercadorias. A prática da apreensão de mercadoria de maneira violenta há tempos atrás era conhecida pelo chamado “rapa” que apreendia de forma violenta as mercadorias. Em geral, esta prática tinha como objetivo desobstruir as ruas e vias do centro de Belém. Contudo, há aproximadamente doze anos esta prática foi substituída pelo diálogo e as ruas centrais passaram a ser desocupadas de forma menos violenta, inclusive com o apoio dos feirantes, pois em alguns casos foi oferecido espaços cobertos e padronizados e melhor equipados denominados shopping populares, praças de alimentação e outros, para os mesmos trabalharem.

As feiras crescem ocupando espaços públicos destinados aos transeuntes ferindo o código de postura da cidade, mas a secretaria se vê impossibilitada de cumprir a lei já que

não possui espaços alternativos para evitar ou impedir tal situação. Nota-se que de certa forma a SECON se adapta à uma situação de desemprego e trabalho informal crescentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final deste trabalho constatou-se que com o advento da industrialização o trabalho ganha uma outra conotação na medida em que ele passa a ser considerado a fonte de mais-valia. Contraditoriamente, ao mesmo tempo que o trabalho aliena o homem do seu ato criativo, ele se torna a essência deste, pois é através dele que o homem se realiza como “ser.” Institui-se assim, a forma de trabalho assalariado em que o trabalhador passa a se submeter a dominação do capital. O trabalhador é gradativamente separado dos seus instrumentos de trabalho e passa a ser controlado pelo capitalista.

O trabalho assalariado passou a disciplinar a vida dos trabalhadores, tornando-se um dos marcos da sociedade moderna. A condição salarial é constatada por Marx como escravizadora, pela sua natureza alienante e disciplinadora.

No capitalismo industrial o trabalho e a produção foram organizados através de certos modelos como: Taylorismo e Fordismo. Estes modelos foram criados visando aumentar a acumulação do capital através do controle da força de trabalho e da submissão dos trabalhadores. Com a crise do modelo fordista, novas estratégias de acumulação foram criadas, a exemplo à reestruturação produtiva, a qual vem provocando mudanças estruturais no mundo do trabalho, na medida em que as empresas em geral passam a introduzir novas tecnologias (informática, microeletrônica, robótica e etc.), no processo produtivo e na organização do trabalho (terceirização, gestão pela qualidade total, etc.). Essas mudanças implicam em novas exigências do perfil profissional (polivalente, pró-ativo, criativo e etc.), assim como repercutem na fragilização da organização política dos trabalhadores. Com isso o trabalhador precisa se adaptar às mudanças, e a resistência da classe operária necessita ser paulatinamente desmontada, daí o enfraquecimento dos sindicatos devido o aumento do desemprego e o controle da força de trabalho, e a crescente precarização do labor. Em consequência, o trabalho informal cresce e é utilizado como “amenizador” dos impactos do desemprego aberto. A ameaça do desemprego leva os trabalhadores a aderirem aos programas de qualidade total e as novas técnicas de gerenciamento da força de trabalho.

Sendo assim, o desemprego passa a ser um dos algozes do trabalhador do mundo globalizado. No Brasil uma das causas deste fenômeno na década de 90 são as reduzidas

taxas de crescimento da economia brasileira, assim como a adesão dos preceitos neoliberais impostos pelos grandes banqueiros internacionais, o que repercute na alteração do papel do Estado, principalmente no que se refere às políticas públicas. Assim o Estado passa intervir cada vez menos na economia, ao mesmo tempo em que reduz também a regulação nas relações capital x trabalho. A reforma do Estado passou a ser imperiosa, provocando privatizações, demissões “voluntárias” de trabalhadores do setor público e flexibilização nas leis trabalhistas. Em consequência, o aumento da taxa de desemprego e a fragilização dos sindicatos, conforme já referido.

A reestruturação do capital é um dos fatores que contribui para o desemprego no Pará, mas este fenômeno é reflexo também do modelo de crescimento econômico imposto para a Amazônia brasileira. Ciclos econômicos como o da borracha (1850-1912) e os grandes projetos de mineração implantados a partir da década de 70, trouxeram crescimento econômico para o Estado do Pará, mas não foram capazes de diminuir os índices de pobreza e de desemprego. No primeiro caso, isto se deu devido ao não investimento dos barões da borracha na ampliação das atividades econômicas no Estado e em Belém que se caracterizava por ser uma cidade de serviços, e por outro, pelo fato do poder público, por sua vez, ter permitido que a burguesia local acumulasse capital achatando o salário dos trabalhadores e através do sistema de aviamento, o que impedia o crescimento de um mercado interno, a transformação da economia extrativa, deixando claro que a elite se limitava a manutenção do status quo. Devido a isso, Pará e Belém não sofreram grandes transformações sociais e econômicas, mesmo com a expansão da borracha.

Na divisão nacional do trabalho, a partir de 1930, a Amazônia passou a ser vista como atrasada economicamente, precisando ser ocupada territorialmente para que pudesse contribuir para o desenvolvimento nacional. No entanto, o governo federal impunha os interesses nacionais/setoriais sobre os interesses regionais. Na década de 70 a divisão nacional do trabalho fez da região Amazônica fornecedora de insumos básicos para a região Centro-Sul que desenvolvia a indústria pesada. Este modelo não foi capaz de superar problemas como a pobreza, mas sim, adequou o trabalhador local ao modelo econômico vigente.

No segundo caso, através dos grandes projetos mineralógicos o Pará entra em um novo ciclo econômico e passa a exportar as riquezas do seu subsolo. Novos empregos

começavam a surgir como a construção de estradas, a implantação de certas empresas industriais, área de garimpo, as fazendas agropecuárias, no setor de comércio e serviços urbanos e infra-estrutura para os grandes projetos minero-metalúrgicos, porém não foram capazes de responder a demanda de postos de trabalho nessa região.

Para a União, os grandes projetos eram catalizadores de divisas para o pagamento da dívida externa, porém, para a região esses projetos aumentaram a desestruturação social. Na divisão nacional do trabalho a região continua a ser a fornecedora de matérias primas (a exemplo: minério bruto ou semi-elaborados para as indústrias e mercados dos países industrializados), não existindo no Pará indústrias que possam verticalizar a produção dos minérios aqui extraídos.

Assim, grande parte da indústria local encontra-se dominada pelos grupos econômicos externos à região, que, utilizando tecnologias poupadoras de mão-de-obra agravam ainda mais o problema do desemprego, haja vista que o capital produzido, em sua grande parte, retorna à região de origem. Desta forma, o baixo investimento no setor secundário faz com que o mesmo gere cada vez menos emprego, empurrando uma parcela considerável da mão-de-obra para o trabalho informal, sendo assim, quem não consegue se instalar no setor secundário faz do terciário o seu abrigo.

Os investimentos públicos e privados primam pela infra-estrutura necessária ao transporte, financiando assim empresas, como comunicação e energia, enquanto que a industrialização na Amazônia foi incapaz de resolver o problema de geração de emprego.

Dessa forma, na década de 80 o setor industrial brasileiro começa a declinar e o setor de serviço começa a aumentar. Com efeito, a RMB começa a receber uma grande gama de migrantes em busca de trabalho; o setor terciário passa a ser ampliado motivado pela instalação de certos serviços mais especializados e necessários ao apoio administrativo dos grandes projetos.

Isto é resultante de propostas de desenvolvimento econômico para região amazônica que pouco dinamiza a economia de Belém tornando insipiente seu processo de industrialização. Devido a frágil estrutura econômica de Belém, tem aumentado o quadro de desemprego e subemprego e suas ruas e praças são dominadas pela informalidade do trabalho.

Na década de 90 o trabalho informal surge como alternativa ao desemprego. O Estado por sua vez age como regulador a relação capital x trabalho, e assim, legitimando as imposições do sistema capitalista adequando o trabalho informal às exigências do capital. Através de políticas públicas o Estado passa a fomentar o trabalho informal, através das políticas de microcréditos e programas de geração de emprego e renda. Tais políticas podem contribuir para fomentar o desenvolvimento de pequenos negócios, na medida que facilita o acesso à linha de crédito e para melhorar a qualidade dos produtos e outros. No Estado do Pará as políticas públicas existentes também estão voltadas para qualificação profissional e para a geração de renda. Nesse sentido, a Prefeitura Municipal de Belém desenvolve políticas públicas voltadas à geração de emprego e renda através do Fundo Municipal de Solidariedade para Geração de Emprego e Renda Ver o Sol, que oferece microcréditos às microempresas e pessoas que desenvolvem trabalho informal. O Governo Estadual através do Banco do Cidadão também oferece crédito voltado para esse fim. Contudo, os vendedores de roupas usadas pesquisados, são mal informados sobre o financiamento de tais políticas. Aqueles que possuem informações sobre as mesmas, preferem não utilizá-las devido à insegurança quanto à obtenção de uma renda mensal capaz de sanar o débito contraído com o banco no caso de empréstimo dessa natureza, visto que esta renda é utilizada quase que exclusivamente para sua reprodução social e de sua família. Dessa forma, o que fica claro é que os órgãos públicos repassam a responsabilidade da reprodução social ao indivíduo, uma vez que não há aumento dos postos de trabalho formais.

Sendo assim, como forma de subsistência, alívio das tensões do cotidiano e por um processo de independência econômica, trabalhadores passam a se ocupar com a venda de roupas usadas, o que pode ser traduzido pela expressão de Pamplona (2001) os trabalhadores “erguem-se pelos próprios cabelos”, inserindo-se em uma nova dinâmica do capitalismo contemporâneo que os ilude de que eles são os seus próprios patrões.

Este estudo permitiu também a constatação de que o nível de escolaridade determina a inserção desses trabalhadores na atividade informal, tendo em vista que, a venda de roupas usadas não requer um maior nível de conhecimento formal. A escolaridade, assim como a idade são determinantes para a inserção ao trabalho formal.

Devido à renda obtida com a venda, em média um salário mínimo, os vendedores optam por feiras mais próximas ao seu local de moradia, sendo também escolhido o local

pelo grande fluxo de pessoas que transitam no mesmo e a disposição destes em consumir este tipo de produto. Esta situação é decorrente da infra-estrutura (asfalto) criada pelo Estado em torno das ruas que estão instaladas às feiras. Isso significa dizer que o poder municipal se apresenta como indutor desta forma de trabalho, sem contudo, responder efetivamente com a instituição de políticas sociais voltadas para a geração de novos postos de trabalho condizentes às necessidades básicas humanas, logo, as condições de trabalho precária determinam as condições de vida precária desses trabalhadores.

É o que explica Cacciamali (2002): a renda no trabalho informal depende fundamentalmente do nível de atividade e da produtividade média da economia. A renda dos vendedores de roupas usadas depende da renda de sua freguesia, constituída principalmente por assalariados e também pelos preços praticados. Portanto, a renda deste grupo depende dos salários pagos tanto na atividade formal quanto na informal o que evidencia uma nítida relação entre ambas às formas de trabalho, fato este também perceptível na constituição da renda média dos vendedores de roupas usadas, visto que a mesma depende da lei da oferta e da procura. Sendo assim, as vendas aumentam na primeira quinzena de cada mês quando os fregueses dispõem de mais dinheiro (período do pagamento de salários) e na quinzena seguinte o rendimento é menor, exceções do aumento nas vendas por ocasião das datas comemorativas onde o apelo ao consumo é maior.

Esse trabalho, apesar de não requerer escolaridade elevada, mas exige uma certa habilidade na relação entre vendedor e consumidores de forma que o freguês compre e volte outras vezes. Também é usado como atrativo à compra a exposição das mercadorias estendidas muitas vezes no chão, assim como a realização das promoções, quando trabalham com preços mais baixos. Estas estratégias foram aprendidas através da experiência do cotidiano de trabalho, já que estes não tiveram nenhum tipo de treinamento para tal. Vende mais quem possui as melhores mercadorias, ampliando a competitividade entre os mesmos.

O trabalho informal RMB esta cada vez mais disputado visto que novas feiras são criadas mesmo sem a autorização da SECON que é a representante do poder público para esse tipo de situação. O governo do Estado e a Prefeitura de Belém não conseguem criar postos de trabalho formal, o que seria uma forma de reduzir este em Belém, por essa razão tentam não impedir o crescimento das feiras.

Os vendedores de roupas usadas não pagam impostos ao município, portanto esta atividade aparentemente não contribui com a economia local, mas os vendedores se adequam ao capitalismo contemporâneo criando formas alternativas de trabalho para manterem a subsistência da família. Varias estratégias são utilizadas para se manterem nesse tipo de trabalho, existem pessoas que fornecem as próprias roupas ou a de outrem para serem vendidas e dividem o lucro.

Em síntese, venda de roupas usadas é apenas uma das formas de trabalho existentes na RMB, que por sua vez é resultado direto da divisão internacional e nacional do trabalho, determinada pelas mudanças ocorridas no processo capitalista, que impõe a modernização econômica aos diversos países e, em particular ao Brasil/Região Amazônica e especialmente a RMB, portanto a inserção nesta forma de trabalho é muito mais complexa que aparenta em seu primeiro olhar: um trabalho precário desenvolvido em uma área periférica da cidade.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho.** 7^A ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- _____. **Os sentidos do trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.** 3^A ed. São Paulo: Cortez, 1999.
- ALBARNOZ, S. **O que é trabalho.** São Paulo: Brasiliense, 1994.
- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO MUNICÍPIO DE BELÉM. Belém: Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão – SEGEP, V. 2, 1995.
- _____. Belém: Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão – SEGEP, V. 4, 1997.
- _____. Belém: Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão – SEGEP, V. 5, 1998.
- _____. Belém: Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão – SEGEP, V. 10, 2005.
- _____. Belém: Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão – SEGEP, V. 11, 2006.
- AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA. PLANO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA LEGAL: Estudos Diagnósticos Setoriais – PDSA 2005-2008 / Agência de Desenvolvimento da Amazônia, Universidade Federal do Pará, Organização dos Estados Americanos - Belém: ADA, 2006.
- BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista. A degradação do trabalho no século XX.** 3^a ed. Rio de Janeiro: LTC, 1987.
- BOUVIER, P. **Lê travail.** Paris: Presses Universitaires de France, 1994.
- BAIARDI, A. et al. **Inovação tecnológica e trabalho: evolução e um breve enfoque sobre a contemporaneidade do relacionamento.** 2003. Texto.
- BENTES, R. Um novo estilo de ocupação econômica da Amazônia: Os grandes projetos. In: LOUREIRO, V. R. **Estudos e problemas amazônicos. História social e econômica e temas especiais.** Belém: IDESP/SEDUC, 1989.
- BRITO, D. C. **A modernização da Superfície: Estado e desenvolvimento na Amazônia.** Belém: UFPA/NAEA, 2001.

- BRAGA, R. **A Restauração do capital. Um estudo sobre a crise contemporânea.** São Paulo: Xamã, 1996.
- BRAUDEL, F. Civilização material, economia e capitalismo séculos XV-XVIII. In: _____. **Os jogos das trocas.** São Paulo: 1996, v. II.
- BECKER, B. K. **Amazônia.** São Paulo: Ática, 1994.
- CASTRO, E. **Reestruturação produtiva e mercado de trabalho.** Belém: NAEA, Paper.1998.
- _____. Industrialização, transformações sociais e mercado de trabalho. In: _____ et al. **Industrialização e grandes projetos. Desorganização e reorganização do espaço.** Belém: UFPA. 1995.
- _____. A questão urbana na Amazônia. In: LOUREIRO, V. R. **Estudos e problemas amazônicos. História social e econômica e temas especiais.** Belém: IDESP/SEDUC.1989.
- CARVALHO, V. L. **O setor informal. O Estado e os movimentos sociais.** Cadernos do CEAS, n. 124. nov./dez. 1989.
- CACCIAMALI, M. C., BRAGA, T. **Políticas públicas voltadas para o setor informal.** Ministério do Trabalho e Emprego. Fundação de Pesquisas Econômicas. São Paulo. 2002. Texto.
- CACCIAMALI, M. C. Processos de informalidade, flexibilização das relações de trabalho e proteção social na América Latina. In: PAMPLONA, J.(org.). **O setor informal.** Cadernos PUC Economia 11. São Paulo: Educ. 2001.
- _____. **Mudanças na natureza da política pública e do mercado de trabalho na América Latina.** Paris: Colloque mondialisation économique et gouvernement des sociétés l'Amérique Latine, un Laboratoire. 2000, Texto.
- CACCIAMALI, M. C.; SILVA, M. de F. **Mais informalidade, menos cidadania. Os efeitos criados por esse círculo vicioso sobre a formulação da política social na América Latina.** PROLAM/USP.São Paulo. 2003.
- CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário.** Rio de Janeiro: Vozes, 1998.
- CARVALHO, D. F. **O ciclo da economia brasileira e a Amazônia na dinâmica regional centro-periferia.** Belém: NAEA. Paper.1999.

- DEDECCA, C. S. **Conceitos e estatísticas básicas sobre mercado de trabalho**. Revista Economia e trabalho. [s.v.] UNICAMP, 1998.
- FERREIRA, R. C. Setor industrial no Pará. In: **Ciência e tecnologia na Amazônia**. Belém: UFPA/NAEA/ANPEC/PNPE. 1983
- GIL, A C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3ª ed. São Paulo: Atlas. 1991.
- GORZ, A. **Crítica da divisão do trabalho**. São Paulo: Martins Fontes. 1989.
- HANECKER, M. **O capital: conceitos fundamentais**. São Paulo: 1978.
- HUBERMAN, L. **História da riqueza do homem**. 21ª. ed. Rio de Janeiro: Guanabara. 1986.
- HOFFMANN, H. **Desemprego e subemprego no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1980.
- IAMAMOTO, M. V. Divisão do trabalho e Serviço Social. In: _____. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Economia Informal Urbana 2003**: Brasil e Grandes Regiões: Rio de Janeiro, 2005.
- KON, A. A condição de informalidade do trabalho nas atividades terciárias brasileira. In: PAMPLONA, J. (org.). **O setor informal**. Cadernos PUC Economia 11. São Paulo: Educ. 2001.
- LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 4ª. ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- LOUREIRO, V. R. A história social e econômica da Amazônia, In: _____. **Estudos e problemas amazônicos. História social e econômica e temas especiais**. Belém: IDESP/SEDUC.1989.
- MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. 2ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- _____. **Formações econômicas pré-capitalistas**. São Paulo:Ática, 1998.
- _____. **Salário, preço e lucro**. 4ª. Ed. São Paulo: Centauro, 2002.
- _____. **Trabalho assalariado e capital**. São Paulo: Global, 1985.
- _____. **O capital: crítica da economia política**. 14ª. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. v. I e II. 1995.
- _____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2001.
- MITSCHEIN, T. A et al. **Urbanização selvagem e proletarização passiva a Amazônia: O caso de Belém**. Belém: CEJUP,1989.

MARTINELLI, M. L. (org.) **Pesquisa qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Veras Editora, 1999.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento. Pesquisa qualitativa em saúde**. 3ª. Ed. São Paulo: HUCITEC-ABRASCO, 1994.

NORONHA, E. G. **Informal, ilegal, injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 18, n. 53, out.2003.

NETO, J. M. Desemprego e luta de classe: as novas determinações do conceito marxista de exército industrial de reserva. In: **Neoliberalismo e reestruturação produtiva. As novas determinações do mundo do trabalho**. 2ª ed. São Paulo: Cortez. 1998.

OLIVEIRA, C. A. B. e MATTOSO, J. E. L. **Crise e trabalho no Brasil, modernidade ou volta ao passado?** São Paulo: Scritta,1996.

OLIVEIRA, M. A. A nova problemática do trabalho e a ética. In: **Neoliberalismo e reestruturação produtiva. As novas determinações do mundo do trabalho**. 2ª ed. São Paulo: Cortez. 1998.

OLIVEIRA, C. R. **Historia do trabalho**. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1995.

OFFE, C. **Capitalismo desorganizado. Transformações contemporâneas do trabalho e da política**. São Paulo: Brasiliense. 1989.

PAMPLONA, J. B. A controvérsia conceitual a cerca do setor informal e sua natureza político ideológica. In: _____ (org.) **O setor informal**. Cadernos PUC Economia 11. São Paulo: Educ. 2001.

_____. **Erguendo-se pelos próprios cabelos. Auto-emprego e reestruturação produtiva no Brasil**. São Paulo: Germinal, 2001.

PETIT, P. **Chão de promessas. Elite políticas e transformações econômicas no Estado do Pará pós-1964**. Belém: Pakatatu, 2003.

POCHMANN, M., BORGES, A. “Era FHC”. **A regressão do trabalho**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2002.

PANDOLFO, C. **A Amazônia brasileira: ocupação, desenvolvimento e perspectivas atuais e futuras**. Belém: CEJUP, 1994.

PEREIRA, L. C. B. **Desenvolvimento e crise no Brasil. 1930-1983**. 16ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

- PINTO, L. F. A desorganização do grande projeto. In: CASTRO, E. et al. **Industrialização e grandes projetos. Desorganização e reorganização do espaço**. Belém: UFPA. 1995.
- RODRIGUES. E. B. **Aventura Urbana: Urbanização, trabalho e meio ambiente em Belém**. Belém: NAEA/UFPA, 1996.
- RIO, G. A. P. Relação espaço, industrialização: a localização de plantas de alumínio na Amazônia. In: **Energia na Amazônia**. Belém: MPEG/NAEA/ANPEC/PNPE. 1996.v. II.
- SENA, A. L. **Trabalho informal nas ruas e praças de Belém: Estudo sobre o comércio ambulante de produtos alimentícios**. Belém: NAEA, 2002.
- SÁ, M. E. R. et al. Belém, a cidade mascate: uma leitura sobre os ambulantes da Avenida Presidente Vargas. In: GOMES, M.F.C.M. et al. **Cidade, transformações no mundo do trabalho e políticas públicas: a questão do comércio ambulante em tempos de globalização**. Rio de Janeiro: DP&A: FAPERJ, 2006.
- SAWYER, D. A reorganização econômica e demográfica da Amazônia. In: LOUREIRO, V. R. **Estudos e problemas amazônicos e temas especiais**. Instituto de Desenvolvimento Econômico-social do Pará. Belém: IDESP.1989.
- SANDRONI, P. **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo: Best Seller. 2000.
- TAVARES, M. A. **Os fios (in) visíveis da produção capitalista. Informalidade e precarização do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2004.
- TRIVIÑOS, A N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.
- TEIXEIRA, F. J. S. **Neoliberalismo e reestruturação produtiva. As novas determinações do mundo do trabalho**. 2ª ed. São Paulo: Cortez. 1998.
- WEINSTEIN, B. **A borracha na Amazônia: expansão e decadência, 1850-1920**. São Paulo: Hucitec: editora da USP, 1993.